A LAVOURA

ANO XLVIII ABRIL - JUNHO DE 1944



BOLETIM MENSAL DA

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA
CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

SUMARIO

PROPOSTA PARA SOCIO

O abaixo assinado propõe para sócio efetivo da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA:

Nome por extenso ....

Nacionalidade .... Profissão ....

Endereço para carga ....

Endereço para correspondência ....

Nome ou os nomes de fazendas que possue, o Município ou Municípios em que estiverem

....

....

....

Gênero de culturas a que se dedica ....

....

....

Variedade de gados que cria ....

....

....

E' a propriedade registrada no Ministério da Agricultura? ....

Em caso negativo, a Sociedade encarrega-se de promovê-lo, a pedido do interessado.

OBSERVAÇÕES ....

....

....

....

....

...., ... de .... de 19.......

Juntar Cr$ 10,00 em registrado com valor declarado, ou em vale postal.

Assinatura do proponente | Assinatura do proposto

.... | ....

CAPITULO II DOS ESTATUTOS

Dos Sócios

Art. 9 — A Sociedade admite as seguintes categorias de sócios:

Efetivos, correspondentes, honorários, beneméritos, filiados e remidos.

§ 1.º — Serão sócios efetivos as pessoas naturais ou juridicas, inclusive corporações ou organizações de carater oficial que, domiciliadas no país, forem propostas, de conformidade com os Estatutos e contribuirem, sendo individuais, com a jóia de 50,00 e a anuidade de 40,00, e, sendo coletivos, com a jóia de 150,00 e a anuidade de 100,00.

§ 2.º — Serão sócios correspondentes as pessoas ou associações, com residência ou sede no estrangeiro, que forem escolhidas pela Diretoria em reconhecimento dos seus méritos e dos serviços que puderem ou quiserem prestar à Sociedade.

§ 3.º — Serão sócios honorários as pessoas que prestarem à Sociedade e à produção serviços tão relevantes que a Diretoria os julgue merecedores dêsse título.

§ 4.º — Serão sócios beneméritos as pessoas que por sua dedicação e serviços excepcionais à Sociedade e à produção, forem por proposta da Diretoria e a juizo da Assembléia Geral dignas dessa investidura.

§ 5.º — Serão sócios filiados as associações agricolas ou de classes diretamente ligadas á produção do Distrito Federal, que contribuirem com a jóia de 50,00 e anuidade de 100,00.

§ 6.º — Serão sócios remidos os que estando em condições de ser aceitos como efetivos ou filiados, pagarem, de uma só vez, a jóia e 10 anuidades.

Art. 10 — Os filiados e as corporações oficiais deverão declarar o seu desejo de comparticipar das vantagens de sócios da Sociedade, ficando a aceitação dependente de resolução da Diretoria.

Parágrafo único — Os demais sócios efetivos e os remidos deverão ser propostos, por indicação de um ou mais sócios, à Diretoria, que deliberará a respeito.

Art. 11 — Os sócios filiados designarão um representante que participará das sessões; terá para êsse fim, qualidade de Diretor e cujo mandato, que terminará sempre com o da Diretoria, poderá ser renovado, a juizo da instituição respectiva, entendendo-se que a recondução tenha sido feita, se aviso em contrário não fôr recebido pela Sociedade.

Art. 12 — Os sócios honorários e correspondentes não poderão ter ingerência alguma na direção da Sociedade, mas gozarão de todas as demais vantagens de sócios, inclusive do direito de propôr à Diretoria qualquer medida que julgarem util à instituição e às classes que esta representa.

Parágrafo único — Aos sócios honorários e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 13 — Poderão remir-se, em qualquer tempo, os sócios efetivos e filiados, sendo para êsse fim, contado um terço das anuidades pagas até o máximo de mil cruzeiros.

Em virtude de resolução de Diretoria foi suspensa, até posterior deliberação, a jóia de Cr$ 50,00 cobrada aos sócios individuais e de Cr$ 100,00 aos sócios coletivos.

A LAVOURA

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura
Dr ARTHUR TORRES FILHO

Diretor
Dr. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Resp. e Gerente ROBERTO DIAS FERREIRA

Redator-Secretário L. MARQUES POLIANO

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação, Av. Rio Branco, 277, 14.º, Ap. 1401

RIO DE JANEIRO

ANO XLVIII	RIO DE JANEIRO	Abril-Junho de 1944

Desenvolvimento da Produção das Fibras Nacionais

ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Atentos como devemos estar, diante dos fenômenos que se passam em nossa economia, afigura-se-me digno de nota o que vem ocorrendo com a produção das fibras nacionais aplicadas à indústrias de aniagem.

O problema da sacaria para a embalagem de produtos agrícolas foi sempre, entre nós, assunto de cogitação, tornando-se extranho, aos olhos de muitos economistas que, possuindo o país flora rica em fibras, fossemos tributários da juta indiana. Na verdade poucos países do mundo dispõem de tantas plantas fibrosas quanto o Brasil.

Excetuado o algodoeiro, nenhuma outra aplicada à indústria, obedece, em sua exploração, a métodos agrícolas racionais. Outro tanto, acontecia no setor da produção de celulose, de que fazemos grande importação. Felizmente, e é o que desejo acentuar, verificou-se, nesse setor de nossa economia, reação salutar. Os emprenedimentos industriais, em curso para o fabrico da celulose, com matéria prima nacional, têm tido dedicado apôio do Govêrno e poderá garantir, em breve, nosso auto abastecimento.

Sem celulose, estariamos com a marcha de nossa civilização cerceada, privado o país de meios para desenvolver a instrução do povo e de elementos para a própria defesa militar.

Ao lado do cultivo de fibras finas (como sejam as do linho, ramie e outras) jaziam azandonadas as da nossa flora, utilizadas, entretanto, muitas delas, desde os tempos coloniais pelos indígenas.

Era forçoso, a exemplo do que se havia realizado com outros produtos nacionais, empreendessemos o aproveitamento das fibras nacionais. Ao mesmo tempo que se realizavam nos estabelecimentos do Ministério da Agricultura estudos e experimentações de nossos texteis liberianos e capazes de nos tirar da dependência da juta estrangeira, creou-se, na antiga Comissão de Defesa da Economia Nacional, o Serviço de Contrôle de Fibras Nacionais e Manufaturas Derivadas a qual teria por fim fiscalizar a utilização das fibras nacionais isoladamente, e, muito principalmente, em mistura com a juta estrangeira.

Desejo, por hoje, focalizar, através do relatório há pouco organizado pelo chefe daquêle Serviço, Sr. Nilo Gallo, os resultados obtidos em 1943, dignos como são de ser frizados. Foram consumidas nesse ano as seguintes fibras:

Juta indiana	10.288.401	*quilos*
" *brasileira*	3.247.892	"
Malvácea	9.607.268	"
Abacaxi	8.265	"
Caroá	5.657.422	"
Total	28.809.359	"

Noções e Fitologia

Familia das Umbeliferas (Jussieu)

pelo Engenheiro-agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Prof. da Escola de Horticultura
"W. Bello"

I — *Generalidades*

Nas suscintas notas que estamos escrevendo para nossos alunos da Escola de Horticultura Wencesláu Bello, abordaremos a familia das *Umbeliferas*.

Esta familia, compreende um elevado número de espécies convenientemente estudadas, disseminadas em quasi tôdas as regiões do globo, de preferência nas zonas temperadas.

Poucos são os representantes nas zonas sub-tropicais e tropicais.

O estudo das Umbeliferas apresenta grande interêsse, sobretudo sob os pontos de vista horticola e medicinal.

Sob o ponto de vista horticola (o que mais nos interessa), a familia das Umbeliferas apresenta grande importância, pois, várias das suas espécies são cultivadas em larga escala, visando a exploração racional de suas folhas, raises e sementes comestiveis, ou, simplesmente, utilizadas como condimentos.

Entre essas espécies, não podemos deixar de citar, como mais cultivadas, a cenoura ou carota (Daucus carota), o aipo (Coriandrum sativum), o cuminho (Carum carvi), a pastinaga (Pastinaca sativa), a erva-dôce (Pimpinella anisum), o funcho (Foeniculum vulgare) etc..

Sob o ponto de vista medicinal, não menor é a sua importância, podendo-se mesmo dizer que as Umbeliferas são essencialmente medicinais, pois, de um modo geral, são os seus frutos empregados, com reais vantagens, como carminativos e estomáquicos.

Entre elas, podemos citar o aipo (Apium Graveolens), angélica (Angélica archangelica), erva-dôce (Pimpinella anisum) cicuta (Cicuta maculatum), coentro (Coriandrum sativum), funcho (Foeniculum vulgare) levistico (Ligusticum levisticum), felandrio (Phellandrium aquaticum), sumbul (Ferula sumbul), etc..

A produção de sacos alcançou .... 46.617.264, *no valor de* Cr$ 206.702.745,00; *de fios,* 4.200.780 *quilos, valendo* ...... 27.287.507,50; *de telas,* 16.890.262 *metros, ou valor de* Cr$ 38.101.116,00; *ou um total de* Cr$ 277.091.268,00.

A S. N. Agricultura, que tanto se tem preocupado com a aplicação de medidas em favor das fibras nacionais, não podem passar despercebidos êsses auspiciosos resultados constantes do relatório do Serviço de Contrôle das Fibras Nacionais e Manufaturas Derivadas. Julguei, por isso mesmo, devesse tal acontecimento ficar registado nas páginas desta revista.

Resta, entretanto, prosseguirmos no estudo experimental das nossas fibras; no melhoramento e no plantio racional dessas fibras, muitas em um regime apenas de exploração extrativa; no desenvolvimento do plantio da juta na Amazônia, onde poderá tornar-se uma das suas principais fontes de riqueza; na padronização rigorosa, afim de que os produtos industriais com fibras nacionais satisfaçam às exigências do mercado nacional e, futuramente dos do exterior; enfim, esperemos que, passado êste momento excepcional, o país possa contar com a consolidação dos resultados obtidos e, portanto, com recursos próprios para a embalagem dos seus produtos agrícolas, tornando-se ainda um grande exportador, criando-se dessa forma, uma segura fonte de riqueza para o Brasil.

II — *As Umbelíferas na História*

Conquanto fuja um pouco de nosso obetivo, a título de ilustração e para amenizar um pouco nosso estudo, lembraremos alguns fatos históricos relacionados com Umbelíferas. Conta a história, por exemplo, que em Marselha, o envenenamento voluntário com cicuta era oficialmente reconhecido, existindo até legislação a respeito.



Fig. 1
Alguns tipos de raízes de Umbelíferas

Bastava ao candidato ao suicídio, requerer ao Senado e dêle obter a necessária autorização, para, legalmente, pôr termo a vida. O grande Sócrates, como por todos é sabido, terminou seus dias, trágicamente, condenado por Critias, seu inimigo, a beber uma taça com cicuta.

O aipo selvagem, já teve seus áureos dias. Foi, durante muito tempo usado na antiguidade, para a confecção de corôas destinadas aos vencedores de várias competições.

Assim, por exemplo, era comum aos vencedores dos jogos nemeamos, ser oferecida uma corôa feita de aipo selvagem verde.

Já aos vencedores dos jogos istmicos, era oferecida uma corôa confeccionada com o mesmo aipo, porém depois de completamente sêco.

Era hábito, entre os tão falados gladiadores antigos, o uso continuado de frutos de uma espécie de Peucedanum, na alimentação, pois, acreditavam que os seus frutos, os faziam mais sadios e aptos para os grandes embates a que se submetiam.

III — *As Umbelíferas na mitologia*

Não menos numerosas são as referências à espécies de Umbelíferas, nas lendas mitológicas.

Assim, uma espécie de Férula, (Umbelífera de Prometeu), teria servido para confeccionar o tubo no qual Prometeu, filho de Japet, colocara o fogo sagrado, roubado no Olimpo.

Narra ainda a mitologia que a bela Venus, penteava as suas incomparáveis madeixas, com os frutos de uma Umbelífera, por tal motivo chamada "pente de Venus".

IV — *As Umbelíferas na alimentação*

A título de ilustração, daremos a composição química de duas das Umbelíferas mais usadas, a cenoura, de uso corrente como alimento, e a salsa, quasi que indispensável como tempêro.

Compostos	*Percentagens* *Salsa*	*Cenoura*
Água	85,70	88,20
Proteinas	3,82	1,10
Mat. graxas	1,39	0,40
Carbohidratos . . .	4,82	8,20
Fibras	1,52	1,10
Cinzas	2,75	1,00

O valor vitamínico destas duas Umbelíferas, é o seguinte:

Vitaminas	*Salsa*	*Cenoura*
Vitamina A	bôa fonte	rica fonte
Vitamina B	bôa fonte	pouca
Vitamina C	rica fonte	pouca

V — *Posição sistemática da família*

De acôrdo com a classificação de Engler, adotada nos nossos programas de ensino da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, a posição sistemática da família das Umbelíferas é a seguinte:

Embryophyta siphonogamae
Seção: Angyospermae
Classe: Dicotyledonae
Sub-Classe: Choripetalae
Série: Umbeliflorae

A série Umbeliflorae compreende três famílias, a saber:

a) Família Araliaceae
b) Família Umbelliferae
c) Família Cornaceae

A última das três famílias distingue-se com facilidade das duas primeiras, porque suas flores são, em geral tetrâmeras, o que não acontece com as outras, que possuem quasi sempre, flores pentâmeras.

Resta-nos, agora, distinguir uma Araliacea de um Umbelifera.

A tarefa é relativamente fácil, desde que sejam observados, não só o aspecto das plantas, como também o tipo de fruto.

De fato, enquanto os frutos das Araliáceas são carnosos ou meio sêcos (bagas ou drupas), os das Umbelíferas são secos, indeiscentes (diaquênios).

Por outro lado, a quasi totalidade das Umbeliferas, são ervas ou sub-arbustos, ao passo que, os representantes das Araliáceas, são, na maioria dos casos, árvores.

VI — *Afinidades botânicas*

A série das Umbelifloras apresenta afinidades com as Phammaceae e as Rubiales.

Distingue-se da primeira, porque possue ovário ínfero, da segunda, pela sua corola dialipétala.

VII — *Caracteres botânicos da família*

Os principais são os seguintes:

a) *Porte e duração das plantas*

São as Umbelíferas, na maioria dos casos, ervas ou sub-arbustos, com aspectos os mais variáveis.

Raras são as espécies arbustivas e raríssimas as árvores.

Quanto a duração, a grande maioria das espécies são anuais (cuminhos), ou biannuais, (aipo), podendo, todavia, serem vivazes.

b) *Sistema radicular*

Como nas demais dicotiledôneas o tipo de sistema radicular predominante é o axial, sendo as raizes, as mais das vêzes, bastante fibrosas.

c) *Caule*

O caule é glabo ou eriçado, conforme a espécie, podendo ser ramificado ou indiviso.



Fig. 2
Alguns tipos de folhas de Umbeliferas

Internamente é, ás vêzes, parcialmente ôco, e além disso, apresenta-se em muitas espécies, manchado ou estrindo.

Dêle despreende-se um cheiro característico, visto ser percorrido por vários canais secretores que possuem óleos voláteis, resinas, gomas, bálsamos, etc..

Tais canais são também encontrados nas raizes e bolhas.

O odor que das Umbeliferas se despreende é em alguns casos aromático, em outros é muito desagradável, como acontece, por exemplo no Conium maculatum, Cicuta virosa etc..

d) *Folhas*

Em sua quasi totalidade, as espécies de Umbelíferas apresentam folhas desprovidas de estípulas.

Em certos casos, todavia, relativamente e pouco numerosos, pode-se constatar rudimentos de estípulas do tipo escamosas.

Quanto á folha, é simples, o seu limbro apresenta aspectos os mais variados (inteiro, lobado, partido, etc.) sendo

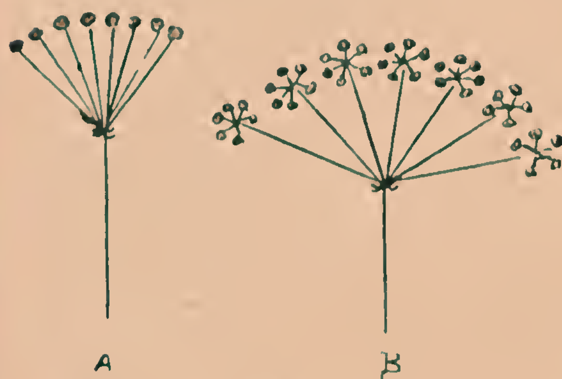


Fig. 3
Esquemas de umbelas
A — Umbela simples
B — Umbela composta

mais comum o tipo de limbo profundamente recortado.

Quando elas são compostas, os seus foliolos se apresentam também profundamente recortados.

Em menor número de casos as folhas são tipicamente lineares.

A bainha é, as vêzes, bastante desenvolvida, do tipo amplexicaule, e, em certos casos, é uma ócrea.

e) *Inflorecência*

Uma das caracteristicas mais tipicas da família, que lhe deu até o nome, é o tipo de inflorescência em umbela.

A umbela pode ser simples ou composta, sendo o segundo tipo o mais comum, e se apresenta precedida de um verticilo de brátens.

Em alguns casos, afiás muito raros, a inflorescência é um capitulo.

f) *Flor*

As flores das Umbelíferas são pequenas, geralmente de coloração branca, amarelada ou esverdeada, do tipo pentâmeras, actinomorfas, hermafroditas.

Raros são os tipos zigomorfos e dióicos.

Vejamos, de per si, as caracteristicas de cada um dos verticilos florais, isto é, o perianto e os verticilos reprodutores.

Verticilos protetores

O cálice, do tipo gamossépalo, possui cinco sépalas pequenas, cujos limbos são inteiros, ou então divididos em cinco dentes curtos.

A corola apresenta cinco pétalos também pequenas, côncavos ou encurvados para o vértice, caducos e alternados com as sépalas.

A pre floração é do tipo valval ou imbricada.

Verticilos reprodutores

O andreceu é constituido por cinco estampas livres, com filetes filiformes, alternados com as pétalas.



Fig. 4
Alguns tipos de frutos de Umbelíferas

As anteras são curtas, introrsas, e, quanto a forma, são em geral ovoides ou sub-globulosas.

Possuem elas dois lóculos (biloculares), que formam quatro lojas antéricas, onde estão alojados os grãos de pólen.

A deiscência das anteras é no sentido do comprimento (longitudinal).

O gineceu é formado por dois estiletes filiformes, inicialmente dispostos em posição vertical, e, após a floração, recurvados.

O estigma possui aspecto muito variável.

O ovário é ínfero, provido geralmente de dois lóculos, raramente um.

Cada lóculo apresenta, pendente, um óvulo do tipo anátropo.

Na base dos estiletes existem duas lojas nectaríferas.

g) *Fruto*

O fruto das Umbelíferas é sêco, indeiscente, composto (diaquênio) a princípio preso em um carpóforo.

Tais frutos, separam-se em dois aquênios, por intermédio de uma fenda que se apresenta entre êles, orientada de baixo para cima.

O carpóforo é geralmente filiforme, apresentando-se em alguns casos inteiro, em outros bifido.

A forma dos aquênios é extremamente variável (oblonga, obovoide, etc. conforme a espécie).

Cada um dos aquênios é provido de arestas comumente chamadas costeletas, lineares e longitudinais, divididas em principais e secundárias.

Os frutos são, em muitos casos, fortemente comprimidos sôbre os espinhos.

Muitos dêsses aquênios, são providos de glândulas especiais oleíferas.

Conforme a espécie, o odor dos frutos é desagradável ou aromático.

Numa espécie muito conhecida de Umbelífera, o Coriandrum salivum, dos frutos enquanto não maduros desprende-se um odor desagradável e característico, que passa a aromático, quando êles atingem a completa maturidade.

h) *Semente*

As sementes, como em todos os aquênios, estão presas ao pericarpo, apenas pelo funículo.

O albumem, as vêzes é mais ou menos córneo, outras carnoso, e o embrião é curto, provido de radícula súpera e cotilédones pequenas.

VIII *Umbelíferas cultivadas*

Entre as Umbelíferas cultivadas, podemos citar como mais exploradas em hortalicicultura, as seguintes.

Nome vulgar	*Nome científico*
Aipo	Aipo graveolens
Angelica	Angélica archangelica
Cenoura	Daucus Carota
Funcho	Foeniculum vulgare
Erva-dôce	Pimpinella anisum
Cuminho	Carum coroi
Coentro	Coriandum sativum
Pastinaga	Pastinaca sativa
Salsa	Petroselinum satium

Variedades hortícolas

Aipo tronchudo e aipo rábano.

Cenouras de mesa (curta de Guerande, curta de Nantes, curta de Holanda, meio comprida de Nantes meio comprida de Valery etc.). Cenoura forrageira (Edimburgo, Vosges, etc..)

Funcho dôce de Bolonha

Erva-dôce branca, erva-dôce preta

Pastinaga redonda, precoce, pastinaga redonda rápida, etc..

Salsa de folhas lisas (Colônia, Meaux, etc.) salsa de folhas crespas.

★

Dr. Sarandy Raposo



A consternação que se manifestou em nossos meios intelectuais pela morte do Sr. C. A. de Sarandy Raposo traduziu-se na magnitude do entêrro do ilustre extinto, em 29-4-1944 verificado no cemitério de São Francisco Xavier. Enorme foi o acompanhamento, de amigos, de companheiros de lutas e de admiradores.

É que realmente perdeu o Brasil uma expressiva personalidade do mundo onde se estudam os problemas sociais, em especial os concernentes às questões de cooperativismo. Basta, para se formar idéia precisa do que foi e realizou o Sr. Sarandy Raposo, salientar o principal da sua atividade e relacionar as obras que escreveu. Assim quanto à sua grande atividade pública: foi por aprovação em concurso técnico, representante da Sociedade Nacional de Agricultura, na "Grande Exposição Agro-Pecuária de Pelotas" em abril de 1905; na "Exposição agrícola-industrial de Florianópolis", em maio de 1905 na "Exposição de aparelhos a álcool de Porto Alegre", em junho de 1906; pela mesma sociedade, e ainda por concurso-técnico, encarregado da propaganda rural das aplicações industriais do álcool, em julho de 1906; sócio-correspondente do Centro Econômico de Pôrto Alegre, por deliberação unânime de sua diretoria e seu conselho, em novembro de 1906; por voto de todos os sindicatos congraçados, redator (único) do "Boletim do Comité Central dos Sindicatos Agrícolas dos Estados Açucareiros", em março de 1907; por determinação do Ministério da Fazenda, secretário da "Comissão de Inquérito sôbre a indústria açucareira" em abril de 1907; encarregado pela Sociedade Nacional de Agricultura da propaganda e organização da "Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil", em dezembro de 1907; auxiliar da "Comissão Organizadora do 2.º Congresso Nacional de Agricultura", em janeiro de 1908; delegado do Estado de Santa Catarina ao referido Congresso, em fevereiro de 1902; diretor da Diretoria do "Sindicalismo-Cooperativista", e da "Organização e Defesa da Produção", e, finalmente, representante do Serviço de Economia Rural junto ao Departamento Nacional de Seguros do Ministério do Trabalho.

E escreveu: Associações rurais; Sindicatos agrícolas; Caixas de crédito rural; Bancos populares; Descentralização das caixas econômicas: A união agrícola no estado moderno; Vantagens sociais e econômicas da união sindicatória; A monocultura e a policultura; A crise açucareira e a Conferência de Bruxelas; o socialismo entre agricultores e industriais; A lavoura, a indústria e o comércio; Os trabalhos da "Grande Exposição de Pôrto Alegre"; O álcool industrial; Desnaturantes e carburantes; Vantagens econômicas das aplicações industriais do álcool; 24 facículos do "Boletim do Comité Central dos Sindicatos Agrícolas dos Estados Açucareiros"; A cooperativa central dos agricultores do Brasil; Uma questão de crédito agrícola e aplicação da lei n.º 1.637; Crédito Agrícola e as Caixas Raiffeison; Estudo histórico das associações agrícolas do Brasil; Apontamentos para a geografia agrícola do Brasil; Produção e consumo mundial do açúcar (Tradução e adaptação). Apêlo à concórdia; Plano da confederação sindicalista-cooperativista brasileira. O communismo e os governos da República; Razões econômicas e filosóficas do sindicalismo-cooperativista; Lei dos sindicatos agrícolas; Lei das cooperativas profissionais e sociais; Plano geral de organização agrária; Organização da "Diretoria do Sindicalismo-Cooperativista"; Organização e Defesa da Produção"; Controvérsia (Vencedora) com o Ministério do Trabalho sôbre questão econômico-social agro-industrial; Controvérsia (vencedora) com o Ministério da Fazenda sôbre isenções e fundos beneficiadores das cooperativas agrícolas e proletárias; Teoria e prática da coope-

ração, 1a., 2a., e 3a. edições. Exportação de bananas; O problema do mate; Estatutos do Banco nacional de crédito rural; Prática do banco rural; Política econômica do Exército.

Deixou inédita uma "História Universal do Cooperativismo".

Ademais dirigiu, durante muitos anos, a secção trabalhista de "O País" e de "O Imparcial"; fundou o matutino "O Trabalho" e colaborou em inúmeros jornais e revistas.

Porém o Sr. Sarandy Raposo se não confiou na vida boracrática e na produção de magníficos livros. Foi um homem de brilhante ação, um verdadeiro apóstolo do cooperativismo, pelo qual lutou sem descanso, tão certo estava da necessidade de o Brasil praticar em larga escala a realização das idéias pelas quais se batia.

O seu livro "Teoria e prática da Cooperação" lançou a base, entre nós, do movimento cooperativista, do sindicalismo-cooperativista, como o chamava o extinto. Preconceitos, desconhecimento exato do assunto, indiferença, animosidade contra a modernização das instituições se antepuzeram à vitória dos ideais do Sr. Sarandy Raposa. Mas a tenacidade dêsse homem permanecia admirável e, por isso já a atingir a velhice, logrou ver os primeiros êxitos do seu apostolado. E não tardou a ter o prazer de presidir o primeiro congresso de trabalhadores de todo o país, em que se solidificavam as bases do monumento que planejara.

Vitoriosa a revolução de 1930, pouco depois era chamado pelo Sr. Juarez Távora ao Ministério da Agricultura, aí recebendo o encargo de fundar e dirigir a Diretoria do Sindicalismo-Cooperativista, atualmente Serviço de Economia Rural.

Elaborou então a legislação sindical-cooperativa e os estatutos do "Banco Nacional de Crédito Rural", como aparelhamento para o "Plano Geral de Organização Agrária, que, segundo o parecer do grande economista argentino Nicola Repetto, "é o mais completo e perfeito plano para organização das classes agrárias".

C. A. Sarandy Raposo mostrou a excelência do crédito moral por intermédio das sociedades cooperativas, únicos órgãos capazes de praticar o crédito pessoal, por suas condições especiais de solidariedade e consciência coletiva, e, hoje, ninguem mais nega às entidades trabalhistas a idoneidade para constituir melhor rêde de distribuição de recursos financeiros a todos os setores do trabalho nacional.

Era natural de Florianópolis, nascido em 11 de fevereiro de 1880, e deixou viuva a Sra. D. Clarinda Silva Raposo e grande descendência.

Curso Zootecnia Prática

W. W. COELHO DE SOUZA

A especialização dos estudos de zootecnia, se deve impor, entre nós, pois a indústria pastoril ocupa hoje, no nosso país, uma posição de destaque.

O território brasileiro, talvez em um terço da sua superfície, seja ocupada pela criação, da qual em primeiro lugar se acha a dos bovinos e em segundo a dos suinos.

De acôrdo com o censo pecuário realizado pela Indústria Pastoril em 1940 do Ministério da Agricultura, a população bovina do Brasil se elevava a 47.490.000 cabeças e a de suinos .... 22.100.000, afóra a de ovinos e caprinos que atingem a 5.200.000, e aquela a 10.700.000 de cabeças.

A de equídeos monta a 6.800.000 cabeças e a de asininos e muares a .... 2.790.000, o que representa para os animais pecuanos, neste País explorado, total de 95.200.000 cabeças.

Dos números acima citados, o Brasil, principalmente em bovinos, acha-se colocado em 4.º lugar; excedendo-o em quantidade a Índia, com 146.000.000; os Estados Unidos com 68.923.000 e a Rússia Européia, com 37.563.000 cabeças.

Na criação de suinos, ocupa o 3.º lugar como criador, precedido dos Estados Unidos, que se acham em 1.º lugar.

Na dos equídeos, o 5.º lugar; na dos muares, o 2.º na dos caprideos, o 2.º e na dos ovídeos o 10.º lugar, excedendo-lhe a Argentina com 67.000.000 de carneiros.

A especialização, por assim dizer, do estudo de zootecnia se impõe entre nós. Daí a necessidade de um curso separado do de agricultura, afim de não muito se sobrecarregar a distribuição das matérias.

A zootecnia, segundo a definem de acôrdo com a etimologia de sua palavra, é a arte de criar, manter e utilizar-se dos animais domésticos, porém, no conceito moderno, ela tem por fim estudar os animais domésticos, como máquinas produtoras de trabalho, motores de guerra e como agentes transformadores dos alimentos obtidos pela a agricultura ou pela indústria.

Seu fim é o de fazer conhecer os meios de obter, da maneira mais perfeita e, concomitantemente, mais econômica, êsses animais e seus produtos.

Podemos, entretanto, encarar a zootecnia sob dois aspectos; ciência para as escolas superiores, e arte para as escolas agro-técnicas; não as separando, todavia, como parte essencial da ciência agronômica.

O objetivo da criação de um curso de zootecnia teórico-prático, propõe-se a satisfazer, entre nós, a necessidade de formarmos técnicos perfeitamente aparelhados nos diferentes trabalhos da ciência zootécnica aplicada.

Os estudos, como atualmente são feitos, da agricultura conjuntamente com a zootecnia, apezar de constituirem dois grandes braços da produção vegetal e animal, não podem ser feitos concomitantemente, atento à adversidade de práticas e de trabalhos, que um e outro reclamam, e, principalmente, num meio em que quasi tudo está para se fazer. Por isso, que a enciclopédia nos estudos agronômicos traz sempre confusões e prejuizos.

Em regra, no Brasil, as zonas onde a indústria agricola se exerce, devido às condições naturais do seu solo e clima, bem ainda as de cultura, são perfeitamente discriminadas. Assim temos: zonas agricolas da cana, do algodão, do fumo, do café, etc., como também zonas de criação, especializadas, onde a parte agricola é puramente forragínea.

Consequentemente, tamanha diversidade de meio e de processos culturais, impõem limites ao agrônomo que trata de culturas sem exigência de centros criadores, e ao zootecnista que cuida das criações sem necessidade de conhecer os processos da cultura da cana, do café, etc., mas sim, e ùnicamente, os das que se relacionam com os tratos e culturas das hervagens.

Destarte, é como muito bem diz Júlio Bernard em seu "Curso de Zootecnia": "Assim como com a agricultura se trata de obter plantas, também com a zootecnia se trata de obter animais".

Assim, pois, o ensino da zootecnia, bem como o da agricultura, só poderão ser economicamente proveitosos, quando ao lado das divagações catedráticas, sejam ministradas sem exagêro, e por detalhes, as observações indicadas pelo bom tenao prático e por demonstrações claras e precisas; fazendo com que os aluno sfiquem obrigados a seguir as diversas operações de exploração dos animais domésticos, em os centros que sirvam de escolas de aplicação, cuidadosamente instalados.

Escola prática de zootecnia e organização

As escolas médias para os estudos teórico-práticos de zootecnia, têem por fim:

a) formar criadores práticos e instruidos em os princípios científicos necessários para uma exploração de indústria de criação sob o ponto de vista prático e econômico;

b) desenvolver entre os alunos, por um método educativo, os princípios da bôa prática bootécnica, esclarecendo-lhes o espírito comercial e econômico da produção animal;

c) proceder a estudos, especialmente sôbre aclimação e adaptação econômica das diversas raças de gado e seu aproveitamento como produtoras e fôrça motriz; leite, carne, etc., indicando, por assim dizer, os métodos de criação e engorda, e da exploração do leite;

d) promover a aclimação e multiplicação de animais de raça, fornecendo aos criadores produtos selecionados;

e) facilitar aos craidores o melhoramento das raças locais, por meio dos reprodutores mais adequados;

f) promover a seleção das raças nacionais mais convenientes;

g) estabelecer o ensino dos registos genealógicos;

h) ministrar aos criadores onde se achar instalada a escola, instruções sôbre hibiene e alimentação de animais; suas habitações; valor nutritivo das forragens; etc.;

i) estudar as forragens sob o ponto de vista agrícola, químico e econômico, preferindo-se as da região;

j) estudar sob o ponto de vista prático, os processos relativos à indústria de laticínios;

k) proceder às análises de terras de cultura, sementes, adubos, forragens, produtos alimentícios de origem animal, etc.;

l) atender às consultas dos criadores da região;

m) dirigir todos os trabalhos concernentes ao cruzamento, seleção, aclimaçao e exploração dos animais;

n) estudar os melhores processos de aclimação dos animais e sua exploração na região em que estiver localizada a escola;

o) organizar as tabelas de racionamenmento dos animais, de modo a conservar melhor as aptidões e caracteres específicos de cada raça, especialmente das da região;

p) fazer experiências sôbre a alimentação com forragens nacionais, tendo em vista a engorda, a produção do leite e a criação dos indivíduos novos, mórmente os da região.

As escolas deverão ser dotadas dos seguintes compartimentos:

1.º — um gabinete de química bromatológica.

2.º — um gabinete de agrologia.

3.º — um gabinete de fisiologia.

4.º — um gabinete de genética.

5.º — um gabinete de microscopia.

6.º — um gabinete de zootecnia aplicada, harimetria.

7.º — um museu de plantas forrageiras.

8.º — um museu de animais domésticos.

9.º — um museu de agrologia.

10.º — um mostruário modêlo de estábulos, cavalariças, pocilgas, etc..

11.º — uma cavalariça.

12.º — uma vacaria.

13.º — uma pocilga.

14.º — um aprisco.

15.º — um aviário.

16.º — uma estrumeira.

17.º — silos (diversos modelos).

18.º — paiol e armazens para guardar forragens.

19.º — uma ferraria.

20.º — um apiário.

21.º — uma selaria.

22.º — um pavilhão para máquinas agrícolas, especialmente, para o trabalho das pastagens e prados.

23.º — um campo de demonstração agrostológico.

24.º — campos naturais e artificiais.

O curso de estudo médio teórico-prático de zootecnia, dever-se-á distribuir num periodo de três anos.

Para a matricula ao primeiro ano da escola, exigir-se-ão as seguintes matérias preparatórias:

Português.
Francêz ou Inglês.
Aritmética e Álgebra.
Geografia e História do Brasil.

O curso dividir-se-á da seguinte forma:

1.º ANO

1.º *semestre*

Aritmética e Álgebra.
Geometria aplicada.
Fisica e meteorologia agricola.
(Desenho)

2.º *semestre*

Quimica orgânica
Botânica elementar
Zoologia — anatomia animal. (grandes e pequenos mamiferos).

2.º ANO

1.º *semestre*

Quimica agricola e analitica.
Exterior dos animais (1a. parte)
Matérias alimentares.
Microbiologia agricola.

2.º *semestre*

Exterior dos animais (2a. parte)
Agrologia geral e especial.
Praticultura
Praticultura
Quimica bromatológica (análises de forragens).

3.º ANO

1.º *semestre*

Fisiologia animal
Zootecnia (1a. parte)
Alimentação animal e higiene zootécnica.

2.º *semestre*

Arte veterinária.
Agricultura especial (forragens)
Zootecnia (2a. parte)
Economia Rural e Contabilidade Agricola.

Curso para a parte prática

A) Tratamento dos animais:

I) Utensilios de limpesa

a) Almofaça, broca
b) Esponjas
c) Pente
d) Escôvas

II) Higiene dos animais:

a) Banhos
b) Banhos carrapaticidas;
c) Preparo das crinas;
d) Preparo dos chifres;
e) Preparo dos cascos e limpeza.

III) Ferragem:

a) Ferraduras e casco, sua nomenclatura;
b) Como se ferra.

IV) Alimento:

a) Corte de Forragens;
b) Distribuição e preparo dos sacos;
c) Silos e ensilagem.

V) Ordenha:

a) Como se ordenha;
b) Limpeza e higiene da pele;
c) Condução do leite;
d) Raças leiteiras e seu conhecimento prático;
e) Cuidados de asseio que se deve ter em um estábulo.

Engenheiro Antonio Ribeiro de Castro Sobrinho

Transcorre a 27 de Julho o segundo aniversário do passamento dêsse ilustre engenheiro, cuja vida profissional foi tôda consagrada a iniciativas úteis no país. Coube-lhe exercer atividade em vários ramos da engenharia, muito particularmente no ramo industrial, em suas aplicações ao aperfeiçoamento das indústrias rurais como diretor de emprêsas açucareiras, de laticinios e outras, devendo-se-lhe ainda muitos projetos de engenharia sanitária como técnico que foi por muitos anos do Ministério da Agricultura.

Além disso, consagrou-se à publicidade agrícola, deixando muitos trabalhos de divulgação, que receberam a melhor acolhida nos meios profissionais.

Sua dedicação aos problemas agrícolas, fê-lo organizar uma rara biblioteca especializada que ofertou a várias instituições, dentre elas a Escola Nacional de Agronomia, para a instrução da nossa mocidade.

Sua memória, reverenciada pelos inúmeros amigos, é digna de exemplo como a de bom brasileiro.

A 2a. Conferência Nacional de Pecuária recomenda:

a) a reorganização das Escolas Práticas de Agricultura existentes no País, sob a denominação de Aprendizados Agrícolas, e a criação de novas, de modo que todos os Estados da Federação sejam beneficiados com instalações dêste tipo, que sirvam às zonas agrícolas e pastoris;

b) a criação de Escolas Normais Rurais, nas zonas agrícolas e pastoris do País, ou a criação da cadeira de noções de agricultura e de Zootecnia, nas Escolas Normais comuns;

c) o ensino da agricultura e da pecuária através das Escolas Primárias Rurais das regiões agrícolas e pastoris por meio dos Clubs Agrícolas;

d) a multiplicação dos Campos de Cooperação e das Estações de Monta nos centros pastoris do Brasil.

(*Tése apresentada à II Conferência Nacional de Pecuária*).

O Cooperativismo e o Após-Guerra

por *FABIO LUZ FILHO*

Já tive oportunidade de ressaltar, em me referindo a determinado e ilustre economista argentino, que o cooperativismo tem na liberdade seu clima específico.

Disse êle algures que numa atmosfera livre floresceu na Dinamarca, o país por excelência do cooperativismo agrícola e de sã política agrária, cuja rede de cooperativas abarca cêrca de 40% da população campesina sòlidamente radicada em suas pequenas e fecundas propriedades agrícolas. Nela existiam 1.821 cooperativas de consumo centralizadas em uma grande organização federativa com produção própria.

A Finlândia faz lembrar a propaganda segura, constante e profícua do Prof. Hannes Gebhart, e admira-nos a cifra que o cooperativismo engloba: 500.000 associados, totalizando suas vendas o valor 2 bilhões de cruzeiros, enfrentando galhardamente "trusts" de fósforos como os de Kreuger Y Tell.

A Suécia apresenta-nos também um quadro de côres otimistas no plano de ação cooperativa. Êsse país, além de ter nacionalizado as estradas de ferro, a eletricidade, os telégrafos, os telefones e outros recursos naturais, tem 600 mil famílias usufruindo os largos benefícios que promanam da organização cooperativa. Enfrentam, como fôrças reformadoras, suas cooperativas, "trusts" de margarina e farinha, de goma e lâmpadas.

Desenrola-se ainda, aos nossos olhos, o cenário cooperativo da Bélgica, da Holanda, da França...

Depois da sombria tempestade que ainda ruge na Europa, a tarefa de reconstituição só será possível num ambiente de mútuo entendimento e de liberdade.

Em meus livros tenho acentuado o papel que representará o cooperativismo como fôrça renovadora, na blandiloquência de seus postulados.

Ao cooperativismo caberá, pois, soma considerável de esforços para consecução dêsse desiderato de fraternidade e concórdia, ampliadas as possibilidades da vida de relação.

Eis a voraginosa e létrila fogneira que crepita, em labaredas de trágica destruição, na desgraçada e esborcelada Europa, síntese de de uma época, subvertendo símbolos e liberdades erguidas em longos séculos de lutas e ingente labor...

Será que dessa imensa tragédia que se aproxima de sua catástese; será que dessa horripilante sangueira que afoga grandes ideais de solidariedade humana e a fina flor da mocidade de grandes nações com um brilhante e fecundo passado que hoara a civilização de nossos dias, não surgirão acaso, novas formas econômicas, novos valores morais e espirituais, um outro espírito de compreensão mútua no plano da vida social, nas relações de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo, de nação para nação, apoteosando os grandes princípios que o cooperativismo há anos desfralda sôbre o mundo como lábaros de esperança e redenção?... O escote de lágrimas, suor e sangue que a humanidade está pagando, deverá, redimi-la, certo...

José Enrique Rodó disse, bhilhantemente, em "Ariel", luminoso breviário da juventude: "*Há uma profissão universal que é a do homem*", disse admiràvelmente *Guyau*. E *Renan*, recordando,

a propósito das civilizações desequilibradas e parciais, que o fim da criatura humana não poderá ser exclusivamente saber nem sentir ou imaginar, mas, sim, o de ser real e inteiramente *humana*, definiu o ideal de perfeição para onde ela deve convergir..." Repousando no respeito à dignidade da pessoa humana, o que a coloca a alguma distância de conhecidas doutrinas de automatismo, a teoria cooperativa tende para êsse superstite ideal puro de perfeição...

A *Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América do Norte*, pela vibrante voz do *Dr. James Warbasse*, disse, em setembro de 1942, na reunião do décimo terceiro congresso bienal que sempre realiza, que é precioso que a cooperação internacional se torne uma necessidade imediata. E *Mr. Murray Lincoln*, presidente da mesma Liga, declarou: "Devemos mostrar ao mundo que a causa de suas desgraças não vem da existência da democracia política, mas do fato ed que nunca houve nem há democracia econômica", o que *o* cooperativismo encarna e realiza, levando à justiça social e y "liberdade organizada", tudo procurando fazer *aequo animo*.

O Dr. Francisco Alvariño Herr, digno Presidente do "*Instituto Cooperativo do Perú*", e um dos brilhantes animadores do movimento nesse país, de tão belas tradiç es, dignou-se enviar-me seu último trabalho. Trata-se de um discurso que fêz ao receber recentemente o Presidente da República dêsse país na assembléia comemorativa do terceiro aniversário dêsse Instituto, órgão que impulsiona o movimento cooperativo peruano. Disse, entre outras coisas justas e oportunas:

"Nossa geração teve o doloroso destino de suportar duas conflagrações mundiais, cujo horror dantesco é impossível descrever; mas, essa conjuntura nos obrigou a meditar profundamente sôbre as causas determinantes dêsses flagelos periódicos. Pensamos e cremos que os frequentes conflitos bélicos são consequência da atual organização econômica e social, e desejamos sua solução pelo sistema cooperativo, mediante um processo de substituição, utilizando os instrumentos atuais para erguer um mundo melhor.

"O movimento cooperativo no Perú surge como fundada esperança dos homens de trabalho e como anelo de redenção de milhões de indígenas que formam comunidades e que começaram a incorporar-se a êste novo sistema, tão parecido com o dêles.

"Não obstante o cooperativismo apresente soluções de um ponto de vista econômico, deve guiar-se por autênticas e desinterssadas fôrças espirituais, se quiser conservar a pureza de suas intenções".

O *Dr. Manuel Prado*, digno Presidente da República, respondendo, disse, entre outras cousas: "Estas considerações, que se baseiam no conhecimento de nossa realidade, hão de ter que se orientar gradualmente para a organização de uma economia capaz de nos permitir a melhor exploração dos enormes recursos de nosso solo... Com esta convicção, consignei em meu programa eleitoral a ieplantação do cooperativismo na República de acôrdo com as condições de adiantamento de sua população, o que permite tomar conhecimento dêstes princípios em que se inspira a concepção do Estado Moderno".

O cooperativismo, armado de ponto em branco, paulatinamente esbarrondará as omfatras do atual regime econômico.

Estamos na cesura de dois mundos, no ceirel de transfigurações incoercíveis. O cooperativismo não trabalhou em vão, no poder de milagre de suas idéias-fôrças...

Industrialização Nacional e as Populações Rurais

EDGARD TEIXEIRA LEITE

Vive o país, uma fase de grande atividade industrial: as antigas fábricas aceleram seu ritmo de trabalho, dobrando as turmas, aumentando as horas de labor; novas indústrias se criam, algumas de ramos ainda inexistentes no Brasil; novas oficinas se abrem em tôda parte.

Examinando-se com frieza êste surto de intensa industrialização, chegamos à conclusão que é ela motivada por dois fatores: o primeiro impossibilidade de importação, e abertura de novos mercados no exterior — consequências da guerra que sacode o mundo.

De outro lado, as importações reduzidas, deixaram um campo vasto para as indústrias nacionais, que multiplicam seus esforços para atender às necessidades internas.

Povos vizinhos, menos industrializados, vêm buscar no Brasil os produtos fornecidos habitualmente, pelas fábricas da Europa e norte-americanas.

Estamos assim diante de uma situação evidentemente passageira e cujas consequências devemos examinar com a maior atenção.

Na verdade, findo o conflito, os grandes paises industriais, hoje dedicados no esfôrço de guerra, irão retomar às suas atividades normais com a sua possança fabril ainda mais aumentada, como ainda há pouco acentuava o Sr. Warren, presidente do Banco de Exportação e Importação, dos Estados Unidos, referindo-se ao seu País.

Então, a luta pela reconquista dos mercados perdidos vai ser árdua e os meios mais enérgicos serão empregados, pela iniciativa dos poderes públicos e respectivos povos.

As barreiras aduaneiras, serão não raro impotentes, para resistir aos meios os mais diversos, que a concorrência no campo econômico, sabe criar para a conquista do consumidor.

Assim, teremos depois da guerra terminada, fora de nossas fronteiras, de sofrer a concorrência de indústrias melhor aparelhadas, em técnica, em recursos financeiros e em meios de transporte, capazes de fornecer produto melhor, mais barato e em melhores condições de pagamento.

Um estudioso dos nossos problemas econômicos escrevia em fins de 1938: "As nossas indústrias vivem a golpes de balões de oxigênio. Em 1927, dizia êle, estavam inteiramente falidas. O Banco do Brasil era o detentor, não só da indústria de açúcar, como de grande parte da indústria de tecidos. Foi necessário criar-se um aparêlho especial que é o Instituto do Açúcar, para amparar a Indústria Açucareira e facilitar a importação de máquinas, para que a indústria de tecidos, não falisse definitivamente".

A fase de prosperidade é assim passageira. Dentro de nossas fronteiras, teremos de sofrer não raro, a concorrência do similar extrangeiro, que de mil e um modos, poderá sobrepujar ao produto fabricado no país, em muitos ramos de atividades. O que ocorrerá então? As fábricas reduzirão o seu ritmo de produção; operários serão dispensados e para certos ramos, seguir-se-á um periodo de depressão, que não se pode prevêr até onde irá.

Basta atentar para o que ocorria com certas indústrias até há pouco e o que se pode prevêr até onde irá.

Basta atentar para o que ocorria com certas indústrias até há pouco e o que sucedeu depois da guerra passada, quando os velhos produtores europeus retomaram o ritmo de fabricação.

Haverá certo período de tempo — um compasso de espera — antes que is-

so ocorra e devemos aproveitá-lo para preparar-nos para enfrentar a situação.

Devemos, neste sentido, organizar os mercados internos — obra árdua, que demanda energia e tempo, e, que, por isso mesmo, precisa ser encarada com firmeza e decisão, desde já.

Sabemos todos, que grande parte da nossa população — um grande povo de mais de 40 milhões de habitantes — vive como que à margem da vida da economia nacional.

É na verdade reduzida a quota de produtividade do homem brasileiro. Talvez em dez milhões — doze, segundo os mais otimistas — participem da vida econômica da nação.

Grande parte da nossa população rural vive em fase de economia de consumo ou melhor, de satisfação das mais elementares necessidades sem intuito de lucro.

É, como se sabe, uma das formas mais primitivas de organisação econômica. Enquanto nos países agrícolas mais adiantados, a produção é condicionada pela demanda dos mercados às vêzes situados a grandes distâncias e até no extrangeiro, dois terços de nossa população rural, vive, em regimen de semi-autarquia.

Isso significa que o regimen auto-abastecimento que vai desde a construção de suas próprias casas à produção de quasi tudo que consomem, as coloca fora da economia industrial, reduzindo assim os mercados internos, de um número elevado de consumidores, cujo número atinge a milhões.

Do que se poderia obter, pela incorporação, desta avultada massa de poqulação, economicamente estragada, para as atividades industriais do país, há casos que convem mencionar.

Examinemos os do calçado e do vestuário por exemplo. A nossa produção de calçado — incluidas tôdas as categorias, era até poucos anos, de vinte e dois milhões de pares, por ano. Supondo-se que cada brasileiro adquirisse um par por ano, teriamos, no país, para mais de vinte milhões de habitantes, que andam descalços.

Mas as cousas, não se passam desta forma na realidade há alguns milhões que absorvem a pordução nacional e mais de dois terços, isto é, cêrca de trinta milhões não usam calçados.

O mesmo se pode dizer quanto ao vestuário. Si cêrca de 5 metros de tecido de algodão que é o que grande parte (muitos milhões) de brasileiros, gasta por ano, passasse a nossa população a consumir apenas o duplo, as fábricas de tecidos de algodão, de tipo popular, teriam certamente de duplicar a sua produção.

Êstes exemplos, permitem qle se verifique claramente que no Brasil, não há, nas indústrias, normalmente, excesso de produção. Há sobretudo e permanentemente sub-consumo, e que só a sua satisfação, em padrões de vida mesmo modestos seria capaz de dar um formidável destino à nossa economia.

Na sua organisação — como consumidores eficientes, é que encontraremos remédio para evitar a crise de super-produção, após a guerra, fazendo para os mercados internos, o que os Estados Unidos estão fazendo para os mercados sul-americanos:

Aumentar o poder aquisitivo do homem, criar nele novas necessidades — o que significa e importa em aumentar-lhe, o padrão de vida.

E isso devemos fazer, por dever de solidariedade humana e de interêsse econômico, realisando uma obra da maior importância politica, no grande sentido da palavra.

A Sociedade Nacional de Agricultura, que sempre se bateu a favor das populações rurais, no sentido de melhorar as condições de sua vida, dedicando um intenso labor ao estudo do habitat rural, sente-se no dever de chamar mais uma vez a atenção para êste problema, que as condições atuais tornaram, mais do que nunca, imperioso e urgente.

Aproveitamento imediato das grandes áreas incultas

Entendimentos das Prefeituras com os proprietários de terras. Incorporação ao trabalho em novo tipo de colonização, dos trabalhadores rurais. — Fala-nos o Prof. Torres Filho sôbre a mobilização da lavoura

Despertou, como era de esperar, invulgar interêsse, a sugestão feita ao Conselho Federal de Comércio Exterior pelo Sr. Torres Filho, no sentido de ser mobilizada a lavoura, a exemplo do que se vem fazendo com a indústria nacional.

A mobilização da lavoura encerra aspectos muito complexos, porquanto é sabido que êste setor da atividade nacional não possui a organização da indústria. Apesar de que já data de algum tempo a idéia dos sindicatos rurais, nada de concreto foi possível ainda. De tal maneira, mobilizar a lavoura representa obra de vulto. Os resultados esperados compensariam, entretanto, os extraordinários esforços.

A propósito, tivemos ontem oportunidade de ouvir a palavra do Sr. Torres Filho, autor da sugestão no Conselho Federal de Comércio Exterior, e presidente da Confederação Rural Brasileira, que representa oficialmente a classe rural naquêle conselho.

Disse-nos o Sr. Torres Filho, que nos atendeu na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, entidade que também preside, que é assunto de velha cogitação desta sociedade a organização da classe agrícola mediante uma rede de associações que abrangeria todo o país, tendo por base o município.

As associações se confederariam, possibilitando assim ao Estado movimentar a produção dos campos. Sem que tal organização se faça, não será fácil conseguir-se inicialmente resultado apreciável, no caso de mobilização.

Tenho a impressão, disse-nos o Sr. Torres Filho, de que com uma colaboração ativa por parte das prefeituras conseguiríamos grandes resultados, fazendo-se o levantamento das safras e promovendo-se o escoamento das mesmas para os maiores núcleos de população.

NECESSIDADE DA POLICULTURA

— A base dêste movimento teria que se fundar no desenvolvimento da policultura, de modo a garantirse desde logo o consumo regional. Com êste fim, as terras de mais fácil cultivo, próximas aos meios de transporte, deveriam merecer um cuidado especial, com aproveitamento da maior percentagem de trabalhadores disponíveis, não me parecendo desarrazoado que todo cidadão válido nos municípios devesse prestar sua colaboração no cultivo da terra, no momento em que seus irmãos são chamados a encargos mais fortes, até à contribuição de sangue. Temos que levar em conta também a precariedade dos registros civis no interior, o que isenta do serviço das armas um número considerável de brasileiros, que poderão contribuir para a vitória no amanho da terra. Se tôda propriedade rural produzisse o suficiente para o seu consumo, já seria essa uma valiosíssima contribuição.

A PARTE DOS PROPRIETARIOS

Prosseguindo as suas declarações, acentuou o Sr. Torres Filho que as municipalidades deveriam ser as células matrizes desta campanha, entrando até mesmo em entendimentos com os proprietários de terras para que facilitem o cultivo das áreas abandonadas.

Nós necessitamos, nesta hora, de trabalhadores efetivos e não apenas nominais, e diga-se mesmo que com a massa de homens de que dispomos, dando-se-lhes as garantias precisas para um trabalho remunerador, não poderíamos nunca chegar a uma depressão econô-

mica capaz de gerar apreensões. Ora, se as próprias nações de total e diretíssima participação na guerra, desfalcadas consequentemente de grandes massas de homens, muitas delas super-industrializadas, mobilizando até a mão de obra feminina, lograram enfrentar a gravidade oriunda da guerra, porque o Brasil, de possibilidades maiores e com sua tradição rural, não stará em condições de garantir o seu auto-abastecimento e preparar-se mesmo para acudir os povos famintos das zonas devastadas?

SÓ COM A PRODUÇÃO

São múltiplos os fatores que podem gerar a carestia da vida, mas só a produção, afirma-nos o Sr. Torres Filho, pode combatê-la com eficiência. Os preços baixarão quando houver produção abundante para o abastecimento dos mercados, quer sejam locais quer regionais.

— Todo nosso esfôrço, por conseguinte, tem que ser o de produzir a todo transe, e aplicar os princípios econômicos que nos conduzam a êste resultado dentro do panorama das realidades brasileiras. Diga-se a verdade — os agricultores brasileiros sempre acudiram aos apelos da nação em seus momentos de dificuldades. Mas não é só produzir. Haja vista o que aconteceu na guerra passada, em que os celeiros se abarrotaram e os transportes não corresponderam ao escoamento das safras.

A mobilização dos campos, diz-nos o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, imperiosa como se impõe, obedecerá a diretrizes que exigirão estudos estatísticos e econômicos regionais e que, como tal, importará na aplicação de medidas estabelecendo estreita ligação entre os governos municipais, estaduais e federal.

Não nos esqueçamos nunca de que não bastará apenas produzir. Ser; preciso sempre pensar na colocação dos produtos e na remuneração do trabalho daquêles que, geralmente no desconfôrto, mourejam nos misteres da terra. Tôda vez que se verifica uma justa recompensa ao trabalho do homem rural, êle intensifica o seu labor e vemos surgir a produção abundante, abastecendo os mercados. No momento em que o Brasil se acha em luta armada e em que maiores esforços são exigidos dos seus filhos, certamente os agricultores e criadores nacionais não negarão esforços para produzir mais e melhor, na conformidade do apêlo que já lhes dirigiu o presidente Vargas.

GRANDES ÁREAS DISPONÍVEIS

A uma pergunta nossa sôbre as primeiras medidas aconselháveis, disse o Sr. Torres Filho que, dentre estas, se destacam a do recenseamento rigoroso da população ativa e as possibilidades de incorporação ao trabalho rural, com o aproveitamento das terras mais próximas dos meios de transporte, de todo cidadão válido aparentemente desprezado no interior.

— Possuimos 1.904.012 propriedades rurais e a distribuição delas revela grandes disponibilidades de terras a serem aproveitadas por uma colonização inteligente, isso até mesmo em derredor das grandes cidades.

REDUÇÃO DE IMPOSTOS E DE EXIGÊNCIAS LEGAIS

Após se referir aos impostos elevados e acúmulo de exigências em tôrno dos pequenos produtores, o que desanima a agricultura no Distrito Federal, disse-nos o Sr. Torres Filho:

— Tôda a legislação que incida sôbre a pequena propriedade, principalmente de gêneros alimentícios, deveria ser abolida e os impostos, fretes, etc., reduzidos em cêrca de 50%, pelo menos, independente de facilidades de crédito, organização de entrepostos para recebimento dos produtos e estabelecimento, se necessário, do preço mínimo para alguns produtos julgados deficitários para o produtor. De modo que, finalizou o Sr. Torres Filho, criado que seja o ambiente de estímulo, e organizada a classe em associações, partindo sempre do princípio de que às municipalidades compete papel relevante na campanha pela organização da agricultura no Brasil, acredito que não será difícil lograrmos o abastecimento e fortalecimento do mercado interno do país. Dêsse mercado é que dependrá tôda a grandeza econômica do Brasil e será êle a verdadeira garantia de nossa industrialização.

(Entrevista a "O Jornal", de 22 de julho de 1944).

A crise do comércio do cacau

Ao se discutir, na última sessão plenária dêste Conselho, no ano passado, o presente processo relativo à *"crise do comércio do cacau"*, relatado que foi pelo ilustre Conselheiro Guilherme Winschenck, formulei algumas considerações sôbre os interêsses diretos dos produtores de cacau e da necessidade que havia em atendê-los por forma tal que fossem realmente beneficiados com a intervenção do Govêrno no comércio dêsse produto. Deliberou o Conselho que me fosse dada "vista" do processo para as deliberações edfinitivas.

2) O cacaueiro (theobroma cacau) é uma árvore nativa das florestas do vale amazônico. Desde o Brasil até o México é encontrado em estado selvagem e, segundo rezam documentos históricos, por ocasião da colonização portuguêsa, já os gentios conheciam o cacaueiro. Referem as lendas mexicanas o seu uso entre os astecas com a denominação de "cacahuiti". No Estado do Pará desde 1667 foi utilizado em plantações. Sucede que seu florescimento só se veio a dar no Estado da Bahia, alimentando ótimas condições de adaptação, datando sua introdução de 1816. E' hoje um dos produtos de maior consumo mundial, cuja produção se eleva à mais de um milhão de toneladas. Ocupa o primeiro lugar a Costa do Ouro com cêrca de 350 mil; a Nigéria com aproximadamente 100 mil, Equador e outros produtores menores.

Cultivado entre nós no Pará, Espírito Santo e Bahia, tem êste último Estado a primazia com 98% da nossa produção. E' uma planta vigorosa e as plantações chegam a alcançar 60 anos com pleno vigor produtivo.

Segundo Gregorio Bondar, considerado um dos nossos maiores especialistas nessa cultura, "entre as lavouras do Estado da Bahia a do cacau é uma das poucas que pôude alcançar organização comprável à dos países mais adiantados. Iniciada e constituida pelos sertanejos, que se intenaram nas matas, alimentando-se de animais de caça e dos produtos das matas, esta lavoura, atualmente, constitui riquíssima fonte de renda para os particulares e para o Estado, podendo-se calcular em 200 milhões o número de cacaueiros produtivos".

Estamos em presença de uma riqueza agrícola respeitável, que é bem um testemunho vivo da capacidade de nossa gente, pois que se formou em região zavia e ao desamparo de qualquer organização técnica, econômica ou financeira.

Deve o Brasil de enfrentar a concurrência africana amparada em fortes emprêsas comerciais inglêsas e, mesmo assim, ainda se coloca atualmente em segundo lugar no comércio mundial de cacau. E' o nosso 4.º produto de exportação. Nossas possibilidades de expansão dêsse cultivo são grandes, porquanto só a privilegiada região do sul da Bahia apresenta área sucetível para triplicar a produção atual, na opinião de Gregório Bondar.

3) O cacau, além de ser produto alimentício valioso, pode dar lugar à industrializações com o preparo de muitos sub-produtos, pois contém 50% de substâncias oleaginosas. A extração do óleo, da teobromina com o fabrico da cafeina em larga escala, abrem campo vasto de desenvolvimento da cultura. A *industrialização*, por conseguinte, merece ser encarada de frente, em todo seu desdobramento, devendo procurar-se aplicá-la entre nós como garantia de sucesso para êsse importante ramo de nossa economia rural.

Conta o Brasil com várias matérias primas para o preparo da cafeina (mate, café, guaraná, chá), mas nenhuma delas é utilizada na indústria mundial, que extrai êsse alcaloide, em cêrca de 90% da teobromina, aliás da torta do cacau. Segundo o Prof. Antonio Barreto essa preferência é justificável por motivos de ordem técnica, por ser maior a percentagem extraída da cafeina da teobromina, porque nessa extração se utiliza um solvente mais barato que é a água, e porque ainda além do óleo, o resíduo servirá de adubo. Diz aquêle técnico que o cacau é a matéria prima ideal para a obtenção da cafeina, nas condições atuais da técnica e da ciência". E

adverte: — enquanto é tempo devemos industrializar o nosso cacau sendo a América do Norte o maior consumidor de cafeína do mundo e crescerá o consumo dêsse alcaloide no após-guerra. A perspectiva que se nos apresenta, nesse particular, é realmente promissora e, tanto assim que, em 1943, já exportamos 100.684 quilos de cafeína no valor de 10.234.722 cruzeiros. O consumo dêsse alcaloide nas bebidas artificiais, de que temos o exemplo na "Coca-Cola", que exige 20 toneladas mensais de cafeína nos Estados Unidos, além das utilizações medicamentosas, serve para demonstrar que a cafeína terá um mercado em constante crescimento.

4) Na exploração cacaueira ter-se-a que pensar no melhoramento social e econômico de centros de milhares de habitantes e trabalhadores que dela vivem; do amparo devido aos pequenos produtores, forçados que são, muitas vêzes a entregar o fruto do seu trabalho a intermediários por não contarem com financiamentos adequados no período das safras, nem de meios para conservá las e beneficiá-las; da defeza comercial do produto, tanto nos mercados internos como externos. Enfim, a economia cacaueira, como rico latrimônio nacional, justifica o amparo que os poderes públicos venham a lhe dispensar.

5) Em 1931, o Govêrno da Bahia, criou o Instituto de Cacau iniciativa essa merecedora de todos os aplausos. Tendo carater cooperativista para o Instituto foi traçado programa completo visando o preenchimento de suas finalidades: desenvolvimento de meios de transporte na zona cacaueira; divulgação de métodos modernos de beneficiamento; instituição de crédito agrícola; intervenção no mercado para garantia de preço satisfatório para o produto; criação de armazens de conservação etc.. Existe, por conseguinte, um organismo criado para cuidar da defeza do cacau em âmbito estadual. E' bem certo que, a êsse Estado cabe 98% da produção de cacau do país. E' o produto, por outro lado, que concorre com mais de metade da receita estadual. Na zona cacaueira se acham radicados mais de 500 mil brasileiros.

6) Nos últimos dez anos agrícolas o vulto das safras e os preços registrados para o cacau superior (tipo que corresponde a mais de 90% da produção) na Bolsa de Mercadorias e Valores da Bahia, embora variando dentro de limites distanciados, não denunciam, apesar das circunstâncias, situações alarmantes.

ANO AGRICOLA	*PRODUÇÃO* *Sacos de* 60 Kg.	*Preço da arroba de cacau superior* (14.668 grs.) *MINIMO* Cr$	*MAXIMO* Cr$	*Diferença entre os preços mínimos e máximos por arroba.* (14.688 grs.) Cr$
1932-33	1.531.776	9,50	17,50	8,00
1933-34	1.303.478	11,50	17,20	5,70
1934-35	1.636.241	13,80	19,50	5,70
1935-36	2.002.705	15,50	19,50	4,00
1936-37	1.834.675	18,70	53,00	34,30
1937-38	2.259.134	17,00	30,00	13,00
1938-39	2.230.803	17,00	23,00	6,00
1939-40	1.900.326	17,50	26,50	9,00
1940-41	2.106.433	14,10	30,00	15,90
1941-42	2.142.711	25,20	34,00	8,80
11,04		15,98	27,02	Média do Decênio . . . 1.891.855

Os preços mínimos registrados mantiveram-se em relativa ascenção até a safra 1936-37, — estabilizaram-se, em nivel superior ao das safras 1932-33 a 1935-36 nos anos agrícolas 1937-38 e 1938-39, — caíram na de 1940-41 a um nivel superior ao das safras 1932-33 a 1935-36 para se reerguerem em 1941-42 quando o mínimo registrado excedeu aos máximos alcançados nas safras 1932-33 a 1935-36 e 1938-39.

As diferenças entre os preços mínimo e máximo denunciam, entretanto, acentuada instabilidade. Excederam, em duas safras, nas de 1936-37 e 1940-41 aos preços mínimos registrados.

7) Examinando recentemente a situação da lavoura cacaueira do sul da Bahia, por inquéritos mandados levantar pelo Serviço de Economia Rural, coube ao estudioso e competente agrônomo Antonio de Arruda Câmara, chefe de Secção daquêle Serviço manifestar-se sôbre as condições financeiras do produtor e, ao fazê-lo, retratou, com segurança, a meu ver, o panorama da vida agrícola daquela pitoresca região:

"Revela notar que na economia dos cacauicultores concorrem, muitas vêzes, os preços elevados para maior desiquilíbrio. E isso se nota sobretudo, nos anos em que as cotações extremas foram mais afastadas. A instabilidade de preços em curtos períodos e as oscilações acentuadas no decurso das safras, favorecem especulações, causam prejuizos e quando êstes não se materializam, mais por sorte que por previdência, torna-se o produtor presa de um estado de incerteza, com alternativas de esperanças e de desânimos, que o leva a solicitar providências de amparo e de defeza, embora muitas delas estejam ao seu próprio alcance.

O problema, apezar de sua indisfarçável complexidade, exige, também, a colaboração dos produtores e êles já devem ter verificado que "os períodos de relativa estabilidade de preços são os mais sadios, reconfortantes e benéficos" e, assim, andariam acertadas procurando vender as suas safras de maneira a que no fim do ano agrícola fossem beneficiados pela média dos preços registrados.

Teriam, para tanto, necessidade de não se desfazerem das safras pendentes, evitando, também, quando possível, a svendas globais.

Não é fácil mas com o auxílio do crédito agrícola e um esfôrço de ajustamento do padrão de vida às possibilidades da exploração, será alcançado relativo equilíbrio em consequência maior prosperidade.

O ajustamento do padrão de vida constitue necessidade até aqui pouco considerada. Impõe-se, entretanto, mesmo porque dêle dependerá, em grande parte, o desenvolvimento e a prosperidade da chamada zona cacaueira, de amplos, férteis e privilegiados vales que tornaram famosos o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo.

Os grandes produtores vivem do cacau, longe do cacaueiro... os médios de preferência, nas cidades mais próximas de suas lavouras e as pequenas, que residem, geralmente, nos próprios sítios, vivem, também um pouco para os cacaueiros.

Capitalistas os primeiros, — negociantes, advogados, médicos, farmacêuticos, etc., os segundos mantêm suas propriedades entregues à gerência de terrenos e à monocultura.

O cacau dará ou terá de dar para tudo... mas a verdade é que o rendimento das "roças isoladas", que devemos entender como os das pequenas plantações, juntamente daquelas cujos proprietários não vivem nas cidades, é, segundo registra Gregório Bondar, maior por mil pés que o alcançado nas próprias "fazendas bem tratadas".

"Dêsse registro insuspeito, dessa informação autorizada, colhe-se precioso ensinamento. O pequeno lavrador, mais exporto ao desamparo, sem crédito e sem instrução, vivendo a vida de pobre, e recompensado pelo cacaueiro, pelo cuidado que lhe dispensa, com maior rendimento. Pudesse preparar e conservar o seu cacau e vendê-lo no correr da safra, teria êle, então também maiores lucros.

Acontece, porém, que o pequeno produtor vende mal, entrega sua produção ao comprador local nenhum

benefício colhendo das variações dos preços ocorridos durante a safra. O maior rendimento fica então anulado pelo mecanismo das transações comerciais.

O grande produtor, que, segundo observador idôneo, "uma vez por ano, si tanto, faz uma visita de inspeção à sua propriedade", tem padrão de vida elevado e êste, nem sempre lhe permite os benefícios da média dos preços do ano para a produção, que lhe vem agravada no custo pelo menor rendimento e maiores despezas de administração.

A situação do produto se nos afigura mais folgada que a do produtor".

8) Pierre Monbeig, visitou a zona cacaueira da Bahia a convite do Instituto de Cacau em 1935, e, no seu livro "Ensaios de Geografia Humana Brasileira", examina o regimen de terras que ali prevalece, referindo-se muito especialmente à formação das grandes propriedades a custa das dificuldades financeiras dos pequenos produtores criados em grande parte por gastos desordenados nas épocas de preços elevados. Embora com o perigo de incorrer em prolixidade, porque se retrata a situação reinante na região, passo a transcrever as observações daquêle historiador que, si não forem verdadeiras no todo, se me afiguram no entanto valiosas:

"Os possuidores dos grandes domínios raramente têm raizes nas suas terras: sua posse tem antes uma origem financeira do que um longo labor familiar. Também, poucas vêzes se encontra amor pela terra entre os cultivadores de cacau. Êle não reside na plantação: no máximo, vai com a família passar algumas semanas pelo São João ou pelo Natal, mas no resto do ano, reside em Ilheus, mais comumente na Bahia, quando não no Rio. O exemplo mais típico dêste absenteismo é o de um lavrador que, residindo em Ilheus e estando sua fazenda uma hora de trajeto de estrada de rodagem, não visitava suas roças havia cinco anos. Numa estrutura social que oferece em outros pontos semelhanças notáveis às fazendas de café, encontra-se aí, uma diferença capital: o fazendeiro passa parte do ano em suas terras, que ama, e transmite-lhe o gôsto aos filhos; o próprio usineiro de Recife, herdeiro de longe ascendência de senhores de engenho, apaixona-se por seu trabalho que é mais do que um negocio lucrativo. O cacau, ao contrario, é apenas um negocio, nao uma cultura.

Negociante e não agricultor — porque ao seu feitio o paulista e o açucareiro são agricultores — o grande fazendeiro de cacau deve confiar a exploraçao a terceiros. Há dois gêneros de contratos de arrendamento: um para a instalaçao da roça, outro para a exploraçao comum. No primeiro caso, diz-se que há contrato, porque na realidade, o ato muitas vêzes se passa diante de tabelião. O contratista compromete-se a entregar a lavoura produzindo dentro do prazo de cinco anos; efetuará o desbravamento, dará os primeiros cuidados às árvores, poderá fazer por conta própria culturas intercaladas; quando da entrega da nova plantação, se todo o contrato foi fielmente executado, e se o rendimento é normal, o contratista recebe um tanto por cada pé de cacau, geralmente um milréis. Depois disso, êle afunda mais longe no mato, para recomeçar a desbravar. A lavoura é então confiada a uma espécie de administrador, a quem se chama *empreiteiro*. Êste na prática, é o senhor absoluto da plantação, casado e pai de família. Êle dirige o pessoal e o trabalho com aspereza tanto maior quanto seu ganho está em relação com a colheita. É, com efeito, pago à razão de dois ou três milréis por saco de cacau entregue na estação ou no depósito do intermediário. Desta soma tira êle o necessário para as despezas do custeio (utensílios, arame para as cêrcas, etc.), e para o pagamento dos trabalhadores naturalmente o menor possivel. Êstes estão inteiramente nas mãos do empreiteiro, que nada, nem a côr, nem o vestuário distingue dêles.

A maior parte dos trabalhadores do cacau, operários ou empreiteiros, são extranhos à zona. Poucos trabalhadores habitam permanentemente a fazenda; a maioria chega todos os anos em princípios de abril para alu-

gar-se (é o têrmo usual) até o Natal. Antigamente o Ceará fornecia o grosso do contingente. Na atualidade, depois dos progressos da cultura do algodão e do desaparecimento das grandes sêcas, os cearenses foram substituidos pelos sergipanos, que gozam fama de ativos bem como de asseados. Mas é com a zona do Sertão que é a mais ativa a troca de mão de obra. Entre a mata transformada em lavoura e a zona de criação, as relações são fáceis e antigas. O cacau entretanto não consegue fixar os nômades dos planaltos: o dinheiso ganho durante a colheita é gasto nas despezas de viagem de volta à terra natal e nas festas, de fim de ano, pois a entrada se fnz nessa época. Depois, o sertanejo retoma o caminho das roças, mas jamais volta àquela onde trabalhou no ano precedente. Seguidamente mesmo, desaparece no correr do ano, atraido por outra fazenda sob promessas de melhor salário e mais ainda pelas mulheres encontradas no cabaré da vila aos domingos.

Simplicidade extrema do trabalho, indiferença do grande fazendeiro, nomadismo do braço, tudo isso se traduz em "habitat" e povoamento originais".

9) O cacar é um produto cuja prosperidade se baseia principalmente na exportação. Dai porque seria de prever viesse a experimentar perturbações com a guerra no tráfico maritimo e do fechamento de vários mercados consumidores.

9) O cacau é um produto cuja prosperidade se baseia principalmente na exportação. Dai porque seria de prever viesse a experimentar perturbações com a guerra no tráfico marítimo e do fechamento de vários mercados consumidores.

No quinquênio de 1930-40 a média da exportação foi de 88.097 toneladas.

No de 1935-39 a média alcançada foi de 119.740 toneladas.

Sòmente no valor médio, por tonelada, alcançou Cr$ 1.817 no quinquênio 1935-39 e Cr$ 2.114 no biênio 40-41.

Examinando-se isoladamente as exportações a partir de 1940, verificamos:

	1940	1941	1942
Tonelagem	106.799	132.944	71.904
Valor em cruzeiros	191.797	314.911.865	216.678.601

Houve, por conseguinte, crise acentuada em 1942, embora em 1941, já em plena guerra, a exportação se avolumasse bastante, só sendo comparável à de 1939, em que atingiu 132.155 toneladas no valor de 221.588 mil cruzeiros, valor êsse bem maior do que em 1941 num volume exportado muito menor. Deve ser salientado que, nos anos de 40 e 41 se fêz sentir o contrôle dos preços para exportação exercido pela extinta Comissão de Defesa da Economia Nacional.

10) Julgo ser de interêsse apreciar-se a distribuição da exportação entre o Instituto do Cacau e as principais firmas exportadoras, mesmo porque a partir de 1940, se passou a adotar regimen de quotas distribuidas entre os exportadores.

Em 1937 assim se processou com a distribuição: 42, 31% coube ao Instituto de Cacau; à firma Nildberg & Cia. 20,34%, pouco restando às demais.

Nesse ano a exportação foi de .... 101.101 toneladas.

No ano de 1938 a exportação alcançou 127.888 toneladas, cabendo ao Instituto e às duas firmas citadas 96,77%.

Em 1939, 138.158 toneladas. Nesse ano Wildberg, exportou 33,02% e o Instituto 29%. Contavamos nessa época com muitos mercados, pois a Alemanha absorvia 11%, Itália 4% e Estados Unidos 61%.

Em 1940 começou o mercado de cacau a experimentar pertubações oriundas da guerra. Caiu a exportação para 106.799: Wildberg & Cia. exportou ... 31,13%, o Instituto 26,89% e Corrêa Ribeiro & Cia. 242, vindo em seguida outros exportadores menores.

Em 1941 exportou-se 132.991 toneladas, distribuindo-se da seguinte forma:

Wildberg & Cia. 30,50%
Corrêa Ribeiro & Cia. 27,13%
Instituto do Cacau .. 27,16%

Dos 34 mercados para cacau ficamos limitados a 12.

Os Estados Unidos absorveram ... 87,61%, Argentina 1,18%, Rússia 2,41%, Suécia, 1,88%, Finlândai 1,58%. Êsses cinco paises compraram 98%.

Vendemos mais em 1941 do que em 1939 antes do início da guerra. Os Estados Unidos aumentaram muito as suas compras.

O ano de 1942 não se apresentou com tão bôas perspectivas devido as grandes perturbações resultantes do tráfego marítimo.

Torna-se digna de louvor o esfôrço americano para atender à situação do nosso cacau firmando acôrdo para aquisição de 1.300.000 sacas. Êsse acôrdo obedeceu as seguintes bases:

(380.000 sacas da safra intermediária em outubro de 1942 ; 380.000 em Novembro e Dezembro de 1942 ; 200.000 sacas em Fevereiro de 1943 ; 200.000 sacas em Março de 1943). O preço estabelecido foi o de $ 6,30 por 100 libras f.o.b. Bahia, Ilheos ou outros portos brasileiros julgados satisfatórios).

Faltaram-me elementos no processo que permitisse a marcha do escoamento das safras de 1942 e 1943, pelas razões que ficarão esclarecidas mais adiante.

O cacaueiro produz em dois periodos principais — Março a Julho — chamado *temporão* e Setembro a Novembro, — *Safra* —. Nos mêses restantes, durante todo o ano, são encontrados frutos isolados, a cuja colheita se denomina *catagem*. O *temporão* dá principalmente nos troncos; é menor do que a safra; o da safra é mais distribuido nos galhos. Há anos em que a produção de temporão é mais do que a de safra.

Segundo o agrônomo J. Protasio Bogêa o custo de produção (em 1942) do cacau por arroba varia, nos centros de produção, entre Cr$ 12,00 e Cr$ 14,00. O Instituto de Cacau em memorial de 1 de Outubro de 1942, informou estar fazendo financiamento na base de Cr$ 10,00, mas que, na opinião daquêle agrônomo, poderia ser elevada para Cr$ 15,00 mediante conhecimento de consignação. Sugeria aquêle profissional fossem construidos armazens em São Salvador e Ilheos para 300.000 sacas de mínimo. Que os mesmos fossem construidos pelas companhias concessionárias dos portos, pelo próprio govêrno federal ou, finalmente, pelo Instituto do Cacau, que levantaria empréstimo para êsse fim pagável em prazo longo.

Merece ser referida a opinião daquêle técnico quando prima por maior alargamento na concessão de crédito aos pequenos, produtores, principalmente quando organizados e mcooperativas.

11) Depois de feitas as apreciações supra para ter-se rápida impressão da situação do cacau em face dos problemas econômicos e financeiros do momento, afigura-se-me também util expor a marcha cronológica do processo neste Conselho para julgar-se da sua intervenção e decidir-se por outras providências que venham acautelar os elevados interêsses do país em jôgo na economia cacaueira.

13 de Maio de 1940 — É o Conselho chamado a cogitar das perturbações trazidas pela guerra no mercado do cacau.

Sugeriu o Dr. Leonardo Truda, então Diretor Geral, fosse constituida uma comissão especial de carater misto, para estudar o assunto. Perante essa comissão constituida de membros do Conselho e da Comissão de Defesa da Economia Nacional, o Dr. Iguacio Tostes Filho foi ouvido e apresentou longo memorial.

7 de Junho de 1940 — Aprovou o Conselho pleno o memorial do Dr. Ignacio Tostes Filho julgando caber à Comissão de Defesa da Economia Nacional tomar as providências cabiveis no caso visando garantir o escoamento da safra de 40-41. Aquela Comissão baixou a resolução n.º 2, em virtude da qual foi criada no Estado da Bahia, uma delegação da mesma e composta de três membros que ficou incumbida de executar as normas traçadas na resolução.

Essas normas em seus pontos essenciais visavam o estabelecimento de quotas máximas de compra para fins de exportação dentro de preços mínimos diàriamente fixados; vendas para os mercados consumidores, realizadas mediante condições e ofertas únicas, por igual distribuídas aos exportadores acima referidos para que de embarque dentro dos limites de uma distribuição proporcional; e concessão obrigatória de "visto" pela Delegação para declaração de venda para o extrangeiro ou despachos de cacau para portos nacionais não baianos. A distribuição das quotas seria baseada sôbre a exportação total da Bahia no período de 1.º de Maio de 1939 a 30 de Abril de 1940.

3 de Maio de 1941 — Em exposição dirigida ao Sr. Presidente da República o Presidente do C.D.E.N. se referia às vantagens advindas da Resolução n.º 2 porque evitou a guerra de preços entre os exportadores, pois havia um excedente de 130.000 toneladas e a capacidade de compra do mercado norte-americano era de 86.000 toneladas para o nosso cacau.

Para a safra 41-42 foi baixada a Resolução n.º 8 que manteve os mesmos princípios da de n.º 2 elevando de 3 para 5 os membros da Delegação na Bahia, sendo um representante do Banco do do Brasil; 1 do Instituto do Cacau; 1 da Bolsa de Mercadorias; 1 pelos cacauicultores e 1 pelos exportadores.

Para bem conhecer-se a orientação seguida passamos a transcrever os termos exatos da regulamentação que a Delegação baixo para a safra 1941-42, em cumprimento a Resolução n.º 8 de 3 de Maio de 1941 da C.D.E.N., de que era Presidente o Ministro Joaquim Eulalio:

1) Fixar as seguintes quotas exportáveis para os exportadores do produto, tomando por base a estimativa da safra em 2.000.000 de sacas".

	Quotas	*Equivalência em sacos*
Wildberger & Cia.	30.000%	600.000
Instituto de Cacau da Bahia	29.000%	580.000
Corrêa Ribeiro & Cia.	26.000%	520.000
Braz Bartilotti & Cia.	6.250%	125.000
Scaldaferri Irmão & Cia.	4.375%	87.500
F. Stevenson & Cia.	3.125%	62.500
Cia. Brasileira Exportadora	1.250%	25.000
	100.000%	2.000.000

2) Que tôdas as ofertas, contra-ofertas ou aceitação de ofertas para a venda de cacau destinado aos portos de Nova York, Boston e Filadélfia, na vigência da Resolução, serão feita, ùnicamente, por intermédio do Instituto de Cacau da Bahia.

3) Que os exportadores deverão reunir-se na sede do Instituto de Cacau, tôdas as manhãs, para os seguintes fins:

a) acertarem as quantidades a serem oferecidas por cada um para aquêles mercados, obedecido o limite fixado, na véspera, pela Delegação;

b) acertarem, igualmente, a base de preço, ficando entendido que êste não poderá ser, em hipótese alguma, inferior ao fixado pela Delegação e que as ofertas serão sempre feitas a preço único, devendo a respectiva autorização do exportador ser escrita;

4) Que o Presidente da Delegação, quando julgar necessário, poderá autorizar vendas suplementares a alterar os preços para ofertas.

5) Que as vendas serão realizadas na base do *preço mínimo e quantidade máxima fixados* diàriamente pela Delegação.

6) Que, aceita uma oferta, o Instituto comunicará ao comprador norte-americano o nome do ou dos exportadores que realizarão o embarque, informando a favor de quem deverá ser aberto o respectivo crédito.

7) Que no caso do comprador manifestar o desejo de ser a quantidade de sua compra embarcada por determinado exportador, a Delegaçao procurara atende-lo a altura do possivel, respeitadas as quotas exportáveis estabelecidas.

8) Que verificada a venda de um lote de 100.000 sacos, cuja distribuição entre os exportadores sera proporcional às quotas e obedecida a declaração escrita de que trata o item 3, dar-se-à balanço na posição de cada exportador, para o devido acêrto.

9) Que quando se verificar, em um mesmo dia, vendas de diferentes lotes (ofertas conjugadas) a diversos preços, far-se-à compensação por meio de "clearing", por quantas vendas conjuntas tenham sido realizadas.

10) Que ao exportador é facultada a desistência de sua quota na venda diária com obrigação, porém, de acertar a sua posição sempre que se complete uma venda de 100.000 sacos, conforme disposto no item 8, sob pena de perder o direito quanto à quantidade desistida, que reverterá em benefício dos demais exportadores, fazendo-se distribuição da mesma, incontinenti, pro-rata".

11) Que as vendas para outros portos serão feitas diretamente pelos exportadores, com obediência aos preços fixados pela Delegação, sendo as quantidades vendidas computadas nas quotas de cada um, e sòmente para os portos da Ásia e da Europa se faculta aos exportadores adiantarem as suas quotas até três lotes de 100 mil sacos, reservando-se a Delegação o direito de, a qualquer tempo e assim que julgar conveniente, efetuar vendas para êsses portos utilizando o meio de ofertas únicas.

12) Que as compras do produto nos centros produtores e mercados internos serão livres, obedecidos, sempre, os preços minimos estabelecidos pela Delegação.

13) Que as quotas de exportação não poderão ser expedidas, em hipótese alguma, salvo o sò caso de verificar-se aumento na estimativa da safra, quando então a Delegação fará nova distribuição proporcional.

14) Que finda a safra, não existindo mais cacau a venda, verificando-se que algum exportador tenha posição "long" e sua quota já alcançada, ficará o mesmo obrigado a vender o excesso, ao preço do dia, acrescido dos impostos de vendas à vista e Indústria e Profissão, a outro ou outros exportadores que ainda não tenham atingido as suas quotas.

15) Que cada exportador pagará as despesas telegráficas decorrentes das transações realizadas, proporcionalmente às vendas feitas e na base do disposto no item 6, competindo ao Instituto a exibição dos respectivos comprovantes, devendo o pagamento ser efetuado imediatamente após a realização da venda de cada lote de 100 mil sacos.

16) Que a Delegação se reserva o direito de modificar qualquer das presentes clàusulas, sempre que o interêsse da economia nacional aconselhe essa providência".

É de notar-se o fato de não figurar na lista dos exportadores nenhuma cooperativa e também o de não se dar margem à admissão de novos exportadores e não ficar livre o comèrcio interno.

27 de Fevereiro de 1942 — Foi prorrogada a Resolução n.º 8 da CDEN para a safra 42-43 e baixada nova regulamentação que conserva, com pequenas alterações, as linhas mestras do que prevaleceu na safra 41-42, ficando proibida a *transferência de quotas de um para outro exportador*. A safra de 41-42 se escoou inteiramente a preços considerados compensadores.

Preços médios alcançados pelo cacau segundo informação da Delegação:

	Preço por arroba
1939	Cr$ 19,23
1940	Cr$ 19,61
1941	Cr$ 26,33

17 de Junho de 1941 — A Associação dos Agricultores de Ilheus envia longo memorial ao Sr. Presidente da República, que o encaminha ao Ministério da Agricultura e dali foi enviado ao C.F.C.E. sob fundamento de se tratar de matéria extranha aquêle Ministério. Essa Associação pleiteava: providências junto ao Govêrno Norte-Americano para colocação da safra sofrendo das dificuldades do transporte; que o representante da lavoura cacaueira na Delegação da C.D.E.N. fosse por ela escolhido; que se modificasse a restrição criada quanto ao número de exportadores sem se levar em conta as cooperativas ás quais deve estar implicito o direito de exportar; que fosse livre a exportação para o mercado interno não devendo o mesmo sofrer quaisquer restrições; aplaudindo "o contrôle do comércio exterior, embora com certas modificações". Alega a Associação que os preços fixados pela Delegação que os preços fixados pela Delegação da Comssão do D.E.E.N. "são burlados por todos os exportadores", porque o produtor vende seu cacau preparado, tem de entregá-lo nas condções impostas pelo exportador. No periodo da entre-safra os agricultores são forçados, por falta de financiamento, a vender antecipadamente o produto. Essa venda e feita em base muito inferior á cotação e assinando letras pelo preço real, mediante letra descontada em estabelecimentos de crédito.

Por vêzes o comprador consegue mais recursos do que realmente empregado, alcançando lucros enormes!

17 de Agôsto de 1941 — Nessa data o Presidente do Instituto do Cacau envia ao Sr. Presidente da Repúblila cópia do memorial remetido ao Sr. Ministro da Fazenda, por S. Excia. encaminhando á êste Conselho. Nesse Memorial são abordados como pontos essenciais, os seguintes: *exportação, industrialização, armazenagem, financiamento pelo Banco do Brasil, financiamento pelo Govêrno Federal.* Êsses pontos são todos êles abordados com segurança e envolvem o problema do cacau para a sua solução racional.

Solicitou, em resumo, o Presidente do Instituto do Cacau: a) fosse ultimado acôrdo para a compra de 1.300.000 sacas pelos norte-americanos; b) — fossem providenciadas medidas para a industrialização mediante aquisição de maquinismos financiamento pela Carteira Industrial do Banco do Brasil, contrôle de técnicos para estudo de todos os aspectos dessa industrialização. (Creio que êsse assunto já evoluiu bastante dessa época para cá, por interferência do atual Interventor daquêle Estado, convindo, portanto, novos esclarecimentos á respeito).; c) fosse o Banco do Brasil autorizado a financiar a construção de estradas e arhazens nas propriedades agricolas; d) por efeito de armazenamento se tornaria preciso um regimem de crédito abrangendo os lavradores e exportadores; e) ficasse o Instituto do Cacau mediante a abertura de um crédito de 50 milhões de cruzeiros, autorizado a combinar com o Banco do Brasil operações de crédito para amparar o produtor recebendo seu produto em compensação. Fixado o preço do cacau pela C.D.E.N. a Cr$ 32,00 a arroba, era êsse preço normal por falta de exportação.

28 de Setembro de 1941 — Pelo decreto n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, é criada a Coordenação da Mobilização Econômica.

28 de Setembro de 1941 — Pelo decreto n.º 4.750, de 28 de setembro de 1942, é criada a Coordenação da Mobilização Econômica.

24 de Novembro de 1941 — O Diretor Geral do Conselho encaminha o processo d oConselheiro G. Weinscheneck declarando ter sido êle designado relator do mesmo. Está o processo instruido com magnifica exposição, da evolução da matéria, pela Secção de Pesquizas do Conselho, e assinada pelo Sr. Olimpio de Mello.

29 de Dezembro de 1941 — Em reunião da Câmara a que pertence o Conselheiro G. Weinscheneck devolve o processo declarando pretender relatá-lo verbalmente e havendo falta de número deixou de fazê-lo. Aguardou-se nova constituição do Conselho para prosseguimento do estudo da matéria.

25 de Janeiro de 1943 — Nesta data é de novo encaminhado o processo ao Conselheiro G. Weinscheneck.

19 de Maio de 1943 — Extinta como havia sido a comissão de defeza da economia nacional, pelo decreto n.º 4.750, de 20 de setembro de 1942, que instituiu a Coordenação da Mobilização Econômica, a Coordenação baixou a Portaria número 63, de 19-5-43 determinando que na safra 43-44 os produtores consignassem obrigatòriamente em consignação ao Instituto do Cacau contra um adiantamento em dinheiro fixado em Cr$ 12,00 por arroba do tipo "superior"; se as operações permitissem o Instituto faria novos adiantamentos deixando o rateio final "para depois de colocada tôda a safra e de feitas as deduções das despezas na conta de cada cacauicultor entre as quais se incluem as taxas de Cr$ 2,40 por saca e a comissão de 3% a que terá direito como consignatároi". E reza a portaria que "no caso das colheitas penhoradas ou vendidas a terceiros ao Instituto caberia conciliar interêsses, tendo em conta sempre a defeza dos produtores".

20 de Novembro de 1943 — Apresenta o Conselheiro G. Weinschenck o seu parecer a Câmara de Produção e é por ela subscrito e trazidas as conclusões ao Plenário. Com a sua reconhecida competência de economista, S. Excia. analiza a intervenção oficial no comércio do cacau, que se processou através da Resolução n.º 2 da Comissão de Defeza da Economia Nacional, não se mostrando favorável à politica de intervenção na economia achando que mais vale "um rendimento bruto para a totalidade das safras produzidas" do que provocar-se a elevação dos preços atingidos uma parte dessa mesma produção. Êsse contrôle foi, no entanto, como ficou explicado, solicitado pelo Govêrno da Bahia, devido ao fechamento do mercado em consequência da guerra, mereceu a aprovação dêste Conselho e do Sr. Presidente da República, e seus resultados nas safras 40-41 41-42, foram considerados satisfatórios tanto assim que a Resolução n.º 8 de 3 de Maio de 1941, assinada pelo Ministro Joaquim Eulalio, nada mais foi do que a renovação dos despositivos da de n.º 2, de 11 de junho de 1940, com ligeiras modificações. As safras de 40 41 e 41-42 se escoaram dentro da normalidade e por preços reconhecidamente compensadores, embora nem sempre êsses beneficios se fazem sentir, na mesma proporção, em proveito do pequeno produtor pela ausência da organização de crédito e de adequado armazenamento do cacau nos centros produtores.

Na opinião do Conselheiro G. Weinschenck a fórmula usada *foi, tecnicamente falha e inoperante e mais uma vez conduz à conclusão de que a chamada economia dirigida — quando dirigida contra os preceitos de leis econômicas imutáveis e contra fatos de percepção imediata expontânea — ou fracassa ou há de estender o regime de coerção aos mais longinquos limites do sistema a dirigir*".

No entender de S. Excia "a Resolução n.º 2 da Comissão de Defeza da Economia Nacional fracassou, instituida que foi pela Portaria n.º 63, de 19 de Maio de 1943, do Sr. Coordenador da Mobilização Econômica".

Apezar de alguma restrição feita a vários dispositivos da Resolução n.º 2 por mim exposta no decorrer dêsse processo de que a falta de liberdade para o comércio interno foi dos mais criticados o estabelecimento de quota apenas para as casas exportadoras, a verdade manda reconhecer que da atuação da Delegação, composta de homens de tôda idoneidade, resultaram vantagens evidentes para o escoamento das safras de 40-41, obtendo-se ótima cotação, sobrevindo maiores dificuldades em 42 devido a quasi paralisação do tráfego marítimo. E' bem certo que nossa orientação devia se fazer sentir no objetivo dos maiores lucros caberem ao produtor e não aos intermediários, embora êstes sejam úteis no processo econômico. "Os princípios que criou a Delegação do contrôle da exportação do cacau nas passessões britânicas, elaborados pelo Govêrno Inglês, ou sejam: bases mínimas de preços; distribuição de quotas entre os que já vinham se dedicando ao respectivo comércio nas áreas anteriores à regulamentação, para evitar instabilidade dos mercados internos no momento em que se deseja a maior estabilidade possível; consequente impossibilidade de novas firmas entrarem no negócio de exportação até passar o momento de emergência. A garantia dos preços para a lavoura deve ser baseada na segurança e equidade com que a Delegação proceda no sentido de assegurar os máxi-

mos preços internos correspondentes à verdadeira situação dos mercados consumidores nos sucessivos períodos da safra (J. U. Gama Lobo — Chefe da Agência do Banco do Brasil na Bahia).

Em 18 de novembro de 1941, o Sr. Presidente da República aprova uma resolução do Conselho em que, apreciando algumas representações vindas da Bahia, era recomendada a manutenção da Resolução n.º 2 e a Delegação de Contrôle estudasse a conveniência do estabelecimento de quotas aos produtores. Vê-se, portanto, não haver a Resolução n.º 2 da Comissão de Defeza da Economia, falhado integralmente nos altos objetivos.

A Portaria n.º 63 do Coordenador da Mobilização Econômica só veio em 19 de Maio de 1943, em obediência a imperativo da extinção da C.D.E.N. e obrigou a entrega compulsòriamente da colheita da safra 43-44 em consignação ao Instituto do Cacau. Sôbre seus resultados não elemento de apreciação no processo. A respeito da economia liberal o conselheiro G. Weinschenck apresentou as seguintes conclusões ao plenário, em Novembro de 1943, aprovadas pela Câmara de Intercâmbio:

"1) A política oficial em relação ao comércio do cacau deve ser orientada no sentido de alcançar o maior possivel rendimento bruto para a totalidade das safras produzidas e não a de forçar a alta nos preços do produto;

2) A consignação ao Instituto do Cacau a que se refere a Portaria n.º 63, deve ser mantida com o carater de uma faculdade a opção dos produtores, e não como uma medida compulsória;

3) Os exportadores que na forma estabelecida na Resolução n.º 2, exerciam o comércio do produto antes do periodo de anormalidade, devem ser readmitidos ao desempenho dessa atividade de maneira tal, que os coloque em situação partidária com a do Instituto, quando recebe a consignação dos produtores". Essas conclusões imporiam a modificação da Portaria da Coordenação da Mobilização Econômica atirando-lhe o carater compulsório, mandando admitir novos exportadores além dos que forem assim considerados pela Resolução n.º 8, e tirava qualquer ação de privilégio exercida pelo Instituto do Cacau, estabelecendo a situação partidária entre o Instituto e os exportadores.

8 de Dezembro de 1943 — Quando foi da discussão do parecer do Conselheiro G. Weinschenck por motivo de consideração por mim formulada, em Plenário, resolveu mesmo me fosse dada "vista" do processo.

11 de Dezembro de 1943 — Ao examiná-lo agora, recomposto o Conselho, sinto não poder contar o mesmo com as luzes do ilustre Conselheiro G. Weinschenck, indefeso defensor dos interêsses das classes produtoras e muito particularmente da agricola. A minha divergência com S. Excia. não seria quanto aos princípios doutrinários de economia, mas antes o desejo de que fique bem esclarecida a situação de fato do comércio de cacau depois das provas experimentadas e a concretização de medidas que venham resultar em uma estruturação mais segura da cultura cacaueira — sem dúvida — *uma das mais vigorosas fontes de riqueza do país.*

12 de Dezembro de 1943 — Finalmente, depois de passada em revista a matéria constante do processo, que se refere à erros do comércio de cacau, mas que eu preferiria se denominasse de *defesa da produção do cacau*, concluo pela conveniência de se proceder a um inquérito perante o Conselho em que se procure, aproveitando os resultados da experiência até aqui colhida com a intervenção no comércio do cacau, pelo Govêrno, fossem traçadas diretrizes capazes de imprimir segura orientação técnica, econômica e financeira à economia cacaueira.

Essa investigação serviria para, ainda, atualizar-se o processo com elementos de que não se dispõe, como os referentes às safras de 42 e 43 como se processou e seus resultados.

Proponho, portanto, sejam examinadas as seguintes questões:

1) Quais os resultados obtidos a partir da safra de 1940, com a intervenção do Govêrno no mercado de cacau, primeiro pela Comissão de Defesa da Economia Nacional com as Relações n.º 208 até a sua extinção em 3 de outubro de 1942; segundo, pela Coordenação

Dr. Lauro Sodré

Com o falecimento a 16 de Junho dêste ano, do Dr. Lauro Sodré (Lauro Nina Sodré e Silva), nesta Capital, em sua residência, na rua Conselheiro Lafayette n.º 8, desapareceu uma das figuras que lograram destacada projeção no cenário político brasileiro, nas primeiras décadas do regime republicano.

Desde os primeiros anos da juventude, ainda aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, onde era mestre de cálculo Benjamin Constant, de quem foi discípulo dos mais distinguidos, o Dr. Lauro Sodré sentiu os pendores do seu espírito animados pelas idéias republicanas, de que se fêz pregoeiro dos mais fervorosos, vindo afinal, com o advento do novo regime, a ser um dos seus mais autênticos e sinceros realizadores, servindo à República com a firmeza de princípios haurida nas sábias lições do seu evangelizador.

Damos a seguir os traços biográficos do ilustre republicano que também por muitos anos participou das atividades da Sociedade Nacional de Agricultura, seja no seu corpo de direção, seja nos congressos e conferências pela mesma realizados:

DADOS BIOGRÁFICOS

O Dr. Lauro Sodré nasceu em Belém, capital do Pará, em 17 de Outubro de 1858, falecendo, assim, aos oitenta e seis anos de idade. Foram seus pais o

---

da Mobilização Econômica, a partir de 19 de Maio de 1943, quando baixou a Portaria n.º 63 que determinou a obrigatoriesade da entrega pelos produtores da safra 43-44 em consignação, ao Instituto do Cacau da Bahia.

2) Quais os resultados do acôrdo firmado com os Estados Unidos para aquisição de 1.300.000 sacas da safra de 1942, tendo em vista e principalmente o escoamento dessa safra e seus efeitos nas colações do cacau.

3) Etsudar-se o problema do financiamento da economia cacaueira ficando principalmente o amparo ao produtor não só para o custeio de suas plantações como para evitar-se a venda antecipada das colheitas.

7) Procurar-se a celebração de acôrdos comerciais com países sulamericanos (Argentina, Chile, Uruguai) que garantam maior consumo do cacau brasileiro.

8) Conhecer-se a distribuição da propriedade territorial na região cacaueira da Bahia para assegurar o número de pequenas e médias e grandes propriedades e valor aproximado dessas propriedades.

9) Averiguar-se os resultados até aqui obtidos com a padronização do cacau destinado à exportação e quais as medidas mais convenientes a melhor reputação do produto brasileiro nos mercados consumidores.

10) Proporcionar-se facilidades ao desenvolvimento do cooperativismo.

11) Estudar-se o plano de transporte mais conveniente à regio cacaueira e os meios práticos de sua execução.

12) Proceder-se ao levantamento do custo de produção do cacau nas plantações pequenas, médias e grandes e tôdas as despezas que recaem sôbre o produto até o porto de embarque e daí para Nova York.

13) Como estimular-se a produção de gêneros alimentícios nas fazendas e sítios da região cacaueira, visando a melhoria do abastecimento de sua população.

14) Na hipótese de retenção do cacau e da necessidade do estabelecimento de quotas estudar-se a distribuição das mesmas de modo a que os sacrifícios sejam equitativamente distribuidos.

15) Examinar-se a conveniência ou não de passarem para o âmbito nacional os órgãos responsáveis pela disciplina e coordenação da economia cacaueira no Brasil.

(*Parecer apresentado ao C. F. C. F. pelo Conselheiro Arthur Torres Filho*).



Dr. Lauro Sodré

Sr. Antonio Fernandes Sodré e Silva e Dona Ana Nina Sodré e Silva.

Feito o curso de humanidades no antigo Liceu Paraense, verificou praça no 4.º Batalhão de Artilharia, em 9 de Novembro de 1876, com destino à Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, na qual foi matriculado em Janeiro do ano seguinte.

Alferes-aluno em 6 de Dezembro de 1879, as promoções do Dr. Lauro Sodré nos demais postos do Exército teem as seguintes datas: 2.º Tenente, em 11 de Maio de 1881; 1.º Tenente, em 8 de Novembro de 1881; Capitão, em 7 de Janeiro de 1890; Major, em 17 de Março do mesmo ano; Tenente-Coronel, em 11 de Dezembro de 1900; Coronel, em 5 de Agôsto de 1908, reformando-se no posto de General de Brigada no ano de 1913. No posto de Major, fêz parte do extinto Corpo do Estado-Maior, sendo depois classificado na arma de Infantaria.

Fêz o curso de Engenharia pelo regulamento de 1874, obtendo o grau de bacharel em matemática e ciências fisicas, em 1883. Ainda 1.º Tenente, antes mesmo da obtenção do título de bacharel em matemática, o Dr. Lauro Sodré, graças ao seu preparo intelectual, transformara-se de discípulo em mestre, sendo professor de Economia Política da Escola Superior de Guerra, na qual, durante vários anos, foi ouvida a sua palavra de lente abalizado.

Em 11 de Abril de 1886, com outros patriotas, entre os quais os Drs. José Paes de Carvalho e Justo Chermont; Coronel Vieira da Fontoura, heroe de Canudos; Major Antônio Pedro Borralho, heroe do Paraguai; Domingos Olimpio e João Campbell, o Dr. Lauro Sodré fundou o Clube Republicano do Pará, destinado a lançar e a desenvolver a propaganda da República, irradiando a sua ação por todo o interior do Estado.

Como consequência dessa iniciativa, Lauro Sodré, então tenente de artilharia, foi transferido para a guarnição de Mato Grosso, seguindo com aquêle destino, via Rio de Janeiro, em 12 de Agôsto de 1887.

Desembarcando na Côrte, aqui ficou, de ordem do Ministro da Guerra, e, durante a sua permanência no Rio, colaborou com assiduidade na imprensa desta Capital, versando de preferência assuntos atinentes à emancipação dos escravos e à implantação da República.

Em 7 de Setembro de 1888, redigiu e enviou ao Pará um vibrante manifesto republicano, que produziu forte impressão pública, intensificando a propaganda da idéia nova.

Em 15 de Novembro de 1889, quando da proclamação da República, o Dr. Lauro Sodré, ainda tenente, achava-se no Rio de Janeiro, tendo sido nomeado secretário de Benjamin Constant, Ministro da Guerra no Govêrno Provisório. Com a transferência do fundador da República para a pasta da Instrução Pública, Lauro Sodré acompanhou-o como secretário, colaborando com eficiência nos primeiros atos do novo regime.

Eleito, pelo Pará, deputado federal à Constituinte, foi escolhido para fazer parte da comissão dos 21 membros da Câmara, encarregados de dar parecer sôbre o projeto da Constituição, ao qual ofereceu várias emendas.

Por nomeação do Govêrno Provisório, assumira o govêrno do Estado do Pará o Dr. Justo Leite Chermont, que, pouco depois, em Fevereiro de 1891, deixava aquelas funções, por ter sido nomeado Ministro das Relações Exteriores. Nesse mesmo ano, em 11 de Junho, reuniu-se o primeiro Congresso Legislativo do Pará e, promulgada a Constituição Política do Estado, a 22 dêsse mês, foi eleito governador, no dia seguinte, o Dr. Lauro Sodré, que, por êsse motivo, renunciou ao mandato de deputado federal, em 12 de Julho de 1891.

Com o advento do govêrno constitucional do Dr. Lauro Sodré, que se prolongou até 31 de Janeiro de 1897, quando o transmitiu ao seu sucessor, Dr. José Paes de Carvalho, entrou o Pará a desfrutar uma fase de autêntico progresso, pois a administração do ilustre paraense caracterizou-se pelo início de uma reorganização em todos os departamentos públicos.

Conduzindo-se no govêrno do seu Estado natal com ilibada probidade e comprovada moderação, tolerante e progressista, o Dr. Lauro Sodré impulsionou o desenvolvimento do Pará, animou e disseminou a instrução pública, deu início à colonização, atraindo imigrantes estrangeiros, organizou, enfim, a vida do Estado, numa fase delicada da sua história, quando, pela surpresa da República, tudo se agitava na ânsia de uma transformação imediata, contrariada, de outro passo, pela natural reação dos elementos adversos.

Em 3 de Novembro de 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca, Presidente da República, desfechou o golpe de Estado que dissolveu o Congresso Nacional e declarou em estado de sítio a Capital Federal e a cidade de Niteroi. Em face dessa grave situação, aceita por todos os detentores do poder nas unidades federativas, sòmente o Pará constituiu exceção única na reação altiva e desassombrada ao ato do Chefe do Govêrno. O Dr. Lauro Sodré, Major do Exército, que ainda não completara um ano de govêrno, não vacilou em protestar contra o golpe de Deodoro, afirmando a sua disposição em manter a ordem e defender a soberania da Constituição do Estado. Pouco tempo depois, em 1893, com a revolta de parte da Armada contra o govêrno do Marechal Floriano Peixoto, o povo paraense agrupou-se em tôrno do seu Governador, formando três batalhões patrióticos para a defesa do regime.

Merece, também, menção, no registro dos fatos que assinalaram o primeiro govêrno do Dr. Lauro Sodré no Pará, o convite feito ao maestro Carlos Gomes para dirigir o Conservatório de Música daquêle Estado, onde o autor do "Guarany" veio a falecer em 16 de Setembro de 1896, assistido carinhosamente pelo povo paraense, que, com o seu ilustre governante, prestou ao grande maestro brasileiro uma verdadeira consagração.

Concluido o seu mandato de Governador em 31 de Janeiro de 1897, foi o Dr. Lauro Sodré eleito senador federal pelo seu Estado.

A política nacional sofrera forte abalo provocado pela atitude do Senador Francisco Glicério, chefe do Partido Republicano Federal, que se afastara da política do Presidente Prudente de Morais.

Declarada a cisão no P.R.F., o Dr. Lauro Sodré e seus amigos do Pará acompanharam o General Glicério, iniciando-se, então, um longo período de ostracismo político para o ex-governador paraense.

A Convenção do Partido Republicano Federal, após haver pensado nos nomes de Quintino Bocayuva e Julio de Castilhos, escolhera candidatos à sucessão do Presidente Prudente de Morais, nas eleições de 1.º de Março de 1898, a Lauro Sodré e Fernando Lobo, apresentando-os ao eleitorado em manifesto redigido por Manoel Vitorino, vice-presidente da República no quadriênio a expirar.

O atentado de 5 de Novembro de 1897, em que foi vitimado o Marechal Bittencourt, Ministro da Guerra, "fêz que o pleito presidencial perdesse a importância dos primeiros momentos, sendo eleitos por enorme maioria Campos Salles e Rosa e Silva".

Por outro lado, o candidato à sucessão do Dr. Paes de Carvalho no govêrno do Pará, Dr. Justo Chermont, não lograria triunfar nas urnas, sendo eleito o Dr. Augusto Montenegro, que governou por dois quatriênios.

Em 1902, o Dr. Lauro Sodré terminava o mandato de senador, mas a política dominante no Pará, chefiada pelo senador estadual Antonio Lemos, houve por bem recusar ao eminente paraense a sua recondução ao Senado da República. O Distrito Federal, entretanto, conferiu ao Dr. Lauro Sodré o mandato que os seus conterrâneos lhe recusavam e, assim, em 1903, volvia ao Senado o ilustre republicano, após um pleito renhido, em que teve como concorrentes Lopes Trovão e o Conselheiro Andrade Figueira.

Em 14 de Novembro de 1904, no govêrno do Dr. Rodrigues Alves, foi um dos chefes do movimento que se verificou nesta Capital, a propósito da vacina obrigatória e em que foi vitimado, no combate na rua da Passagem, o General Silvestre Travassos, que comandava os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Preso a bordo do couraçado "Floriano", foi mais tarde posto em liberdade, com seus companheiros, por efeito da anistia votada pelo Congresso Nacional, cujo projeto, no Senado, fôra apresentado e defendido pelo Senador Ruy Barbosa.

Em janeiro de 1912, oif novamente eleito senador federal pelo seu Estado e, em Agôsto dêsse ano, após uma longa ausência, volveu o Dr. Lauro Sodré ao Pará, onde, por essa ocasião, desenrolaram-se graves acontecimentos, que culminaram com o afastamento definitivo do Senador Antonio Lemos de tôdas as posições políticas que ocupava por mais de quinze anos naquêle Estado.

Indicado à sucessão do Dr. João Coelho no govêrno do Pará, o Dr. Lauro Sodré declinou da sua candidatura em afvor do Dr. Enéas Martins, então sub-secretário das Relações Exteriores.. Renunciando ao mandato de senador, em 2 de Fevereiro de 1917, assumiu, pela segunda vez, o cargo de Governador do Estado, como sucessor do Dr. Enéas Martins, exercendo-o até Fevereiro de 1921, quando passou o govêrno ao seu substituto, Dr. Antonino de Souza Castro, e voltou ao Senado, mais uma vez eleito pelo Pará.

O Dr. Lauro Sodré exerceu, também de 1903 a 1917, as funções de Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira, tendo sido também presidente do Grêmio Paraense, desta capital.

Além das suas mensagens ao Congresso Legislativo do Pará, nos periodos de govêrno de 1891 a 1897 e de 1917 a 1921, numerosos artigos na imprensa do Rio de Janeiro e do Pará, manifestos politicos e discursos parlamentares, o Dr. Lauro Sodré escreveu: "Centenário do Marquês de Pombal", homenagem da mocidade acadêmica, Rio de Janeiro 1822; "Palavras aos meus conterrâneos", Rio de Janeiro, 1890; "Crenças e Opiniões", Belém, 1897; "Palavras e Actos", "As indústrias extrativas" e "Pelo Norte da República".

Do seu consórcio, em 1888, com Dona Teodora do O' de Almeida Sodré, houve os seguintes filhos: Dr. Emanuel Sodré, Juiz de Direito da 1a. Vara Civel do Distrito Federal; Capitão de Fragata Benjamin Sodré, da Marinha de Guerra Brasileira, atualmente nos Estados Unidos, em comissão do Ministério da Marinha; Dr. Lauro Sodré Filho, clínico nesta Capital; Dr. Teodoro de Almeida Sodré, advogado e funcionário do Ministério do Trabalho, e Dona Orminda Sodré Viveiros de Castro, espôsa do Comandante Enrico Viveiros de Castro.

O entêrro do Dr. Lauro Sodré, realizou-se às 17 horas, saindo o feretro da casa da rua Conselheiro Lafayette n.º 8, em Copacabana, para o Cemitério de S. João Batista.

À saida do féretro, tocaram nas alças os Srs. Comandante Arthur Orlando Gusmão, representante do Sr. Presidente da República; representantes dos Srs. Ministros da Justiça e da Educação; Dr. João Botelho, representante do Interventor Federal no Pará; Drs. Enrico de Freitas Valle e Dionysio Bentes, ex-governadores do Estado do Pará; e Dr. Hugo Carneiro, presidente do Grêmio Paraense.

Avultado foi o número de pessoas que acompanharam o entêrro do Dr. Lauro Sodré, notando-se a presença de várias autoridades civis e militares, delegações de sociedades e instituições e numerosos elementos da colônia paraense domiciliadas nesta Capital.

Antes de baixar o corpo à sepultura, fizeram uso da palavra, pronunciando sentidas orações, os Srs. Dr. João Botelho, em nome do govêrno do Estado do Pará; Dr. Enrico de Freitas Valle, ex-governador do Pará, em nome dos correligionários do antigo Partido Republicano Federal; Dr. Hugo Carneiro, presidente do Grêmio Paraense; Gastão Vitório, pelos republicanos históricos; Rufino Gomes Junior, pela Maçonaria Brasileira; Dr. José Augusto, ex-senador federal; Dr. Pedro G. Chermont de Miranda, pelo antigo Partido Republicano Conservador; Dr. Alcides Gentil, pelo Grêmio Paraense; Dr. Brício Filho, pelo Grêmio Cívico Floriano Peixoto, e João Alfredo de Mendonça, em nome dos jornalistas do Pará.

— O Club Militar, logo que teve ciência do falecimento do Sr. General Lauro Sodré, suspendeu os seus trabalhos, fazendo hastear em funeral a bandeira de sua séde. O Sr. General Meira de Vasconcelos mandou lançar em ata um voto de profundo pezar pelo falecimento do grande batalhador na instalação daquela entidade de classe na Avenida Rio Branco.

O Club fez-se representante no funeral por uma comissão de diretores, colocando no ataúde um corôa de flôres naturais.

— Por motivo do falecimento de seu ex-Grão Mestre, General Lauro Sodré, o Grande Oriente do Brasil fêz hastear em sua séde a bandeira em funeral, suspendeu os trabalhos nas Lojas, enviou uma corôa de flôres e esteve representado no saimento fúnebre por uma comissão de membros do Conselho Geral, presidida pelo Grão Mestre Dr. Joaquim Rodrgiues Neves.

— O Interventor Federal no Pará manifestou desejo de que o o corpo do Dr. Lauro Sodré fosse embalsamado e conduzido para aquêle Estado, afim de ser inhumano da terra natal do ilustre republicano, correndo as despesas por conta do govêrno paraense. Êsse oferecimento, porém, não poude ser aceito pela família do extinto, em virtude de já ter sido deliberado o seu enterramento nesta Capital.

— O Grêmio Paraense, de que o Dr. Lauro Sodré foi fundador e presidente perpétuo, ofereceu-se para custear os funerais do seu eminente consócio, o que, entretanto, não foi levado a efeito em virtude de idêntico oferecimento anterior, por parte do govêrno do Estado do Pará.

A referida agremiação de paraenses, entre outras providências, deliberou tomar luto por trinta dias; oferecer uma corôa com a seguintes inscrição: "Ao maior filho do Pará, seu grande presidente perpétuo, homenagem do Grêmio Paraense"; telegrafar ao Sr. Coronel Magalhães Barata, Interventor Federal no Pará, sentimentando o Estado pela grande perda sofrida; solicitar ao Sr. Prefeito Henrique Dodsworth que seja dado a um dos logradouros públicos desta Capital, o nome do Dr. Lauro Sodré, que representou o Distrito Federal no Senado da República; e solidarizar-se a tôdas as homenagens que forem prestadas á memória do extinto republicano.

—A Congregação do Colégio Pedro II fez-se representar no entêrro do Dr. Lauro Sodré por uma comissão composta dos Drs. Clovis Monteiro e Raja Gabaglia, diretores do Internato e Externato; Dr. Octacílio A. Pereira, secretário da Congregação; e pelos Drs. George Summer e David Peres, professores catedráticos. O estabelecimento enviou uma corôa de flôres naturais.

Pertenceu o Dr. Lauro Sodré ao quadro diretor da Sociedade Nacional de Agricultura em vários bienios, como membro do seu Conselho Superior. Houve tempo em que era um frequentador assiduo das suas sessões, participando de diversos congressos. A Diretoria fez-se representar nos seus funerais, resolvendo inserir na "A Lavoura" o seu necrológio, como preito a êsse grande brasileiro e devotado colaborador.

Industria de Laticínios no Pará

a) A indústria de laticínios exerce uma influência extraordinária no aumento da riqueza pastoril de tôdas as nações civilizadas, que a tem organizado, porque a renda de uma vaca leiteira é superior à de um boi de bom pêso.

b) A indústria de laticinios depende da realização de diversos fatores essenciais, entre os quais notaremos os seguintes:

1.º população numerosa nos centros de criação ou em suas proximidades, dedicadas aos trabalhos de agricultura, e fácil de ser contratada para os serviços de exploração do leite;

2.º pessoal em número necessário aos serviços de agricultura e/de ordenhas das vacas nas fazendas;

3.º) cultura de plantas forrageiras para a alimentação permanente do gado leiteiro;

4.º) formação do rebanho de vacas leiteiras, que possa garantir uma produção média, de 7 litros de leite numa só ordenha diária.

Na Amazônia, o gado "Buffalo" é o que dá maior produção de leite, de 1a. qualidade para queijo ou manteiga, regulando 15 litros em média, numa só ordenha.

5.º) instalações apropriadas para o trabalho de laticínios, tais como galpões, cercado de parição, usina de beneficiar o leite, para fabricação de queijo, manteiga, e outros produtos, abastecimento dágua, etc..

O ensino da contabílidade agrária na Escola de Hoticultura "Wenceslau Bello"

Programa organizado pelo
Prof. *Pedro G. da Silveira Filho*

1.º — Contabilidade: definição, histórico, divisão e objeto. Funções administrativas. Distinção entre a Contabilidade e a Escrituração.

2.º — Conceito e classificação da contabilidade Agrária. Sua importância nas emprêsas partidulares e públicas. Distinção entre ativo e passivo. Sua consequência.

3.º — Redação comercial. Característicos das cartas comerciais. Modedos de cartas.

4.º — Apreciação geral de atos e fatos administrativos. Sua divisão e distinção entre uns e outros. Conceito e caracteres diferenciais entre devedor e credor.

5.º — Noções sôbre proprietário, agentes consignatários e correspondentes. Contas próprias de cada um. Diferenciação entre débito e crédito. Saldo.

6.º — Faturas: requisitos essenciais e modelos. Idéia geral e característicos das duplicatas. Modelos dêsses documentos.

7.º — Estudo de um patrimônio agrário. Conceito e classificação do capital rural.

8.º — Avaliação. Métodos de avaliação e sua importância na valorização dos bens rurais. Estudo da Agrotimesia.

9.º — Escrituração. Métodos de escrituração. Partidas simples e dobradas; caracteristicos diferenciais. Importância de método das partidas dobradas. Seu principio fundamental. Regras de escrituração a observar neste método.

10.º — Inventároi: levantamento e finalidades. Espécies de inventários. Classificação dos elémentos patrimoniais.

11.º — Noções sôbre cheques. Requisitos e espécies. Endósso: modalidades.

12.º — Das contas em geral e suas funções. Contas caracteristicas da contabilidade agrária.

13.º — Lançamentos: apreciação geral e gráfico dos lançamentos por partidas dobradas. Fórmulas dos lançamentos.

14.º — Livros de escrituração. Sua divisão de acôrdo com a lei e a contabilidade. Cuidados a observar na escrituração dos livros obrigatórios. Modelos de livros legais e auxiliares. Formalidades extrinsecas e intrinsecas. Termos de abertura e encerramento.

15.º — Livros próprios da escrituração agrária. Modelos, tipos mais comuns e importância dêsses livros.

16 — Recibos. Espécies e modelos dêsses documentos.

6.º) dar bôa e suficiente alimentação às vacas, os bezerros e aos reprodutores.

7.º) dar a administração dos serviços de tratamento e ordenhação das vacas e do beneficiamento do leite a profissionais que educarão os demais empregados na exploração técnica dos laticinios;

8.º) ter facilidade de transporte, com frigorífico, para a capital do Estado, maior e melhor mercado de consumo;

c) Os centros pastoris do Pará, ainda não estão em condições de atender aos requisitos acima indicados para instalar e explorar economicamente a indústria de laticínios, porque, lhes faltam os elementos essenciais, que são:

Facilidade de braços; produção forrageira abundante e permanente, gado leiteiro e aparelhamento das fazendas.

(*Tése apresentada à II Conferência Nacional de Pecuária*).

17.º — Classificação dos erros de escrituração. Métodos que a contabilidade nos ensina para corrigi-los.

18.º — Registro das compras, vendas, pagamentos e recebimentos. Condições em que podem ser efetuados e seu registro no livro Diário.

19.º — Estudo do Balancete e Balanço. Como devem ser organizados. Demonstração da conta Lucros e prejuizos.

20.º — Noções sôbre notas promissárias e letras de câmbio. Modelos desses documentos.

21.º — Fim de um periodo agrário. Encerramento dos livros de escrituração.

PARTE PRÁTICA

1.º — Exercicios de escrituração de uma emprêsa rural mista.

2.º — Redação de cartas comerciais.

3.º — Emissão de faturas, duplicatas, notas promissiórias, letras de câmbio e cheques.

4.º — Redação própria dos recibos.

5.º — Desenhos de gráficos destinados a balancetes, balanços, inventários e conta de Lucros e Prejuizos.

6.º — Desenhos de modelos de livros de escriturçaão próprios da Contabilidade Agrária.

PROGRAMA DA ECONOMIA POLÍTICA

(Ministrado na Escola Hort. Wenceslau Bello)

Organizado pelo
Pro. *Pedro G. da Silveira Filho*

1.º — Economia Politica: definição e classificação. Importância do seu conhecimento na resolução dos problemas econômicos.

2.º — Estudo geral de necessidades humanas, bens, utilidades e riquezas em economia.

3.º — Valor. Valor de uso e valor de troca. Teorias sôbre o valor.

4.º — Preço. Espécie de preços.

5.º — Leis econômicas. Lei da oferta e da procura e Lei do rendimento não proporcional.

6.º — Estudo dos fatores da produção: natureza, e capital.

7.º — As máquinas na evolução econômica. Vantagens de seu emprêgo nas atividades agrárias.

8.º — O trabalho. Formas de trabalho. A legislação trabalhista na Constituição brasileira de 1937.

9.º — Estudo da Economia Política aplicada à agricultura (Economia Rural).

10.º — Indústrias: definição e classificação. Indústrias rurais.

11.º — Trabalho rural. Como é efetuado. Medidas de proteção ao trabalhador rural.

12.º — O salário. Formas de Salário.

13.º — O lucro. Sua legitimidade.

14.º — Seguro agrário. Sua necessidade. Companhias de seguro rural.

15.º — Penhor Rural. Espécies. Legislação sôbre o penhor rural.

16.º — Estudo das cooperativas. Legislação cooperativista. Modalidades de cooperativas rurais. Importância de casa uma na evolução econômica agrária. Caixas rurais.

17.º — Sindicatos rurais. Pessoas que podem fazer parte dêsses sindicatos.

18.º — Emprêsas rurais. Organisação de uma emprêsa rural.

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLAU BELLO"

Programas da cadeira de Revisão

Organizado pelo
PROF. PEDRO G. DA SILVEIRA FILHO

1.ª SÉRIE

1.º — Números decimais. Definições e propriedades dêsses números. Aplicações práticas. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

2.º — Sistema métrico decimal. Unidades principais. Múltiplos e submúltiplos. Representação e redução de números métricos. Exercícios práticos. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

3.º — Medidas de comprimento e superfície: definições, múltiplos e submúltiplos — Aplicações. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

4.º — Medidas de superfície agrária e submúltiplos. Aplicações práticas. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

5.º — Medidas de capacidade e medidas de pêso: definição, múltiplos e sub-múltiplos. Operações práticas. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

6.º — Principais medidas antigas. Modo de achar a área dos quadrados, retângulos e triângulos. Processo prático para avaliar a capacidade de caixotes e cilindros. Aplicações. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

7.º — Estudo geral dos números complexos. Exercícios — Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

8.º — Definição e propriedades das frações ordinárias. Operações práticas. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

9.º — Frações próprias e impróprias e números mistos. Redução de frações. Adição, subtração, multiplicação e divisão. Exercícios práticos. Estudo da nova ortografia. Prática ed redação.

10.º — Propriedades das razões e proporções. Regra de três simples e composta. Aplicações práticas. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

11.º — Regra de divisão proporcional simples e composta. Exercícios práticos. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

12.º — Regra de mistura e liga. Operações práticas. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

13.º — Regra de porcentagem. Cálculo do principal e da taxa. Aplicações práticas. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

14.º — Regra de sociedade simples e composta. Exercícios práticos. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

15.º — Teoria do crédito. Juros simples e compostos. Fórmulas gerais e derivadas. Operações práticas. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

16.º — Desconto comercial ou por fora e desconto racional ou por dentro. Fórmulas. Aplicações práticas. Estudo da nova ortografia. Prática de redação.

2.ª SÉRIE

1.º — Métodos comerciais abreviados para o cálculo de juros. Problemas sôbre operações decimais. Revisão das regras da nova ortografia. Prática de redação.

2.º — Aplicações de porcentagem: seguro, comissão, corretagem, tara e avaria. Problemas versando sôbre medidas de comprimento e superfície. Revisão das regras da nova ortografia. Prática de redação.

3.º — Estudo sumário da regra de câmbio. Problemas relacionados com superfícies agrárias e volume. Revisão das regras da nova ortografia. Prática de redação.

4.º — Noções dos principais tipos de moedas. Problemas sôbre capacidade e pêso. Revisão das regras da nova ortografia. Prática de redação.

5.º — Títulos de renda: debêntures, apólices e ações. Áreas dos quadrados, retângulos e triângulos: problemas. Revisão das regras da nova ortografia. Prática de redação.

6.º — Estudo suscinto dos vencimentos dos títulos. Problemas versando sôbre capacidade de caixotes e tonéis. Revisão das regras da nova ortografia. Prática de redação.

8.º — Depreciação de máquinas agrícolas. Fórmulas. Problemas sôbre divisão proporcional. Revisão das regras da nova ortografia. Prática de redação.

9.º — Noções de amortização. Problemas relacionados com mistura e liga. Revisão das regras da nova ortografia. Prática de redação.

10.º — Estudo suscinto de operações de seguros. Problemas versando sôbre porcentagem e juros. Revisão das regras da nova ortografia. Prática de redação.

Aumento e melhoramento da produção agro-pecuaria

Como representante da classe agrícola no Conselho Federal de Comércio Exterior, o Dr. Arthur Torres Filho fêz a seguinte exposição sôbre nossos problemas de economia rural:

"Se o nosso país apresenta o espetáculo de verdadeiro resurgimento em muitas de suas atividades industriais nem por isso sua economia agrícola deixa de exigir exame atento para que possa ser acompanhada em sua marcha evolutiva, evitando-se perturbaçoes bruscas que venham refletir na ordem social. A batalha dos alimentos continua a ter para nós, como para todos os povos em guerra, importância decisiva sendo fáto inconteste que, se mseu perfeito encaminhamento não será possivel alcançar êxito nos campos de batalha e nem o fortalecimento da frente interna, de inequívoca significação psicológica na emergência atual.

O aumento e melhoramento da nossa produção em geral e muito particularmente a de gêneros alimentícios e de matérias primas essenciais, como em mais de uma oportunidade tem acentuado o eminente Presidente Vargas, constituem um dos esforços decisivos do pai psara sua participação ao lado das Nações Unidas.

É que nossos celeiros precisam e devem ser abastecidos co mo fruto do trabalho de nossos heróicos lavradores; a produção agro-pecuária necessita ser aumentada a todo preço e teremos de diligenciar para que a falta de homens chamados às armas ou desviados para atividades fabris ou mesmo extrativas no interior do pais não se faça sentir de modo drástico na diminuição da produção alimentar.

Aconteceu existir um complexo de causas técnicas e ecoqnômico financeiras atuando sôbre a agricultura brasileira exigindo para sua solução estudos exatos das condiç es econômicas das várias regiões produtoras. As crises na agricultura resultam principalmente do mecanismo da formação dos preços e êsses por sua vez, do equilíbrio geral dos mercados. Com o deflagrar da guerra tivemos a pouco e pouco fechados os mercados europeus que consumiam cêrca de 50% de nossos produtos alimentícios e matérias primas, ocasionando forte repercussão em nossa economia.

Graças à ação do Govêrno, pela aplicação de sagazes providencias, quer revigorando o mercado interno, quer fazendo adequados financiamentos atraves do Banco do Brasil, quer ainda promovendo o desenvolvimento do nôsso intercambiò com os paises do continente americano, logrou o Brasil alcançar, em 1943, um saldo ativo em seu comercio exterior, superior a dois bilhoes de cruzeiros. Esse notavel resultado, nao obstante os obstáculos criados ao trafego marítimo e a movimentação do comércio interior, não é de indole a nos deixar tranquilos, tamanhos problemas te Conselho, para a reconquista dos nostemos diante de nos, a exigir a ação dessos mercados tradicionais.

No duro transe porque atravessa a humanidade, o Brasil se tendo filiado ao grupo das Nações Unidas, teriamos de sofrer mais vivamente, os efeitos da guerra, motivo por que a frente interna exigira cuidados especiais.

Si nossa economia oferece indices alentadores dentro das contingências do momento como os que são assinalados pela indústria de tranformação, permitindo maior abastecimento do mercado interno e fornecendo sobras que estão sendo lançadas no exterior; si é grande o esfôrço da agricultura no fornecimento de matérias primas animais e vegetais exigidas pela indústria; si nossa indústria mineira ganha, dia a dia, maior expressão em nossas atividades econômicas; já no que se refere à produção alimentar obesrva-se retraimento, pelo fáto de proporcionar menores lucros e exigir orientação de acôrdo com a moderna indústria alimentar. A guerra está impondo transformações da mais alta relevância na conservação dos produtos alimentares e não estamos longe de assistir ao preparo adequado dos alimentos nas próprias fontes de produção, aí se acumulando os estoques que se escoa-

rão sem perdas para os centros de consumo. Em breve teremos os alimentos transformados, convenientemente dosados em calorias e vitaminas, sem estarem sujeitos a contaminações.

Isso importa dizer que teremos de nos aparelhar para transformar os produto salimentares que viermos a consumir e exportar.

As pesquisas sôbre alimentos com a formação de técnicos, constitui um imperativo da hora que passa e bom será estejamos preparados, para em tempo, ficarmos à altura dessa grande transformação que vem a ser a da *produção industrial dos gêneros alimentícios*. Animo-me a pedir especialmente a atenção do govêrno para êsse novo setor da economia moderna, cujos alicerces conviria ciarmos desde já, para que não sejamos colhidos de surpreza. A agricultura se ligará assim, mais estreitamente, ao vasto campo industrial.

Faz-se mister, entretanto, realizarmos estudos de coordenação dos varios orgãos de economia e pesquisas no que toca à formação dos preços nos centros de produção e consumo, acompanhando atentamente suas oscilações. Já mesmo antes da atual conflagração essa era a diretriz dos poderes publicos. *O agricultor para vencer tem que trabalhar com fé, obrigado a correr todos os riscos, desde as incertezas do clima, às moléstias que acometem as plantações e os animais, até às oscilações dos preços dos produtos nos mercados consumidores*. A intercorrência das boas colheitas nem sempre constituirá esperança favorável por coincidir muitas vêzes com preços de venda inferiores ao custo da produção. Mesmo na iminência constante de prejuizos, o agricultor brasileiro trabalha sem cessar.

Ninguem pode desconhecer a existência de múltiplos fatores concorrendo para aumentar o custo da produção agricola, como consequência da elevação dos salários dos trabalhadores, do aumento dos fretes marítimos e terrestres, dos preços dos instrumentos e máquinas agricolas, dos impostos diretos e indiretos, etc.. E sem que se computem todos êsses fatores, como será possivel conhecer-se *a renda da terra* entre nós e, por conseguinte, o lucro liquido auferido pelo agricultor? Para que não haja arrefecimento na capacidade produtiva dos que trabalham a terra precisaremos estabelecer preços justos de venda dos produtos agro-pecuários, estando-se, de outra parte, o melhor escoamento dos mesmos para os centros consumidores, mediante armazenamentos adequados à conservação nas zonas produtoras. E' bastante difícil bem o sei, conseguir-se preço médio satisfatório para um produto agricola. Mas, isso e uma verdade, não o é menos que sem a justa remuneração para quem produz, não se poderá contar com o abastecimento dos mercados.

O bem estar de que carecemos dependerá da elevação geral da produção e, em particular, da agro-pecuaria.

Na atual emergência, com o fim de assegurar preço de venda remunerador à agricultura, vários paises tem recorrido ao sistema de bonificação ao produtor serviado-se também da arma do racionamento para regular o consumo.

Como reza a "Carta do Atlântico" no após-guerra, dever-se-á "promover a mais ampla colaboração entre tôdas as nações com o fim de conseguir para todos melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social". Tanto as matérias primas indispensáveis à reconstrução da máquina industrial, como os alimentos, serão indispensáveis no suprimento dos países devastados pela guerra.

Reconheceu o Congresso Brasileiro de Economia, notável conclave que se reuniu nesta Capital, por iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, a necessidade da fixação de preços mínimos remuneradores nos esforços e riscos do agricultor, e sem essa medida não será possivel assegurar o desenvolvimento agricola do país e mais ainda: "*que êsses preços devem ser adotados às várias regiões e épocas com elasticidade suficiente às diversas circunstâncias. E que na falta de procura suficiente, o Govêrno deve intervir como comprador*.

A mais larga difusão do crédito agricola, principalmente do que beneficie os pequenos produtores rurais que necessitam de 5, 10, 15 mil cruzeiros, sem os rituais bancários, constitui para o momento, medida imprescindível, pois que são êles os fatores decisivos do fomento da produção. Isso representa uma necessidade imperiosa, a justificar pro-

Conselho Federal do Comércio Exterior

•

1a. SESSÃO ORDINARIA REALIZADA A 7 DE FEVEREIRO DE 1944

Realizou-se no dia 7 de fevereiro, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, a primeira sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, dêste ano. Estiveram presentes os Conselheiros Benjamim do Monte, Uldarico Cavalcanti, Alves de Souza, João de Lourenço, José Jobim, Cassiano Ricardo, Alencastro Guimarães, Torres Filho, Euvaldo Lodi, Salgado Scarpa, Anápio Gomes, Edgard de Vasconcelos e Barbosa Lima Sobrinho. Os Conselheiros Gastão Vidigal e Santos Filho deixaram de comparecer com causa justificada.

Às dezoito horas e trinta minutos, deu o Ministro Mário Moreira da Silva por inauguradas as atividades do Conselho Pleno no ano em curso, pronunciando o discurso que vai publicado na primeira página dêste *Boletim*.

Concedida, a seguir, a palavra ao Conselheiro Torres Filho, representante das classes agricolas do país, leu Sua Excelência a oração que adiante publicamos.

Por fim, falou o Conselheiro Euvaldo Lodi, cujo discurso também inserimos aqui.

Antes de dar por encerrada a sessão, às 19 horas e 10 minutos, declarou o Senhor Presidente que a indicação que acabava de ser feita pelo Conselhei-

---

vidências que sejam capazes de desenvolver a açao benéfica do Banco do Brasil atendendo-se à vastidão doterritório nacional.

Outras recomendações de alta importância para nossa economia agricola foram aprovadas por aquêle Congresso, merecendo plenamente exame por parte dêste Conselho.

Os efeitos avassaladores da guerra, irão atirar à fome milhões e milhões de sêres humanos e nós, como outros países mesmo melhores aparelhados, já estamos sentindo sérias dificuldades no abastecimento interno, quando deveremos ficar aptos a prestar nosso concurso no após-guerra.

Escasseiam-se elementos estatisticos e outros de carater técnicos que nos permitam apreciar com segurança e capacidade produtora e de consumo do país.

A ampliação do mercado interno exerce papel preponderante de ordem política e econômica, na vida nacional. Necessitamos estudá-lo e, para isso, temos a ausência de indices que facilitem uma apreciação justa do ritmo de sua evolução. O mercado externo, sem dúvida de alta significação, participa, em menor escala que o nacional, em nossa economia.

Será mediante investigações cientifica que poderemos traçar diretrizes seguras que nos garantam uma evolução constante, reafirmando a grande obra de "conquista do espaço". O que produzimos e o que exportamos ainda está longe de corresponder à população do país.

Ao lado da assistência social cuidando de valorizar o homem por uma melhor alimentação, pela educação profissional e pela higiene, teremos de pensar, dentro de um planejamento seguro, na assistência econômica.

Só um corpo de técnicos, atuando nos centros produtores, poderá proporcionar os estudos de que carecemos. Mas, um fáto que precisa ficar bem acentuado, é o de que a base da nossa politica econômica tem de reponsar na *ruralização*.

Tôda uma imensa obra tem que ser levantada, com esfôrço e dedicação e ela se resume na palavra *organização*.

E' verdade que muito temos conseguido realizar, dentro de uma situação internacional progressivamente agravada, mas que já nos permite distinguir no horizonte o repontar de dias melhores, a todos preocupando os problemas não menos graves do após-guerra".

(Jornal do Comércio, 27 de Março de 1944).

ra Euvaldo Lodi, no sentido de o Conselho ficar habilitado a acompanhar a execução das medidas adotadas e aprovadas por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, constituiria objeto de imediato e acurado estudo, mediante processo que ia mandar organizar.

•

DISCURSO DO CONSELHEIRO ARTHUR TORRES FILHO

"Ao se inaugurar novo período de atividades dêste Conselho e, nêle representando a classe agrícola, seja-me permitido, a exemplo de anos anteriores, fazer ligeiros comentários, sôbre alguns dos aspectos da nossa economia rural.

Se o nosso país apresenta o espetáculo de verdadeiro ressurgimento em muitas de suas atividades, nem por isso sua economia deixa de exigir exame atento para que possa ser acompanhada em sua marcha evolutiva, evitando-se perturbações bruscas que venham refletir-se na ordem social. A *batalha dos alimentos*, por exemplo, como acentuei particularmente no início de nossos trabalhos em 43, continua a ter para nós, como para todos os povos em guerra, importância decisiva, sendo fato inconteste que, sem seu perfeito encaminhamento, não será possível alcançar-se êxito nos campos de batalha e nem o fortalecimento da frente interna, de inequívoca significação psicológica na emergência atual.

O aumento e melhoramento da nossa produção em geral e muito especialmente da de gêneros alimentícios e de matérias primas essenciais, como em mais de uma oportunidade tem acentuado o eminente Presidente Vargas, representarão um dos esforços decisivos do país para sua participação no lado das Nações Unidas.

Nossos celeiros devem ser abastecidos com o produto do trabalho de nossos lavradores, a produção agro-pecuária precisa ser aumentada e teremos de diligenciar para que a falta de homens chamados às armas ou desviados para atividades fabrís ou mesmo extrativas no interior do país, não se faça sentir de modo drástico na diminuição da produção alimentar.

Acontece, porém, existir um complexo de causas técnicas e econômico-financeiras atuando sôbre a agricultura brasileira, exigindo estudos exatos das várias regiões. As crises na agricultura resultam principalmente do mecanismo da formação dos preços e esses por sua vez, do equilíbrio geral dos mercados. Com o deflagrar da guerra tivemos a pouco e pouco fechados os mercados europeus que consumiam cêrca de 50% de nossos produtos alimentares e matérias primas, ocasionando forte repercussão em nossa economia.

Graças à ação do Govêrno, pela aplicação de sagazes providências, quer revigorando o mercado interno, quer fazendo adequados financiamentos através do Banco do Brasil, quer ainda promovendo o desenvolvimento do nosso intercâmbio com os países do continente americano, logrou o Brasil alcançar, em 1943, um saldo ativo em seu comércio exterior, superior a dois bilhões de cruzeiros. Êsse notável resultado, não obstante os obstáculos criados ao tráfego marítimo e à movimentação do comércio interior, não é de índole a nos deixar tranquilos, tamanhos problemas temos diante de nós, a exigir a ação dêste Conselho, para a reconquista de nossos mercados tradicionais.

No duro transe por que atravessa a humanidade, o Brasil se tendo filiado ao grupo das Nações Unidas, teríamos de sofrer, mais vivamente, os efeitos da guerra, motivo por que a frente interna exigirá cuidados especiais.

Se nossa economia oferece índices alentadores dentro das contingências do momento como os que são assinalados pelas indústrias de transformação, permitindo maior abastecimento do mercado interno e fornecendo sobras que estão sendo lançadas no exterior; se é grande o esfôrço da agricultura no fornecimento de matérias primas animais e vegetais exigidas pela indústria; se nossa indústria mineira ganha, dia a dia, maior expressão em nossas atividades econômicas; já no que se refere à produção alimentar observa-se retraimento,

pelo fato de proporcionar menores lucros e exigir orientação de acôrdo com a moderna indústria alimentar. A guerra está impondo transformações da mais alta relevância na conservação dos produtos alimentares e não estamos longe de assistir ao preparo adequado dos alimentos nas proprias fontes de produção, aí se acumulando os estoques que se escoarão sem perdas para os centros de consumo. Em breve teremos os alimentos transformados, convenientemente dosados em calorias e vitaminas, sem estarem sujeitos a contaminações.

As pesquisas sôbre alimentos com a formação de técnicos constitui um imperativo da hora que passa e bom será estejamos preparados para, em tempo, ficarmos à altura dessa grande transformação, que vem a ser a da *produção industrial dos gêneros alimentícios*. Animo-me a pedir especialmente a atenção do Conselho para êsse novo setor da economia moderna, cujos alicerces conviria criarmos, desde já, para que não sejamos colhidos de surprêsa. A agricultura se ligará assim, mais estreitamente, ao vasto campo industrial.

Faz-se mister, entretanto, realizarmos estudos de coordenação dos vários órgãos de economia e pesquisas no que toca à formação dos preços nos centros de produção e consumo, acompanhando atentamente suas oscilações. Já antes da atual conflagração essa era a diretriz dos poderes públicos. O agricultor, para vender, tem que trabalhar com fé, obrigado a correr todos os riscos, desde as incertezas do clima, as moléstias que acometem as plantações e os animais, até as oscilações dos preços dos produtos nos mercados consumidores. A intercorrência das bôas colheitas nem sempre constituirá esperança favorável por coincidir muitas vêzes com preços de venda inferiores ao custo da produção. Mesmo na iminência constante de prejuizos, o agricultor brasileiro trabalha sem cessar.

Ninguém póde desconhecer a existência de múltiplos fatores concorrendo para aumentar o custo da produção agrícola, como consequência da elevação dos salários dos trabalhadores, do aumento dos fretes marítimos e terrestres, dos preços dos instrumentos e máquinas agrícolas, dos impostos diretos e indiretos, etc.. E sem que se computem todos êsses fatores, como será possível conhecer-se a *renda da terra* entre nós e, por conseguinte, o lucro liquido auferido pelo agricultor? Para que não haja arrefecimento na capacidade produtiva dos que trabalham a terra precisaremos estabelecer preços justos de venda dos produtos agro-pecuários, estudando-se, de outra parte, o melhor escoamento dos mesmos para os centros consumidores, mediante armazenamentos adequados à conservação nas zonas produtoras. E' bastante difícil, bem o sei, conseguir-se preço médio satisfatório para um produto agricola. Mas, se isso é uma verdade, não é menos que, sem a justa remuneração para quem produz, não se poderá contar com o abastecimento dos mercados.

O bem estar de que carecemos dependerá da elevação geral da produção e, em particular, da agro-pecuária.

Na atual emergência, com o fim de assegurar preço de venda remunerador à agricultura, vários países têm recorrido ao sistema de bonificação ao produtor, servindo-se também da arma do racionamento para regular o consumo.

Como reza a "Carta do Atlântico" no após-guerra, dever-se-á "promover a mais ampla colaboração entre tôdas as nações com o fim de conseguir para todos melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social". Tanto as matérias-primas indispensáveis à reconstrução da máquina industrial, como os alimentos, serão indispensáveis ao suprimento dos países devastados pela guerra.

Reconheceu o Congresso Brasileiro de Economia, notável conclave que se reuniu nesta Capital, por iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de 25 de Novembro a 18 de Dezembro do ano passado, a necessidade da fixação de preços mínimos remuneradores aos esforços e riscos do agricultor, e que sem essa medida não será possivel assegurar o desenvolvimento agricola do país e mais ainda: "*que êsses preços devem ser adaptados às várias regiões e épocas com elasticidade suficiente às diversas circunstâncias. E que na falta de procura suficiente, o Govêrno deve intervir como comprador*".

A mais larga difusão do crédito agrícola, principalmente do que beneficie os pequenos produtores rurais, que necessitam de 5, 10, 15 mil cruzeiros, sem os

ritmis bancários, constitui, para o momento, medida imprescindível, pois são êles os fatores decisivos do fomento da produção. Isso representa uma necessidade imperiosa, a justificar providências que sejam capazes de desenvolver a ação benéfica do Banco do Brasil, atendendo-se à vastidão do território nacional.

Outras recomendações de alta importância para nossa economia agrícola foram aprovadas por aquêle Congresso, merecendo plenamente exame por parte dêste Conselho.

Os efeitos avassaladores da guerra irão atirar à fome milhões e milhões de seres humanos e nós, como outros países mesmo melhor aparelhados, já estamos sentindo sérias dificuldades no abastecimento interno, quando deveremos ficar aptos a prestar nosso concurso no após-guerra.

Escasseiam-nos elementos estatísticos e outros de caráter técnico que nos permitam apreciar com segurança a capacidade produtora e de consumo do país.

A ampliação do mercado interno exerce papel preponderante de ordem política e econômica, na vida nacional. Necessitamos estudá-lo e, para isso, temos a ausência de indices que facilitem uma apreciação justa do ritmo de sua evolução. O mercado externo, sem dúvida de alta significação, participa, em menor escala que o nacional, em nossa economia.

Será mediante investigações científicas que poderemos traçar diretrizes sêguras que nos garantam uma evolução constante, reafirmando a grande obra da "conquista do espaço". O que produzimos e o que exportamos ainda está longe de corresponder à população do país.

Ao lado da assistência social cuidando de valorizar o homem por uma melhor alimentação, pela educação profissional e pela higiene, teremos de pensar, dentro de um planejamento seguro, na assistência econômica.

Só um corpo de técnicos, atuando nos centros produtores, poderá proporcionar os estudos de que carecemos. Mas, um fato que precisa ficar bem acentuado, é o de que a base da nossa política econômica tem de repousar na *ruralização*.

Tôda uma imensa obra tem que ser levantada, com esfôrço e dedicação e ela se resume na palavra *organização*.

É verdade que muito temos conseguido realizar, dentro de uma situação internacional progressivamente agravada, mas que já nos permite distinguir no horizonte o repontar de dias melhores, a todos preocupando os problemas não menos graves do após-guerra.

Reafirmo, mais uma vez, a grande confiança que a classe agrícola deposita na ação dêste Conselho como órgão consultivo do Sr. Presidente da República; e, no grave momento por que atravessa a economia mundial, com seus reflexos na vida brasileira, a atividade do Conselho se acha acrescida de maiores responsabilidades, não só nos assuntos que lhe são propostos, como na sugestão de medidas que possam concorrer para um decisivo concurso das classes produtoras no bem-estar geral do Brasil.

●

DISCURSO DO CONSELHEIRO EUVALDO LODI

"Há onze anos, instalou-se êste Conselho Federal de Comércio Exterior e, desde essa época, com o ilustre Conselheiro Torres Filho e em companhia de tantos colegas que se têm sucedido, temos vivido em permanente estudo, examinando meticulosamente, com espirito públiro e desejo de acertar, todos os problemas brasileiros, no extenso qsadrante da vida econômica nacional. Nunca, porém, como agora, senti tão grande a responsabilidade dos deveres que nos impõe o cargo de membro dêste Conselho.

Em bôa hora escolheu o Govêrno a Vossa Excelência para Diretor Geral dos nossos trabalhos, por se tratar de habil timoneiro já habituado a assuntos tão ásperos, como os atinentes ao intercâmbio comercial com as outras nações. Os abalos foram por demais profundos, pela guerra que quasi tudo destruiu, de-

vendo uma Nova Ordem surgir em consequência da vitória da Civilização, defendendo os interêsses econômicos recíprocos e, portanto, fortificando os legítimos anseios de progresso do Brasil.

Os trabalhos já produzidos por êste Conselho são inúmeros e de grande monta. Muitos órgãos, hoje em plena maioridade e em plena interdependência de movimentos, daqui surgiram. O próprio Conselho Nacional de Petróleo, o Conselho Nacional de Minas e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, que vêm prestando tão inestimáveis serviços ao país, são criações saidas da meditação e do trabalho do Conselho Federal de Comércio Exterior.

Monta-se, atualmente, pela iniciativa do Govêrno, a indústria pesada do ferro, em Volta Redonda. Refiro-me à indústria de grande porte, porque a indústria média, baseada no carvão de madeira, já existe no Brasil, pela iniciativa privada, em condições as mais honrosas para nós e que seria necessário criar, se por acaso não existisse ainda. Eu, que tive a feliz oportunidade de conhecer a indústria metalúrgica da Suécia, que é baseada, em grande parte, no carvão de madeira, convenci-me, ao regressar ao país, retemperado de confiança, que, em matéria de indústria fundamental do ferro gusa mediante altos fornos, a carvão de madeira, possuimos adiantamento em condições de registrar o maior avanço no mundo inteiro. Sou mesmo otimista em relação a esta indústria brasielira, até o limite de produção de um milhão de toneladas por ano, e entendo que a siderurgia mediante coque metalúrgico, que é a siderurgia de grande porte, deve ser intensificada cada vez mais, para que possamos atingir pelo menos uma produção de três milhões de toneladas anuais, dentro de 5 anos.

Pois deve o Brasil nos estudos em bôa hora realizados pelo Conselho Federal de Comércio Exterior o ato do Govêrno brasileiro, que implantou a Companhia Siderúrgica Nacional, hoje com suas instalações já tão adiantadas e contando, entre seus diretores, com um dos nossos mais dedicados companheiros, o ilustre engenheiro Benjamin do Monte.

Todos os problemas aqui têm sido examinados, conforme atesta o invejável repositório dos nossos arquivos, inclusive o cruciante problema dos transportes, que ora ainda constitui o maior de todos os problemas, conforme ficou evidenciado pela traiçoeira campanha de que foi vitima o Brasil. É por demais grave a falta de transporte interno entre o norte e o sul do país, não só do ponto de vista da defesa militar como, especialmente, do ponto de vista do interêsse econômico e suprimento dos nossos centros de população.

A guerra trouxe a contingência da adaptação da indústria de paz, afim de suprir o país dos elementos indispensáveis à vida nacional ou ao preparo da situação de caráter extraordinário do atual momento.

Posso afirmar que a indústria tem tido um desenvolvimento intenso, excepcional, a partir de 1931, especialmente depois da situação criada pela guerra após 1939. E' que a adaptação da indústria de paz à de guerra se fêz com os atrativos de maiores e mais fáceis lucros, posto que, muita vez, ilusórios. Há também, em menor número, as que de lucrativas passaram a deficitárias, ou até mesmo paralizaram por deficiência de certas matérias primas não existentes entre nós.

A nossa produção industrial já atinge cêrca de 25 bilhões de cruzeiros por ano e urge tomar providências que permitam contornar as graves dificuldades que surgirão no após-guerra, porque, aí, teremos de retornar à indústria de paz, sob o imperativo da compressão ou do desaparecimento dos lucros. O retôrno à normalidade terá de ser feito ainda sob a ameaça esmagadora dos produtos de outros paises grandes produtores e sob a contingência da nova política a surgir da Carta do Atlântico.

A indústria, por isso mesmo, deve procurar atingir, desde já, um mais alto grau de produtividade, através de técnica e equipamento que possibilitem menor preço de custo, afim de, tanto quanto possivel, serem evitados colapsos contrários ao interêsse nacional. Ela se apoia, diretamente, na produção econômica, a qual, por sua vez, pressupõe a existência de trabalhadores realmente aptos.

Neste particular, possuimos já o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria, o qual, com um ano apenas de funcionamento, já está ministrando o ensi-

no profissional a mais de 12.000 aprendizes e trabalhadores. Deveremos atingir 70.000 novos artífices por ano, dentro de três anos, para o que contamos com o decidido apôio do eminente Chefe da Nação. A produção industrial brasileira tem essa necessidade mínima anual e a formação do trabalhador já obedece às regras modernas, a começar pelos métodos científicos relacionados com a vocação dos jovens.

Para quem estuda e medita sôbre êstes assuntos, é verdadeiramente confortador verificar que o Brasil tem real possibilidade de fixar e fazer evoluir todos êstes elementos, que constituem degráu inevitável na marcha ascencional do nosso desenvolvimento. Tudo, porém, fica condicionado à execução de uma política inflexível onde não haja solução de continuidade.

Ao lado de tudo isto, é necessário que as medidas de Govêrno, em tôdas as esferas — Federal, Estaduais ou Municipais — obedeçam a um critério de rigoroso saneamento, suprimindo despesas ou obras, supérfluas ou adiáveis, bem como combatendo jôgo e a especulação, de qualquer natureza, antes do recurso extremo de incidir nas fontes produtoras nacionais, que representam o próprio edifício econômico do país. A vida humana é curta e os homens se substituem; mas as atividades econômicas são perenes e o Brasil delas necessita para marchar e prosperar, garantindo e consolidando a sua independência econômica, sem a qual a própria independência política é precária.

O problema fundamental que nos incumbe estudar no C. F. C. E. é a intensificação de intercâmbio comercial com os outros povos, porque do valor e do volume dessas trocas depende diretamente o enriquecimento da economia nacional. Para isso, teremos de nos dedicar meticulosamente, ao estudo das conveniências do Brasil, em fase da coordenação da economia mundial no após guerra, a fim de que possam ser asseguradas bôas condições de trabalho, segurança social e prosperidade econômica a todos os povos. Especificar um ponto de vista nacional, que sirva de norte, à realização de tratados ou acôrdos comerciais com as demais nações, dev econstituir importante e grave missão dos nossos trabolhos no corrente ano.

Não quero terminar essas considerações sem ressaltar, mais uma vez, uma grave falha orgânica dêste Conselho, responsável, a meu ver, pelo pequeno rendimento obtido, em relação à vastidão dos trabalhos e das conclusões aprovadas pelo Presidente da República. Refiro-me à falta de atribuição legal para a fiscalização da execução das medidas aprovadas. Carece o C. F. C. E. de dispor de recursos legais que lhe imponham o dever de levar ao conhecimento do Sr. Presidente da República, sempre que houver falta de execução das medidas por êle aprovadas e por nós preconizadas, desde que sejam de relevante interêsse para o país.

Muitas dessas resoluções, representando profunda modificação e esfôrço, ficam, por vêzes, arquivadas ou abandonadas pelos órgãos que lhes devem dar execução.

Espero que a realidade decorrente da angústia provocada por um caso concreto, leve o Conselho a estudar medidas a serem sugeridas ao Chefe da Nação, sempre vigilante e excepcionalmente interessado pelos nossos trabalhos, no sentido de ser criada competência para apontar tais faltas, sem o que teremos de continuar na atitude de silenciar, para não molestar...

Vou terminar. Sem querer fazer discurso, fui me alongando. Saúdo a V. Ex., Sr. Diretor Geral, e aos meus nobres colegas, alguns já velhos companheiros de outros tempos, ao lado de novos conselheiros que ingressam cheios de entusiasmo e nos quais depositamos uma grande esperança. Continuarei sendo o companheiro de sempre, disposto a colaborar, dentro das minhas fracas fôrças, porém, com espírito público e com a preocupação constante de ser útil à nossa Pátria.

●

A 2a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 14 DE FEVEREIRO DE 1944

Realizou-se no dia 14 de Fevereiro, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, às 18 horas, a segunda sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior.

Estiveram presentes os Conselheiros Benjamin do Monte, Uldarico Cavalcanti, João de Lourenço, José Jobim, Cassiano Ricardo, Alencastro Guimarães, Tôrres Filho, Euvaldo Lodi, Santos Filho, Salgado Scarpa, Anápio Gomes e Edgar Abrantes. Deixaram de comparecer, com causa justificada, os Conselheiros Gastão Vidigal, Alves de Souza e Barbosa Lima Sobrinho.

A ata da sessão anterior foi sem debate unanimemente aprovada.

Na hora do expediente, o Conselheiro Santo Filho informou à Casa que o estudo de que trata o economista Carlos Ramos, em memorial endereçado ao Conselho, acêrca do "Remédio eficaz para sustar a inflação monetária", já está compreendido na matéria inscrita na ordem do dia, requereu o Conselheiro Alencastro Guimarães que o Conselho Bleno debatesse naquela reunião a situação que se criara para a novel indústria nacional de vidro plano, com a inundação de nosso mercado de produto similar estrangeiro, nas condições que descreveu.

O assunto passou a constituir objeto de amplos e longos debates, após os quais, por deliberação unânime, suspenderam-se os trabalhos do Conselho Pleno para que a Câmara de Distribuição e Mercado Interno se reunisse, examinasse a matéria e apresentasse suas conclusões.

Terminada essa reunião, foi reaberta a sessão plenária às 20 horas. Concedida a palavra ao relator, Conselheiro João de Lourenço, leu Sua Excelência o parecer, e o que acabava de ser formulado pela Câmara, o qual o Senhor Presidente submeteu desde logo à discussão.

Após os demorados e amplos debates que se seguiram, realizou-se a votação que deu em resultado ser por maioria aprovado o parecer da Câmara de Distribuição, com as emendas de redação apresentadas pelo Conselheiro Euvaldo Lodi.

Passando-se às indicações, falou o Conselheiro Euvaldo Lodi, para pedir que o Conselho cogitasse de uma legislação adequada à proteção da indústria brasileira contra a ação destruidora de "trusts" ou "cartéis", qualquer que seja a forma por que se manifestem.

O Conselheiro Tôrres Filho foi o orador seguinte. Solicitou ao Conselho que levasse ao julgamento de Sua Excelência o Senhor Presidente da República um programa que proveja a instalação no país da indústria de desidratação de produtos alimentícios, assunto de que já tratara na reunião inaugural dos trabalhos do Conselho Pleno.

O terceiro orador foi o Conselheiro Salgado Scarpa. Discorreu Sua Excelência sôbre o Decret-olei n.º 6.221, de 21 de janeiro do ano em curso, que prorroga por seis meses a isenção de direitos aduaneiros para a manteiga importada, e concluiu propondo que o Conselho examine meticulosamente a posição da indústria nacional de laticínios no quadro da economia brasileira e preconize medidas capazes de protegê-la e orientá-la.

O Conselheiro Tôrres Filho, ao dar seu aplauso a essa indicação, salientou que essa indústria contribui com cêrca de um bilhão de cruzeiros para a produção anual do Brasil.

Por último fêz-se ouvir o Conselheiro Edgar Abrantes para sugerir que o Conselho com a participação da Comissão Nacional de Gasogênio e do Instituto Nacional de Tecnologia, realize estudos visando determinar as condições mais adequadas para a venda ao consumidor, de carvão de madeira para gasogênio, de sorte que as características físicas e químicas indispensáveis ao seu uso fiquem estabelecidas em caderno de encargo.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos às 21 horas e 40 minutos.

A 3a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 21 DE FEVEREIRO DE 1944

Realizou-se no dia 21 de Fevereiro, sob a presidência do Ministro M. Moreira da Silva, Diretor Geral, a terceira sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior. Iniciados os trabalhos às 18 horas e 15 minutos, o Conselheiro Tôrres Filho leu o seu parecer sôbre a crise do comércio do cacau, desenvolvendo considerações relativas aos interêsses direots dos produtores e salientando a necessidade de atendê-los, de forma a serem realmente beneficiados com a intervenção do Govêrno.

Sugeriu S. Excia. ao Conselho que proceda a inquérito em que se procure, com a experiência dos resultados até aqui colhidos traçar normas permanentes, que imprimam orientação técnica, econômica e financeira às atividades cacaueiras.

Decidiu o Plenário, por proposta do Conselheiro Gastão idigal, que o processo voltasse à Câmara de Intercâmbio para realizar-se o inquérito sugerido pelo Conselheiro Tôrres Filho, pois, com o resultado que dêle se obtivesse, atingir-se-iam os objetivos que, em seu parecer, o ex-Conselheiro Guilherme Weinschenck, apoiado pela Câmara de Intercâmbio, teve em vista, de assegurar a industrialização dêsse produto, que se mantém em quarto lugar na nossa exportação.

A seguir o Conelsheiro Alencastro Guimarães relatou o processo que trata da proibição de importação de lã estrangeira pelo prazo de 4 meses, originado pela representação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Manifestou-se o Plenário contra qualquer medida proibitiva de importação, mas recomendou a renovação das providências anteriormente adotadas pelo Conselho e aprovadas pelo Sr. Presidente da República, em 20 de Abril de 1943, no sentido de se fixar uma cota para cada país fornecedor de lã.

A sessão foi encerrada às 19 horas e 40 minutos.

•

A 4a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 28 DE FEVEREIRO DE 1944

Realizou-se no dia 28 de Fevereiro, sob a presidência do Ministro M. Moreira da Silva, Diretor Geral, a quarta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior.

Iniciados os trabalhos, às 18 horas, o Conselheiro Benjamin do Monte teceu comentários sôbre a Conferência de Alimentação de *Hot Spring*, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Gastão Vidigal que tratou dos trabalhos realizados na Conferência de Assistência e Reabilitação de *Atlantic City*. O Conselho resolveu solicitar sôbre o assunto maiores esclarecimentos ao Ministério das Relações Exteriores, a fim de ficar habilitado a continuar o estudo da matéria.

O Conselheiro Tôrres Filho fêz considerações sôbre a desidratação de gêneros alimentícios, objeto de um artigo do Sr. L. K. Harper, presidente da *Sardk Food Products Corporation*. Sugeriu Sua Excelência que fôsse dada urgência nos estudos de uma indicação que fizera a propósito da implantação no Brasil da indústria de desidratação de produtos alimentares. Referiu-se ainda o Conselheiro Tôrres Filho à instalação no Brasil das indústrias de fixação de azoto e ácido sulfúrico, salientando o valor do trabalho do Coronel Edmundo Macedo Soares e Silva, intitulado "Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas".

O Conselheiro João de Lourenço indicou que o Conselho organizasse uma conferência na qual sejam estabelecidas normas tendentes à defesa das indústrias e do comércio brasileiros no período de após-guerra, havendo fixado os principais pontos que lhe pareceram mais necessários ao estudo proposto.

Foram discutidos, na ordem do dia, os processos: — "Produção nacional de cloridrato de emetina" — relatado pelo Conselheiro Tôrres Filho, cuja votação ficou adiada em virtude do pedido de

vista requerido pelo Conselheiro Edgar Abrantes; "Estudo sôbre a conveniência da selagem, no Brasil de artigos destinados y exportação para a Argentina e o Uruguai, mediante a importação dos selos necessários" — relatado pelo Conselheiro José Jobim, tendo também sido adiada a sua votação por haver pedido vista do processo o Conselheiro Uldarico Cavalcanti.

O Conselheiro Edgar Abrantes leu o parecer da Câmara de Intercâmbio sôbre 'a exportação, principalmente para os Estados Unidos da América, de bagas e óleo de mamona. O parecer, com emendas de redação propostas pelo Conselheiro Euvaldo Lodi, foi unanimemente aprovado.

A sessão foi encerrada ás 20 horas.

●

A 5a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 6 DE MARÇO DE 1944

Realizou-se no dia 6 de Março, às 18 horas, sob a presidência do Ministro M. Moreira da Silva, Diretor Geral, a quinta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior.

Na hora do expediente, falou o Conselheiro Tôrres Filho, fazendo considerações sôbre a lavoura do cacau na Bahia e pedindo que fôsse anexado ao processo "A crise no comércio do cacau" o expediente que lhe havia sido encaminhado referente á viagem feita pelo Sr. Interventor Federal no citado Estado às zonas produtoras de cacau. Deteve-se ainda em novas considerações em relação ao inquérito que o C. F. C. E. está procedendo sôbre a industrialização dêsse produto.

A seguir o Conselheiro Tôrres Filho falou respeito ao encarecimento dos utensílios para o trabalho agrícola, pedindo a atenção do Conselho para a matéria e sugerindo várias providências.

Ainda no expediente, o Sr. Diretor Geral deu conhecimento ao Conselho do despacho do Sr. Presidente da República na Resolução aprovada na 2a. sessão ordinária e relativo à proteção à indústria nacional de vidro plano. Comunicou ainda que a indicação do Conselheiro Edgar Abrantes sôbre carvão para gasogênio já foi encaminhada ao Instituto Nacional de Tecnologia e à Comissão Nacional de Gasogênio para os estudos técnicos recomendados na indicação.

Na ordem do dia, o Conselho Pleno tomou conhecimento do parecer do Conselheiro Edgar Abrantes sôbre a produção brasileira de emetina.

Foram, finalmente, discutidas várias medidas relacionadas com o comércio exterior do Brasil no após-guerra.

A essão foi encerrada às 20 horas.

●

A 6a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 13 DE MARÇO DE 1944

Realizou-se no dia 13 de março, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, a sexta reunião ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior.

No expediente, falou o Conselheiro Anápio Gomes para solicitar o prosseguimento dos estudos de uma indicação que apresentara, em uma das últimas sessões do ano findo, sôbre a planificação da economia brasileira para adaptá-la ás condições do após-guerra. O presidente informou que a Junta de Coordenação do Conselho ia reunir-se imediatamente para o prosseguimento do estudo dessa indicação e de outras sôbre o mesmo assunto.

Ainda no expediente, o Ministro Moreira da Silva transmitiu aos membros do Conselho o convite feito pela Superintendência da Organização Henrique Lage, para comparecerem às homenagens que serão prestadas à memória dêsse saudoso industrial.

Na ordem do dia, o Conselheiro Artur Tôrres Filho leu o seu parecer e o da Câmara de Produção sôbre a fixação de percentagem do guaraná em todos os produtos cuja propaganda se baseie no nome dessa planta. O processo em questão foi originado de um memorial enviado pela Associação Comercial do Amazonas ao Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e pelo mesmo encaminhado ao Conselho Federal de Comércio Exterior.

Ao finalizar a sessão, o Conselheiro Euvaldo Lodi propôs um voto de congratulação ao membro do Conselho, Major Napoleão de Alencastro Guimarães, pelos trabalhos que a Estrada de Ferro Central do Brasil, da qual é diretor, acaba de realizar, em curto prazo e com enorme esfôrço, entregando novamente ao tráfego o túnel 8, que virá sobremodo facilitar o abastecimento da capital da República. A moção de aplausos foi unanimemente aprovada, havendo o Conselheiro Alencastro Guimarães, ao agradecê-la, feito um relato dos serviços realizados.

A 7ª. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 21 DE MARÇO DE 1944

Realizou-se no dia 21 de março, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, a sétima sessão plenária do Conselho Federal de Comércio Exterior. No expediente, falou o Conselheiro Artur Tôrres Filho para pedir que fôsse solicitado ao Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo a remessa dos seus estudos ao Conselho Federal de Comércio Exterior, com o objetivo de aproveitá-los nos trabalhos do mesmo Conselho. A seguir o Diretor Geral comunicou que, em obediência ao disposto na alínea *a* da Resolução do Conselho sôbre a exportação de ceras vegetais, aprovada pelo Senhor Presidente da República, o Diretor do Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômicas trouxe ao conhecimento do Conselho que havia sido recomendado ao Campo de Sementes de Barbalha, no Ceará, a execução do plantio sistematizado de carnaubeira.

O Diretor Geral comunicou ainda ao Plenário que as indicações apresentadas em sessões anteriores pelos Conselheiros Anápio Gomes, João de Lourenço e Euvaldo Lodi foram encadinhadas á Junta de Coordenação, que, em reunião na semana passada, decidiu fossem realizados os necessários estudos sôbre os assuntos nelas tratados, para deliberação posterior por parte do Conselho Pleno.

Na ordem do dia entraram em discussão e foram aprovados os processos n.º 1.123, relativo à modificação do item *b* da exposição de motivos de 18 de outubro de 1941, no sentido de ser estabelecida uma linha de navegação entre o Brasil e o México para aumento do intercâmbio entre os dois países; número 1.212, que trata da colocação do amido nacional no mercado norte-americano; e n.º 1.273, referente à fixação dos dias feriados civis e religiosos em tôdas as unidades da Federação.

Os três processos foram relatados, os dois primeiros, pelo Conselheiro Alves de Sorsa, e o último, pelo Conselheiro Casiano Ricardo. Em virtude do adiantado da hora, foi adiada a discussão dos processos ns. 1.287 e 1.290, encerrando-se a sessão às 20 e 30 horas.

A 8a. SESSÃO ODINÁRIA, REALIZADA A 27 DE MARÇO DE 1944

Realizou-se no dia 27 de março, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, a oitava sessão plenária do Conselho Federal de Comércio Exterior. No expediente, o Sr. Diretor Geral comunicou à Casa que a Junta de Coordenação, em sua primeira reunião dêste ano, depois de examinar a indicação verbal apresentada pelo Conselheiro Euvaldo Lodi, em sessão plenária do Conselho, sôbre a necessidade de ser o Conselho informado, pelos órgãos competentes da administração pública, da execução, pelos mesmos, das suas Resoluções aprovadas pelo Senhor Presidente da República, a fim de,

a par dos resultados colhidos ou dos embaraços porventura existentes, poder, se possível, alterá-las segundo as necessidades do momento, resolveu submeter à apreciaçã odo Plenário um projeto de Resolução com aquêle objetivo, que foi aprovado por unanimidade. Dito projeto será enviado à deliberação do Senhor Presidente da República.

A seguir, o Conselheiro Benjamin do Monte, Diretor da Câmara de Produção, leu uma comunicação da mesma Câmara relativa ás providências que estavam sendo tomadas para a determinação do custo de produção dos produtos agrícolas e industriais, matéria de que trata o processo n.º 1.227.

Na ordem do dia, foram discutidos e aprovados os processos n.º 1.287, que trata da conveniência da selagem, no Brasil, de artigos destinados à exportação para a Argentina e o Uruguai, mediante a importação dos respectivos selos, com substitutivo ao parecer da Câmara de Intercâmbio, apresentado pelo Conselheiro Uldarico Cavalcanti; número 1.290, que trata da autorização aos Institutos de Previdência e outros para que possam subscrever ações preferenciais da "Companhia Expansão Econômica Fluminense"; n.º 1.041-V. 3, indicação da Câmara de Produção sôbre a industrialização do quartzo no Brasil; n.º 1.260, que cogita da criação de uma taxa especial para financiamento da produção de mate; e n.º 1.260, que cogita da criação de uma taxa especial para financiamento da produção de mate; e n.º 1 281, referente à proteçãó à indústria nacional de vidro plano, dos quais foram relatores, respectivamente, os Conselheiros José Jobim, Anápio Gomes, Alves de Sousa e Alencastro Guimarães.

Os trabalhos foram encerrados às 21 horas.

A 9a. SESSÃO ORDINARIA REALIZADA A 4 DE ABRIL DE 1944

Realizou-se no dia 4 de abril, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, a nona sessão plenária do Conselho Federal de Comércio Exterior.

No expediente o Conselheiro Torres Filho leu um telegrama que recebera do Sindicato dos Agricultores de Santos a propósito de um memorial enviado ao Conselho em tôrno da situação dos bananicultores. Esclareceu o Sr. Diretor Geral que já estavam sendo examinados no Conselho os reclamos daquêle órgão de classe. A seguir o Conselheiro Tôrres Filho congratulou-se com o Conselho pelo ato com que o Govêrno decretou o financiamento da produção de algodão da safra de 1943-1944, ressaltando a atuação do Sr. Ministro da Fazenda. O Conselheiro João de Lourenço também falou a respeito do assunto, pondo em destaque as providências do Govêrno Federal e do Estado de São Paulo em prol do desenvolvimento da cultura do algodão naquêle Estado e a ação empreendida pelo Instituto Agronômico de Campinas. Em seguida, o presidente leu um comentário publicado pelo "Correio da Noite", desta capital, na edição de 31 de março último, no qual é focalizado o trabalho silencioso, mas produtivo, que vem realizando o Conselho em defesa e pelo desenvolvimento da economia nacional. Ainda com a palavra, o Ministro Moreira da Silva deu conhecimento ao Plenário de que a Junta de Coordenação, depois de examinar a indicação apresentada pelo Conselheiro João de Lourenço, sôbre a "conveniência e oportunidade da convocação de uma Conferência de Peritos Governamentais e de Delegados da Indústria Nacional para o fim de fixar as bases da política de expansão industrial do país nos mercados internos, tendo em vista a urgência de resguardar o surto de exportação manufatureira contra a concorrência após a guerra", julgou desnecessária a convocação dessa Conferência, resolvendo que seja encaminhada a referida indicação à Seção de Pesquisas Econômicas, para que êste, apreciando a correlação existentes entre os problemas que abrangem as matérias ali enumeradas, os distribua em grupos, a que devem corresponder outros tantos processos a serem submetidos ao estudo do Conselho.

Na ordem do dia, foi discutido e aprovado o processo n.º 1.238 que trata do "Aproveitamento industrial de fru-

los cítricos" (Estoques retidos de óleo essencial de *citrus*), do qual foi relator o Conselheiro Benjamin do Monte; tendo baixado em diligência o processo número 1.272 sôbre "Vantagens da supressão dos impostos que oneram, no Brasil, os seguros de importação e exportação", do qual é relator o Conselheiro Salgado Scarpa. A sessão foi encerrada às 18 horas e 30 minutos.

A 10a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 10 DE ABRIL DE 1941

Realizou-se no dia 10 de abril, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, a décima sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior. No expediente, falou o Conselheiro Tôrres Filho referindo-se à reunião da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Pinho, recentemente levada a efeito nesta capital. Focalizou o plano de reflorestamento que vai ser empreendido pelo Instituto com a instalação de novos parques florestais nos Estados e também o de auxílio aos particulares na criação de florestas, salientando que a iniciativa era consequência da atuação do Conselho Federal de Comércio Exterior, que, depois de realizar completos estudos em tôrno do problema, preconizou a adoção de medidas adequadas, que mereceram a aprovação do Senhor Presidente da Republica e são agora postas em execução. Ainda no expediente, leu o Diretor Geral um memorial enviado pelo Sindicato dos Agricultores de Banana, de Santos, a respeito de distribuição de cotas de exportação de banana e que encaminha cópia das representações dirigidas ao Senhor Ministro da Agricultura e ao presidente da Comissão Executiva de Frutas. Informou que se trata, na hipotese, de irregularidades atribuidas ao Delegado da citada Comissão Executiva em Santos, materia que foge as atribuições do C. F. C. E., sendo da exclusiva competencia do Senhor Ministro da Agricultura. A seguir, o Ministro Moreira da Silva comunicou que o Senhor Presidente da Republica, por despacho de 30 de março ultimo, havia aprovado a Resolução do Conselho a propósito da obrigatoriedade do uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda se baseie no nome dessa planta. O processo que figurava na ordem do dia, "Contrato de propaganda do café brasileiro nas Republicas do Prata", que provocou longos debates, teve a sua votação adiada por proposta do Conselheiro Napoleão de Alencastro Guimarães. A sessão foi encerrada às 19 horas.

A 11a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 17 DE ABRIL DE 1941

Realizou-se no dia 17 de abril, sob a presidência do Ministro Moreira da Silva, Diretor Geral, a décima primeira sessão plenária do Conselho Federal de Comércio Exterior. Sôbre a ata falou o Conselheiro José Jobim pedindo uma retificação. No expediente, o Senhor Diretor Geral comunicou à Casa que o Senhor Presidente da República assinara o Decreto-lei n.º 6.125, de 14 de abril de 1941, que torna obrigatório o uso de certa percentagem de guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseie no nome dessa planta, ficando, assim, completado o expediente sôbre essa matéria. A elaboração dêsse Decreto foi originada de um memorial enviado pela Associação Comercial do Amazonas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e pelo mesmo encaminhado a exame e estudo do Conselho Federal de Comércio Exterior. A seguir, o Senhor Diretor Geral deu conhecimento de um ofício pelo qual o Ministério das Relações Exteriores cientifica êste Conselho, atendendo à sua solicitação, das providências que está tomando, junto ao Govêrno dos Estados Unidos da América, para a colocação da produção exportável de bagas e óleo de mamona no mercado americano. Salientou o Diretor Geral a presteza com que o citado Ministério atendeu às sugestões do Conselho sôbre o assunto, louvando os métodos de trabalho do Itamaratí. Ainda no expediente, falaram os Con

selheiros Tôrres Filho e João de Lourenço, o primeiro sôbre o plano estudado pelo Conselho e aprovado pelo Senhor Presidente da República relativo ao estabelecimento de usinas elétricas de propriedade do Govêrno, que agora, pondo em execução para aumentar o potencial hidráulico naquela unidade da Federação, com o aproveitamento das quedas dágua ali existentes. O segundo orador discorreu sôbre a situação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e, principalmente, sôbre a recente nomeação de técnicos atuariais para o estudo de novas bases de seguro social. A êsse respeito, falou também o Conselheiro Euvaldo Lodi.

Ainda no expediente, o Conselheiro Alves de Sousa devolveu o processo que lhe fôra encaminhado, para conhecimento, relativo a uma exposição do Senhor Ministro Valder Sarmanho, Conselheiro Comercial da Embaixada do Brasil em Washington, a respeito de providências que tomou sôbre a *Tapioca Flour* de procedência brasileira, consequente aos estudos feitos pelo Conselho e aprovados pelo Senhor Presidente da República. Salientou o Senhor Conselheiro Alves de Sousa, na sua exposição, o magnífico trabalho, inteligente e patriótico, que o Senhor Valder Sarmanho vem desenvolvendo nos Estados Unidos da América para a colocação dos nossos produtos de tapioca no mercado norte-americano.

Na hora das indicações, o Conselheiro José Jobim, em aditamento ao parecer que emitira em sessão anterior, apresentou uma indicação contendo novas sugestões sobre o processo em estudo no Conselho, relativo aos métodos de propaganda do café brasileiro nas Repúblicas do Prata. Depois de terem falado sôbre o assunto varios Conselheiros, a indicação foi aprovada com uma emenda aditiva do Senhor Barbosa Lima Sobrinho.

Finalmente, o Conselheiro Gastão Vidigal trouxe ao conhecimento do Conselho uma indicação, aprovada unanimemente, visando assegurar a colocação, nos mercados estrangeiros, de artigos de produção brasileira.

A sessão foi encerrada às 19 e meia horas.

A 12a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 24 DE ABRIL DE 1944

Realizou-se no dia 24 de abril, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral, a décima segunda reunião plenária do Conselho Federal de Comércio Exterior.

Sôbre a ata da sessão anterior, falou o Conselheiro João de Lourenço pedindo uma retificação. Em seguida, o mesmo Conselheiro tratou dos serviços que a Carteira de Crédito Agricola do Banco do Brasil vem prestando aos agricultores, desde a sua fundação, serviços êstes que estão mais uma vez comprovados pelo relatário do referido Banco, relativo ao ano findo, que acaba de ser divulgado. O Conselheiro Tôrres Filho discorreu sôbre o mesmo assunto e requereu que se consignasse em ata um voto de louvor ao Banco do Brasil pelos beneficios que o mesmo vem trazendo à economia do país, não só por intermédio da Carteira citada, mas também pelos demais setores do nosso principal estabelecimento de crédito. O Conselheiro Napoleão de Alencastro Guimarães disse que era incondicionalmente solidário com a proposta acima, pois como Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil — e em viagens frequentes pelo interior do pais — podia atestar o desenvolvimento da nossa agricultura amparada pelo financiamento do Banco do Brasil. Posta em votação, a proposta foi aprovada unanimemente. O Diretor Geral, no seu relatário verbal, informou à Casa de que, em seu nome e no dos Senhores Conselheiros, havia telegrafado ao Senhor Presidente da República, no dia 19 do corrente, felicitando-o pela sua data natalicia, lendo o texto da mensagem expedida.

Na ordem do dia, foi dada a palavra ao Conselheiro Euvaldo Lodi, que relatou o processo n.º 1.066 — "Café solúvel — Nescafé" —, tendo a sua votação sido adiada por haver pedido vista do mesmo o Conselheiro Uderico Cavalcanti.

A sessão foi encerrada às 19 horas.

A 13a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 3 DE MAIO DE 1944

Realizou-se no dia 3 de maio, a décima terceira sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Diretor Geral, Ministro Mário Moreira da Silva.

Sôbre a ata da reunião anterior, falou o Conselheiro Gastão Vidigal pedindo retificação de declarações feitas anteriormente em relação à lei de empréstimos e arrendamentos (*lend and lease*) e sua aplicação às importações brasileiras da Grã-Bretanha.

No expediente, o Diretor Geral comunicou à assembléia que o Senhor Presidente da República aprovara a Resolução do Conselho relativa ao "Aproveitamento industrial de frutos cítricos", votada em sessão de 3 de abril ultimo, processo de que havia sido relator o Conselheiro Benjamim do Monte. Comunicou-lhe ainda que o Conselheiro Napoleão de Alencastro Guimarães estaria ausente durante algumas sessões, por ter sido forçado a ausentar-se do país a serviço do cargo de diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O Senhor Presidente designou, a requerimento do Conselheiro Gastão Vidigal, Diretor da Câmara de Intercâmbio, o Sr. Cassiano Ricardo para substituir o Senhor Alencastro Guimarães na dita Câmara, no seu atual impedimento.

Na ordem do dia, o Conselheiro Tôrres Filho relatou o processo referente à "Cultura e industrialização do linho e rami", tendo a assembléia resolvido, após debates em que tomaram parte os Conselheiros Gastão Vidigal, Alves de Souza, João de Lourenço e Anápio Gomes, a volta do processo à Camara de Produção, a fim de que, com a colaboração da Coordenação da Mobilização Economica e das Carteiras de Credito Agricola e Industrial e de Exportação e Importação do Banco do Brasil, se estudem medidas definitivas a serem recomendadas ao Governo, tendentes a facilitar o desenvolvimento da produção de fibras de linha e de rami e a sua correspondente industrialização. Passou-se, em seguida, à discussão do processo sôbre "A crise no comércio de cacau", do qual foi relator o Conselheiro José Jobim, com indicação apresentada á Câmara de Intercâmbio pelo Conselheiro Alencastro Guimarães, propondo a transformação de âmbito nacional. Depois de longos debates, relacionados principalmente com a distribuição do cacau no mercado interno, foi votada uma Resolução de emergência sôbre a matéria a ser submetida à apreciação do Senhor Presidente da República e, também, resolvida a restituição do processo á Câmara de Intercâmbio para a realização de um inquérito a respeito da situação dêsse produto, proposto pelo Conselheiro Tôrres Filho.

Esgotada assim a ordem do dia, a sessão foi encerrada ás 19 horas e 30 minutos.

●

A 14a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 8 DE MAIO DE 1944

Realizou-se no dia 8 de maio, sob a presidência do Ministro Mário Moreira ta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior.

Submetida à votação, foi aprovada a ata da 1a. sessão ordinária realizada em 2 do corrente mês. A ata da sessão ordinária realizada em 3 do corrente, foi também aprovada com uma retificação pedida pelo Conselheiro Edgar Abrunches.

No expediente, o Senhor Presidente comunicou à Casa haver recebido um telegrama da Associação Comercial do Amazonas congratulando se com o Conselho por haver o Senhor Presidente da República assinado o Decreto-lei número 6.215, de 11 de abril último, que tornou obrigatório o uso de certa percentagem de guaraná em todos os produtos cuja propaganda se baseie no nome dessa planta, assunto êste debatido e estudado pelo Conselho em virtude de representação da mesma Associação. A seguir, o Senhor Presidente deu conhecimento de que o Senhor Presidente da República assinara dois Decreto-leis, oriundos de estudos realizados pelo Conselho Cassiano Ricardo; e o segundo elevando os direitos aduaneiros sô-

bre a importação de lâminas de vidro branco, lisas, relatado pelo Conselheiro Gastão Vidigal, na primeira fase dos estudos e, posteriormente, pelo Conselheiro Alencastro Guimarães, na ausência daquêle.

Na ordem do dia o Conselheiro Uldarico Cavalcanti, que havia pedido vista do processo n.º 1.066 — Nescafé —, do qual foi relator o Conselheiro Euvaldo Lodi, apresentou uma indicação, que foi aceita pelo Plenário, no sentido de ser enviada uma exposição de motivos ao Senhor Presidente da República sôbre a matéria. Foi relator em seguida pelo Conselheiro Alves de Souza o processo n.º 1.068 — "Defesa do Patrimônio Florestal do País. Reconstituição dos Pinheirais Devastados". Tomaram parte nos debates os Conselheiros Tôrres Filho, João de Lourenço e Barbosa Lima Sobrinho. Deliberou o Conselho aprovar aprovar o parecer da Câmara de Produção, com emendas oferecidas pelos Conselheiros Euvaldo Lodi e Tôrres Filho. Encerrou-se a sessão às 20 horas.

●

A 15a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 15 DE MAIO DE 1944

Realizou-se no dia 15 de maio a décima quinta sessão plenária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral.

No expediente, deu o Diretor Geral conhecimento à Casa de que havia recebido do Senhor Ministro da Fazenda comunicação da aprovação, por parte do Senhor Presidente da República, da mensagem enviada a Sua Excelência pelo Ministério da Fazenda sôbre importação de lã, matéria cujos estudos foram iniciados no Conselho Federal de Comércio Exterior. A seguir, o Ministro Moreira da Silva cientificou a assembléia de que o Senhor Presidente da República, por despacho de 1 de maio corrente, havia também aprovado a Resolução do Conselho relativa a medidas destinadas a facilitar a exportação de amido brasileiro, promovendo-se também a revisão da padronização dêsse produto no sentido de conformá-la com as especificações vigorantes no mercado americano.

Na ordem do dia, o Conselheiro José Jobim leu o novo parecer que emitira sôbre o assunto do processo n.º 1.099 — "Contratos de propaganda do café brasileiro nas Repúblicas do Prata", elaborando à vista da documentação apresentada ao Conselho pelo Departamento Nacional do Café. Como conclusão à matéria em debate, o Conselho aprovou, em forma de Resolução, a emenda substitutiva ao parecer da Câmara de Intercâmbio, oferecida no Plenário pelo Conselheiro Euvaldo Lodi. A sessão foi encerrada às 21 horas, havendo sido adiada a discussão do processo n.º 1.291, no qual é interessado o *Touring Club do Brasil*.

●

A 16a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 22 DE MAIO DE 1944

Realizou-se no dia 29 de maio último, sob a presidência do ministro Mário Moreira da Silva, diretor geral, a décima sexta sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior. Sôbre a ata da sessão anterior, na parte relativa ao julgamento do processo n.º 1.099 — "Contratos de propaganda do café brasileiro nas Repúblicas do Prata" — falaram os Conselheiros Anápio Gomes, João de Lourenço e Tôrres Filho, todos reafirmando as declarações de votos que haviam feito. O Conselheiro Benjamin do Monte, também sôbre a ata, declarou que se estivesse presente, quando da votação do citado processo, teria apoiado a emenda vencedora do Conselheiro Euvaldo Lodi. No expediente, o ministro Mário Moreira da Silva propôs que se consignasse em ata um voto de congratulações ao Conselheiro Professor Tôrres Filho pela sua nomeação para o cargo de diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Miinstério da

Agricultura. Salientou que êsse ato do Govêrno, chamando o Conselheiro Tôrres Filho pela sua nomeação para o cargo de diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização do Ministério da Agricultura. Salientou que êsse ato do Govêrno, chamando o Conselheiro Tôrres Filho a ocupar, mais uma vez, um importante posto na administração do país, mostra o alto conceito em que o tem os Senhores Presidente da República e Ministro da Agricultura. Essa proposição foi por unanimidade apoiada pela assembléia. O Conselheiro João de Lourenço falou, em seguida, tecendo comentários sôbre Martim Francisco, primeiro Ministro da Fazenda do Brasil. Finalmente, o Conselheiro José Jobim trouxe ao conhecimento do Conselho fatos que se relacionam com a propaganda do café brasileiro na República do Paraguai. Na ordem do dia, o Conselheiro Anapio Gomes relatou o processo referente à "Isenção de impostos e taxas e outros benefícios requeridos pelo *Touring Club do Brasil*", tendo a assembléia resolvido, após debates em que tomaram parte os Conselheiros Euvaldo Lodi, Ulderico Cavalcanti, Alencastro Guimarães, José Jobim e Benjamin do Monte, conceder vista ao processo ao Conselheiro Edgar Abrantes. A sessão foi encerrada às 18 horas e 30 minutos.

A 17a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 29 DE MAIO DE 1944

Realizou-se no dia 29 de maio último, a décima sétima sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, Diretor Geral. No expediente, o Senhor Presidente comunicou à Casa haver recebido um telegrama do Excelentíssimo Senhor Presidenda República, no qual agradece os cumprimentos enviados, por êste Conselho, pela passagem de seus aniversário. Comunicou, ainda que o Senhor Presidente da República aprovou uma resolução dêste Conselho, discutida na sessão plenária de 27 de março último, referente à indicação do Conselheiro Euvaldo Lodi no sentido de se autorizar o Conselho a acompanhar a execução das suas Resoluções. Informou mais que a Secretaria da Presidência da República já havia enviado uma circular aos Ministérios e aos órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, estipulando que, quando as Resoluções do Conselho Federal de Comércio Exterior, aprovadas na forma do disposto no parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei número 1.163, de 17 de março de 1939, não puderem, por motivo superveniente, ser fielmente observadas, incumbe às entidades a quem se cometeu a sua execução entenderem-se com o referido Conselho quanto às dificuldades encontradas a tal respeito, a fim de que, reexaminando a matéria, possa o Conselho propor ao Senhor Presidente da República medidas adequadas à solução definitiva do assunto. Participou, também, haver recebido uma carta da "Companhia Vidreira do Brasil" (*Covibra*) convidando o Coneslho a visitar as suas instalações no dia 7 de junho próximo. Ainda no expediente, o Senhor Presidente fêz ciente o Plenário de que continua acamado o Conselheiro Gastão Vidigal e propos se consignasse um voto pelo seu pronto restabelecimento, que é unanimemente aceito. Em seguida, designa, para, em nome do Conselho, visitarem aquêle ilustre colega, os Conselheiros Cassiano Ricardo, Benjamin do Monte e José Jobim. Finalmente, comunica que, atendendo ao requerimento feito pelo Conselheiro Alves de Sousa, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica designou os seus representantes para tomarem parte na Comissão Especial que irá estudar, no Conselho Federal de Comércio Exterior, o plano de estabelecimento de usinas elétricas de propriedade do Govêrn.o Esta indicação do Conselho já foi aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República em 7 de dezembro de 1943. O Conselheiro José Jobim referiu-se ao processo n.º 1.099 — "Contratos de propaganda do café brasileiro nas Repúblicas do Prata". Na ordem do dia, o Conselheiro Edgar Abrantes relatou o processo n.º 965 — "Resoluções do III Congresso Brasileiro de Farmácia" — com parecer da Câmara de Distribuição e Mercado Interno. O Conselheiro Tôrres Filho fêz substanciosas apreciações em tôrno do assunto, falando, tam-

bém, sôbre a mesma os Conselheiros Benjamin do Monte, João de Lourenço e Alves de Sousa, ficando deliberado que se promoveria uma diligência por intermédio de uma comissão especial, que estudaria as matérias primas de origem vegetal, animal e mineral de que trata o parecer. Seguiu-se a discussão do processo, constante da pauta, n.º 1.091 — "Classificação dos produtos minerais destinados à exportação e defesa do respectivo comércio" — de que havia sido relator o Conselheiro Tôrres Filho, com parecer da Câmara de Produção, e que estava com pedido de vista do Conselheiro Alves de Sousa, que o trouxe a debate. Debateram o assunto os Conselheiros Anápio Gomes, João de Lourenço e Edgar Abrantes. Passou-se em seguida ao terceiro processo, o de n.º 1.272 — "Vantagens da supressão dos impostos que oneram no Brasil os seguros de importação e exportação" — tendo como relatores os Conselheiros Gastão Vidigal e Salgado Scarpa, que procedeu ao relato. Seguiram-se os debates em que tomaram parte os Conselheiros João de Lourenço, Euvaldo Lodi, Benjamin do Monte, Alves de Sousa, José Jobim e Santos Filho. À vista das considerações de ordem técnica feitas pelo Conselheiro Santos Filho, o Plenário rejeitou por seis votos contra cinco o projeto de Resolução da Câmara de Intercâmbio. Nada mais havendo a tartar, encerrou-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.

●

A 18a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 5 DE JUNHO DE 1944

Realizou-se no dia 5 de junho corrente, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva, a décima oitava sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior.

No expediente, o Presidente leu um ofício que recebera do Sr. João Maurício de Medeiros, encarregado do expediente do Ministério da Agricultura, agradecendo, no seu nome e no do titular efetivo, Ministro Apolônio Sales, a comunicação de haver o Conselho aprovado um voto de congratulações pela nomeação do Conselheiro Professor Tôrres Filho para o cargo de diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, manifestando ainda sua integral solidariedade com referência ao alto conceito em que é tido aquêle competente profissional e operoso homem público. A seguir, falou o Conselheiro Benjamin do Monte, comunicando que, juntamente com os Conselheiros José Jobim e Cassiano Ricardo, visitaram, por delegação do Conselho, o Dr. Gastão Vidigal, que se encontra enfêrmo. Ainda no expediente, usaram da palavra os Conselheiros João de Lourenço e Tôrres Filho, que teceram comentários sôbre o intercâmbio comercial do Brasil no 1.º quadrimestre de 1944. Iniciada a ordem do dia, foi dada preferência ao processo n.º 1.291 — "Isenção de impostos e taxas e outros benefícios para o *Touring Club do Brasil*", do qual havia pedido vista o Conselheiro Edgar Abrantes, que leu o parecer que emitira sôbre o assunto. Encerrada a discussão, foi adiada a votação por proposta do Conselheiro Uldarico Cavalcanti. A discussão e votação dos processos 1.123 — "Medidas de amparo, aparelhamento e estímulo às exportações nacionais. Tratado de comércio com o México" e 1.192 — "Estandardização do rutilo", constantes da ordem do dia, foram transferidas para a próxima reunião. Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

●

A 19a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 12 DE JUNHO DE 1944

Realizou-se no dia 12 de junho corrente a décima nona sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mário Moreira da Silva. No expediente, o Presidente comunicou que havia mandado distribuir aos Senhores Conselheiros um memorandum-circular contendo cópia do trabalho que, sôbre problemas do após-guerra, havia sido organizado pela Seção de Pesquisas do Conselho, baseado nas indicações feitas pelos Senhores Anápio Gomes e João de Lourenço, a fim de que fossem apresentadas, com a

urgência que se faz necessária, sugestões sôbre a matéria. Sôbre o assunto, falou o Conselheiro Benjamin do Monte, diretor da Câmara de Produção, sugerindo diversas medidas tendentes a facilitar o estudo dos referidos problemas. A seguir o Diretor Geral comunicou que o Senhor Presidente da República havia aprovado a Resolução do Conselho sôbre o comércio do cacau, de que trata o processo n.º 1.231, do que foi relator na Câmara de Intercâmbio e Conselheiro José Jobim. Na ordem do dia, foram objeto de discussão, sendo aprovados, os seguintes processso: n.º 1.041, vol. 3 — "Industrialização do quartzo no Brasil"; n.º 1.123, vol. 22 — "Medidas de amparo, aparelhamento e estímulo às exportações nacionais", Linhas de navegação para o México"; e n.º 1.192 — "Estandardização do rutilo", dos quais foi relator o Conselheiro A. J. Alves de Sousa. Antes d efinalizar a sessão, os Conselheiros Euvaldo Lodi e Edgar Abrantes falaram sôbre a industrialização da ipeca, seu comércio e exportação, lembrando providências para a rápida execução da Resolução do Conselho, sôbre êsse produto, já aprovada pelo Senhor Presidente da República.

●

A 2a. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 19 DE JUNHO DE 1944

Realizou-se no dia 19 de junho corrente a vigésica sessão ordinária do Conselho Federal de Comércio Exterior, sob a presidência do Ministro Mario Moreira da Silva, Diretor Geral. Submetida à discussão e votação a ata da sessão anterior, foi a mesma aprovada unanimemente. No expediente, o Sr. Presidente comunicou à Casa que havia recebido da Associação Comercial do Amazonas um ofício agradecendo a atuação do Conselho nos estudos sôbre o uso obrigatório de certa percentagem de guaraná em todos os produtos cuja propaganda se baseie no nome dessa planta, medida que há anos vinha sendo pleiteada pela mesma Associação, e que agora se acha consubstanciada no Decreto-lei n.º 6.425, de 14 de abril deste ano. A seguir congratulou-se com o Conselho por haver o Sr. Coordenador da Mobilização Econômica assinado o convênio com os representantes dos curtumes e de fábricas de calçados para a fabricação de calçados para a fabricação de calçados populares, providência que está em harmonia com a Resolução do Conselho aprovada pelo Sr. Presidente da República, por despacho de 13 de agôsto de 1943, que recomendava: *a* — seja estabelecido pela Coordenação da Mobilização Econômica um convênio com os fabricantes, a fim de serem criados tipos de calçados populares, para uso urbano e rural; *b* — identicamente sejam tomadas medidas ela Coordenação da Mobilização Econômica no sentido da difusão dos tipos populares de calçados, através das Municipalidades. Finalizando o expediente, o Sr. Presidente cientificou o Conselho de que havia tido um entendimento, conforme requereram os Conselheiros Euvaldo Lodi e Edgar Abrantes, com a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil sôbre a Resolução do Conselho estabelecendo medidas destinadas a proteger a indústria nacional de cloridrato de emetina, podendo adiantar que a Coordenação da Mobilização Econômica, em colaboração com a dita Carteira, vai expedir, dentro de breves dias, as necessárias instruções para a execução das providências determinadas pelo Sr. Presidente da República. Na ordem do dia, foram discutidos e aprovados os seguintes processos: número 1.196 — "Concentração do carvão nacional imprestável", com parecer da Câmara de Produção, relatado pelo Conselheiro Antônio José Alves de Souza; e n.º 1.291 — "Isenção de impostos e taxas e outros benefícios para o *Touring Club do Brasil*", com parecer da Câmara de Distribuição, do qual foi relator o Conselbeiro Anápio Gomes, com pedido de vista do Conselheiro Edgar Abrantes, que também emitiu parecer sôbre a matéria. A sessão foi encerrada às 19 horas e 30 minutos.



Relatório das atividades da Escola de Hoticultura "Wenceslão Bello" do ano de 1943

I DE MARÇO A 30 DE JUNHO DE 1944

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida pela S. N. A. no antigo Horto Frutícola da Penha, apezar de dificuldades várias, vem realizando um trabalho ininterrupto em prol do Ensino hortícola no Brasil.

O presente relatório, referente ao 1.º periodo de atividades do corrente ano, dá bem uma idéia de que vem êles realizando, ministrando ensino inteiramente gratuito, sob regimen de internato, aos filhos de agricultores, provenientes de vários Estados do país.

N.º de alunos matriculados nos diferentes cursos

Cursos	Anos 1.º	2.º	3.º
Hortelão	0	0	1
Fruticultor	15	12	—
Jardinagem	15	11	—
Floricultor	2	1	—
Totais	0	6	—
Horticultura	32	30	1

N.º total de alunos matriculados na Escola

Cursos regulares	62 alunos
Ouvintes	5 alunos

CURSO DE HORTELÃO

Relação dos alunos matriculados no inicio do ano letivo.

1.º ANO

Alunos	*Data de nascimento*	*Naturalidade*
Celio F. da Fonseca	5 - 4 -1928	Minas Gerais
Elias de Sousa Lima	21— 8 -1927	" "
Frederico João Herzog	8 1—1926	Espirito Santo
Gil Fernandes de Sousa	1 2—1927	Estado do Rio
Gumercindo A. Silva	23 -11 1928	Minas Gerais
José Neto Henriques	21 7 1927	" "
Lelio Chiapani	1 9 1927	Espirito Santo
Manoel Ramos Filho	29—10—1928	" "
Paulo C. Rodrigues	6— 7—1927	" "
Silvio Valdetaro	20 2 -1917	" "
Telmo Nascimento	1 10 1926	" "
Ubirajara S. Vieira	15 5 1929	D. Federal
Valter Gouvêa	27 1 -1926	Espirito Santo
Antonio C. Suarez	25 - 9 1927	D. Federal
Nilton de A. Pesson	6 - 1 1930	São Paulo

2.º ANO

Alunos	*Data de nascimento*	*Naturalidade*
Antenor da Silva Mendes	29—9—1925	Minas Gerais
Germano Guilherme Sunderhus	9—6—1927	Espírito Santo
Heley da Silva Ramalho	9—11—1923	Minas Gerais
Hemilkom Guedes Furtado	23—5—1927	Espírito Santo
Henrique Meili Junior	30—5—1927	" "
João Nunes Castello	22—4—1928	" "
José Alonso Ribeiro	17—6—1923	" "
Nelson Tavares	17—2—1926	S. Paulo
Raul Tangirino	1—6—1927	" "
Soly Nascimento Furtado	17—9—1925	Espírito Santo
Wilson Mendes	20—2—1927	Minas Gerais
Waynne Braga	23—2—1925	Espírito Santo

Distribuição das matrículas, de acôrdo com a naturalidade

Estados	*Anos* 1.º	2.º
Espírito Santo	7	7
Minas Gerais	4	3
D. Federal	2	0
São Paulo	1	2
Estado do Rio	1	0

Movimento de matrículas

Anos	*Número de alunos* 1-3-1944	30-6-1944
1.º ano	15	12
2.º ano	12	12

Observação — Foram desligados da Escola, por motivos vários, 3 alunos do curso de olhrtelão (1.º ano).

Cursos de Fruticultor

Relação dos alunos matriculados no início do ano letivo

1.º ANO

Alunos	*Data de nascimento*	*Naturalidade*
Celio Ferreira da Fonseca	5—4—1928	Minas Gerais
Elias de Sousa Lima	21—8—1927	" "
Frederico João Herzog	8—1—1926	Espírito Santo
Gil Fernandes de Sousa	1—2—1927	Estado do Rio
Gumercindo A. Silva	23—11—1928	Minas Gerais
José Neto Henrique	21—7—1927	" "
Lelio Chiapani	1—9—1928	Espírito Santo
Manoel Ramos Filho	29—10—1928	" "
Paulo Costa Rodrigues	6—7—1927	" "
Silvio Valdetaro	20—2—1917	" "
Telmo Nascimento	1—10—1926	" "
Ubirajara S. Vieira	15—5—1929	D. Federal
Valter Gouvêa	27—1—1926	Espírtio Santo
Antonio C. Suarez	25—9—1927	D. Federal
Nilton de A. Pessôa	6—4—1930	S. Paulo

2.° ANO

Alunos	*Data de nascimento*	*Naturalidade*
Antenor da Silva Mendes	29— 9—1925	Minas Gerais
Germano G. Sunderhus	9— 6—1927	Espirito Santo
Haley da Silva Ramalho	9—11—1923	Minas Gerais
Hemilkon Guedes Furtado	23— 5—1927	Espirito Santo
Henrique Meili Junior	30— 5—1927	" "
Raul Tavares	29—10—1924	S. Paulo
José Alonso Ribeiro	17— 6—1923	Espirito Santo
Nelson Tavares	17— 2—1926	S. Paulo
Jair Gomes	19— 1—1927	Minas Gerais
Soly M. Furtado	17— 9—1925	Espirito Santo
Waynne Braga	23— 2—1925	" "

Distribuição das matriculas, de acôrdo com a naturalidade.

Estados	*Anos* 1.°	2.°
Espirito Santo	7	5
Minas Gerais	4	3
Distrito Federal	2	0
São Paulo	1	3
Estado do Rio	1	0

Movimento de matriculas

Anos	*Número de alunos* 1-3-1941	30-6-1941
1.° ano	15	11
2.° ano	12	11

Observação — Foram desligados da Escola por motivos vários, 3 alunos do curso de fruticultura (1.° ano).

CURSO DE HORTICULTURA

Só está funcionando o 3.° ano, com um só aluno

Alunos	*Data de nascimento*	*Naturalidade*
Agrícola Castello Borges	17— 8—1920	Espirito Santo

CURSO DE FLORICULTOR

Relação dos alunos matriculados no inicio do ano letivo.

1.° ANO

Alunos	*Data de nascimento*	*Naturalidade*
João Nunes Castello	12— 4—1928	Espirito Santo
Raul Tangirino	1— 6—1927	S. Paulo
Wilson Mendes	20— 2—1927	Minas Gerais
Jair Gomes	19— 1—1927	Minas Gerais
Florinno Fajardo	19— 4—1926	Estado do Rio
Ivan Soares Costa	26— 6—1925	Minas Gerais

Distribuição de matrículas de acôrdo com a naturalidade.

Estados	*Número de alunos*
Minas Gerais	3
Espírito Santo	1
São Paulo	1
Estado do Rio	1

Movimento de matrículas

Anos	*Número de alunos* 1-3-1944	30-6-1944
2.º ano	4	4

CURSO DE JARDINAGEM

Relação dos alunos matriculados no início do ano letivo.

1.º ANO

Alunos	*Data de nascimento*	*Naturalidade*
Floriano Fajardo	19 — 4 — 1926	Estado do Rio
Ivan Costa	25 — 6 — 1925	Minas Gerais

2.º ANO

Alunos	*Data de nascimento*	*Naturalidade*
Raul Tavares	22 — 10 — 1924	São Paulo

Distribuição de matrículas de acôrdo com a naturalidade.

Estados	*Número de alunos*
Minas Gerais	1
Estado do Rio	1
São Paulo	1
Total	3

Movimento de matrículas

Anos	*Número de alunos* 1-3-1944	30-6-1944
1.º ano	2	2
2.º ano	1	1

Relação dos alunos ouvintes

Nomes	*Data de nascimento*	*Naturalidade*
Valdevor da Cunha	2 — 1 — 1929	Minas Gerais
Augusto M. Siqueira	25 — 2 — 1929	Espírito Santo
Jorge F. Silva	26 — 2 — 1928	Minas Gerais

Er J. Antunes	10-8-1924	R. G. do Sul
Rubens S. Lopes	17-3-1926	R. G. do Sul

Distribuição de matrículas de ouvintes de acôrdo com a naturalidade.

Estados	*Número de alunos*
Minas Gerais	2
Rio Grande do Sul	2
Espírito Santo	1

Foi o seguinte o resultado dos exames de segunda época, relativos ao ano de 1943, realizados em março de 1944.

CURSO DE HORTICULTURA

Anos	*Matérias*	*Alunos que entraram em exame*	*Alunos aprovados*	*Alunos reprovados*
2.°	Desenho	1	1	0

CURSO DE FLORICULTURA

Anos	*Matérias*	*Alunos que entraram em exame*	*Alunos aprovados*	*Alunos reprovados*
1.°	Botânica	1	Os alunos não compareceram	Os alunos não compareceram
"	Etnomologia	1		
"	Revisão	1		
"	Zootecnia	1		

CURSO DE FRUTICULTURA

Anos	*Matérias*	*Alunos que entraram em exame*	*Alunos aprovados*	*Alunos reprovados*
1.°	Botânica	1	1	0
"	Entomologia	2	2	0
"	Fruticultura	1	1	0
"	Revisão	3	2	0
"	Zootecnia	1	1	0
2.°	Contabilidade	2	1	1

CURSO DE HORTELÃO

Anos	*Matérias*	*Alunos que entraram em exame*	*Alunos aprovados*	*Alunos reprovados*
1.°	Botânica	2	1	1
"	Entomologia	3	2	1
"	Revisão	4	2	2
"	Zootecnia	2	1	1
2.°	Contabilidade	1	1	1

CURSO DE JARDINAGEM

Anos	*Matérias*	*Alunos que entraram em exame*	*Alunos aprovados*	*Alunos reprovados*
1.°	Agrometria	1	1	1
"	Desenho	1	1	1
"	Floricultura	1	1	1

Foram ministrados dois curso ràpidos, à cargo do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, um de Viveirista, outro de Botânica agrícola.

O movimento dêsses cursos, foi o seguinte:

Cursos	*Alunos matriculados*	*Alunos aprovados*	*Alunos que não puram prestar exame*
Viveirista	35	20	15
Botânica agrícola	33	20	13

Relação de médias obtidas até 30 de Junho de 1941 — Genética

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	0
40—60	3
60—80	3
80—100	8

Horticultura Especial

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	4
40—60	9
80—100	0

Revisão (2.º ano)

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	3
40—60	2
60—80	3
90—100	5

Fruticultura geral

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	0
40—60	4
60—80	3
80—100	7

Fruticultura Especial

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	0
40—60	2
60—80	6
80—100	3

Economia

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	0
40—60	2
60—80	5
80—100	8

Entomologia

Médias	*Número de alunos*
0—20	3
20—40	4
40—60	3
80—100	1

Fitopatologia

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	0
60—80	9
80—100	1

Contabilidade

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	2
40—50	1
60—80	4
80—100	8

Desenho (2.º ano)

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	0
40—60	0
60—80	0
80—100	0

Solos e adubação

Médias	Número de alunos
0—20	0
40—60	5
60—80	3
80—100	3

Horticultura geral

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	0
40—60	9
60—80	3
80—100	1

Floricultura geral

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	0
40—60	1
60—80	1
80—100	0

Desenho (1.º ano)

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	0
40—60	2
50—80	0
80—100	0

Zoologia

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	0
40—60	2
60—80	0
80—100	0

Agrometria (2.º ano)

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	0
40—60	3
80—100	0

Jardinagem (1.º ano)

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	2
40—60	0
60—80	0
80—100	0

Botânica (3.º ano)

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	0
40—60	0
60—80	1
80—100	0

Desenho (3.º ano)

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	0
40—60	1
60—80	0
80—100	0

Agrometria (3.º ano)

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	0
60—80	1
60—80	1
80—100	0

Construções gerais

Médias	Número de alunos
0—20	0
20—40	0
40—60	1
60—80	0
80—100	0

Floricultura Especial

Médias	Número de alunos
0—20	20
20—40	0
40—60	0
60—80	8
80—100	0

Jardinagem (3.º ano)

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	2
40—60	2
60—80	0
80—100	0

Botânica (1.º ano)

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	2
40—60	4
60—80	4
60—80	0
80—100	7

Zootecnia

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	0
40—60	5
60—80	3
80—100	6

Agricultura

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	1
40—60	5
60—80	5
80—100	3

Revisão (1.º ano)

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	3
40—60	4
60—80	5
80—100	3

Apicultura

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	3
40—60	8
60—80	0

Botânica

Médias	*Número de alunos*
0—20	0
20—40	0
40—60	3
60—80	3
80—100	8

Composto
e
impresso
na
GRÁFICA ECONÔMICA LTDA.
Rua Luiz de Camões, 74
RIO

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n. 3549, de 18 de Outubro de 1918



Presidente perpetuo

Dr. Miguel du Pin e Almeida

DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º *Vice-Presidente*	(Vago)
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— Mario de Oliveira
1.º *Secretário*	— A. de Arruda Camara
2.º "	— Adamastor Lima
3.º "	— Eurico Santos
4.º "	— Altino de Azevedo Sodré
1.º *Tesoureiro*	— Kurt Repsold
2.º "	— Domingos de Faria

DIRETORIA TECNICA

Fabio Furtado Luz
Franklin de Almeida
Hilario Luiz Leitão
Luiz de Oliveira Mendes
Otto Frensel
Francisco de Assis Iglesias
Frederico Murtinho Braga
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
Luiz Gonçalves Vieira
Virginio Werneck Campello

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache
Alvaro Simões Lopes
Antonio F. Magarinos Torres
Argemiro de Oliveira
Alpheu Domingues da Silva
Archimedes de Lima Camara
Belisario Alves F. Tavora
Carlos de Souza Duarte
Diogenes Caldas
Euvaldo Lodi
Eduardo Duvivier
Fidelis Reis
Fernando Costa
Filogonio Peixoto
Francisco Leite Alves Costa
Gastão de Faria
Humberto Rodrigues de Andrade
Honorio da Costa Monteiro Filho
Itagiba Barçante
Ismael Cordovil
J. C. Belo Lisboa
Jeronymo Antonio Coimbra
José de Oliveira Marques
José Solano Carneiro da Cunha
Jose Monteiro Ribeiro Junqueira
João Baptista de Castro
João Mauricio de Medeiros
Landulpho Alves de Almeida
Luiz Simões Lopes
Mario Villhena
Mario Telles da Silva
Marcial Terra
Napoleão de Alencastro Guimarães
Newton de Andrade Cavalcanti
Ottoni Soares de Freitas
Pedro Calmon
Rubens Farrula
Ruy Carneiro
Sebastião Herculano de Mattos
Wenceslau Braz Pereira Gomes